

Universidade Federal de Mato Grosso
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós-Graduação em Filosofia

**Quantificação e vigilância: Uma análise das implicações
do exercício da livre expressão nas redes sociais**

Anderson Fabián Cala Rodríguez

Cuiabá - MT

2023

Anderson Fabián Cala Rodríguez

**Quantificação e vigilância: Uma análise das implicações
do exercício da livre expressão nas redes sociais**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação
em Filosofia da Universidade Federal do Mato Grosso
como requisito para a obtenção do título de Mestre em
Filosofia.

Linha de Pesquisa: Epistemologia, Mente e Linguagem

Orientador: Prof. Dr. Bernardo G. Alonso

Cuiabá - MT

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

R696q Rodríguez, Anderson Fabián Cala.

Quantificação e vigilância [recurso eletrônico] : Uma análise das implicações do exercício da livre expressão nas redes sociais / Anderson Fabián Cala Rodríguez. -- Dados eletrônicos (1 arquivo : 105 f., pdf). -- 2023.

Orientador: Bernardo Gonçalves Alonso.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Cuiabá, 2023.

Modo de acesso: World Wide Web: <https://ri.ufmt.br>.

Inclui bibliografia.

1. Liberdade de expressão. 2. Redes sociais. 3. Infosphere. 4. Vigilância. 5. Quantificação.
I. Alonso, Bernardo Gonçalves, *orientador*. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: “Quantificação e vigilância: Uma análise das implicações do exercício da livre expressão nas redes sociais”

AUTOR (A): MESTRANDO :Anderson Fabián Cala Rodríguez

Dissertação defendida e aprovada em **08 de dezembro de 2023**.

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Bernardo Gonçalves Alonso (Presidente/Orientador)
Prof. Dr. Tiegue Vieira Rodrigues (Examinador Externo -UFMS)
Prof. Dr. Adriano Bueno Kurle (Examinador Interno)
Prof. Dr. Breno Ricardo Guimarães Santos (Suplente)

CUIABÁ, 08/12/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Tiegue Vieira Rodrigues, Usuário Externo**, em 12/12/2023, às 15:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANO BUENO KURLE, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 13/12/2023, às 01:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **BERNARDO GONCALVES ALONSO, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 15/12/2023, às 18:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Fabian Cala Rodriguez, Usuário Externo**, em 18/12/2023, às 10:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6462162** e o código CRC **2E6A0002**.

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade abordar a questão da liberdade de expressão, assim como suas características e consequências, uma vez que o fenômeno da livre expressão é absorvido pelas tecnologias da informação e a comunicação, especificamente nas redes sociais. Elegeu-se abordar o problema contemplando a compreensão do fenômeno da livre expressão de acordo com o meio a tecnologia dominante, de um lado a imprensa, e por outra parte o meio digital, aceitando as ideias de McLuhan e Postam, onde o meio ou tecnologia determina radicalmente a forma de compreensão dos diferentes fenômenos sociais. A partir disso, foram analisadas as duas dimensões da livre expressão na era da imprensa: na negativa elegeu-se como referentes teóricos a Milton e Mill, o quais, propõem uma compreensão da livre expressão livre de restrições e regulamentações, e a positiva com Marcuse e Fish, quem realizam uma crítica as consequências de aceitar as ideias de Milton e Mill. Em concordância com isso, empreendeu-se análise da rede social Twitter (X) com o objetivo de identificar qual das dimensões da livre expressão identificadas era o caso. No entanto, a través dos recursos teóricos de Shoshana Zuboff e Melanie Swan, identificou-se que em vez de uma dimensão positiva ou negativa, a livre expressão nas redes sociais desemboca na instrumentalização e quantificação da opinião. Pelo que no esforço por compreender a livre expressão mais adequadamente no meio digital, abordou-se a proposta de Floridi, a qual permitiu afirmar que no referente a liberdade de expressão como fenômeno da *infosphere*: não é possível estabelecer uma definição fixa da mesma, na medida em que o entorno informacional está em constante transição e sujeito as dinâmicas da evolução e a entropia. Nesse sentido, as redes sociais não podem ser identificadas plenamente como um fenômeno encaminhado ao enriquecimento ou detrimento da liberdade de expressão, mas essa ambivalência tem que virar objeto de uma reflexão que contribua cada vez mais a sua resolução em benefício e enriquecimento de todas as entidades que habitam e interagem no entorno informacional.

Palavras-chave: Liberdade de expressão, Imprensa, Internet, Redes sociais, *Infosphere*, Vigilância, Quantificação.

ABSTRACT

The present paper aims to address the issue about freedom of expression, as well as its characteristics and consequences, considering that the phenomenon of free expression is absorbed by the information and communication technologies, specifically in social media. It was chosen to address the problem contemplated by understanding the phenomenon of free expression according to the dominant technology medium, on one hand, the press, and on the other hand, the digital medium, embracing the ideas of McLuhan and Postman, where the medium or technology radically determines the way different social phenomena are understood. Based on this, the two dimensions of free expression in the era of the press were analyzed: on the negative side, theoretical references were Milton and Mill, who propose an understanding of free expression, free from restrictions and regulations, and on the positive side, Marcuse and Fish, who criticize the consequences of accepting the ideas of Milton and Mill. In accordance with this, an analysis of the Twitter (X) social network was undertaken with the aim of recognizing which of the identified dimensions of free expression was applicable. However, through the theoretical resources of Shoshana Zuboff and Melanie Swan, it was identified that instead of a positive or negative dimension, free expression on social networks leads to the instrumentalization and quantification of opinion. Therefore, in the effort to understand free expression more accurately in the digital medium, Floridi's proposal was addressed, allowing the assertion that, regarding freedom of expression as a phenomenon of the *infosphere*, it is not possible to establish a fixed definition, as the informational environment is in constant transition and subject to the dynamics of evolution and entropy. In this sense, social media cannot be fully identified as a phenomenon leading to the enrichment or detriment of freedom of expression, but this ambivalence must become the subject of reflection that increasingly contributes to its resolution for the benefit and enrichment of all entities that inhabit and interact in the informational environment.

Keywords: Freedom of expression, Press, Internet, Social media, *Infosphere*, Surveillance, Quantification.

AGRADECIMENTOS

No primeiro lugar, agradeço a OEA pela oportunidade do intercâmbio, ao Brasil pelo acolhimento e a Cuiabá por ser meu lar e apresentar-me pessoas maravilhosas durante os dois últimos anos.

Agradeço muito a UFMT, ao programa de Pós-graduação em Filosofia e os professores pelos aprendizados e experiências que foram parte essencial no meu percurso no programa e na vida.

Especial agradecimento para o professor e orientador, Dr. Bernardo G. Alonso pela paciência, os conselhos, o apoio e orientação durante os dois últimos anos,

A CAPES pelo suporte financeiro e o estímulo à pesquisa e investigação que fizeram possível a realização da pesquisa no Brasil.

Finalmente, mas não menos importante, aos amigos Duván, David e Oscar, quem com seu apoio, críticas, discussões e constante diálogo fizeram a vida no estrangeiro muito mais amável.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. CAPÍTULO I: ENTRE A DIMENSÃO NEGATIVA E POSITIVA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO MEIO DIGITAL.	10
1.1 Dimensão negativa da liberdade de expressão.	13
1.2 O Mercado das ideias.....	19
1.3 Dimensão positiva da liberdade de expressão.....	22
1.4 A liberdade de expressão no meio digital	27
2. CAPÍTULO II: DA INSTRUMENTALIZAÇÃO DO DEBATE PÚBLICO	39
2.1 O caso Twitter (X)	39
2.2 O <i>Self Quantificado</i>	52
3. CAPÍTULO III: A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA PROPOSTA DE LUCIANO FLORIDI	65
3.1 A Quarta Revolução.....	66
3.2 Da informação e a desinformação	73
3.3 A Ética da informação	81
3.4 A Liberdade de expressão no marco da Filosofia e a Ética de informação	92
4. CONCLUSÕES.....	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100

INTRODUÇÃO

Com a rápida implementação das tecnologias de informação e comunicação na sociedade, torna-se evidente a ocorrência de transformações e implicações significativas. Essas mudanças afetam diretamente as interações dos indivíduos, influenciando não apenas sua relação consigo mesmos, mas também com os outros e com o ambiente que os envolve. Destaca-se que tais modificações são particularmente notáveis nos campos social, político, moral e jurídico.

Como produto de essas transformações, torna-se necessário refletir sobre os diferentes fenômenos que envolvidos na experiência humana, posto que esses adquirem novas dimensões e, portanto, novas formas de compreensão uma vez entram no âmbito das TICs. Entre esses fenômenos cobra relevância a liberdade de expressão, a qual, tem uma importância relevante para as sociedades modernas, tanto para o desenvolvimento dos indivíduos, quanto para o funcionamento das democracias. Pelo que é importante a compreensão do fenômeno, assim como suas características e consequências uma vez entra no âmbito das tecnologias da informação e a comunicação.

Nesse sentido, a presente pesquisa parte da ideia de empreender uma análise sobre a maneira que é compreendida a liberdade de expressão, assim como suas características e consequências, uma vez que o fenômeno da livre expressão é absorvido pelas tecnologias da informação e a comunicação, especificamente nas redes sociais.

Como ponto de partida, foram consideradas as ideias expostas por McLuhan e Neil Postman onde o meio determina radicalmente a forma de compreensão dos diferentes fenômenos. Assim foi caracterizada a compreensão da liberdade de expressão em primeiro lugar, como um fenômeno na era da imprensa, e por outro lado a compreensão da mesma como um fenômeno que adquire novos matizes com a implementação das tecnologias da informação e a comunicação.

Na análise da liberdade de expressão no contexto da imprensa, foram identificadas duas dimensões da mesma, negativa e positiva. Ao revisar a dimensão negativa, optou-se por utilizar as abordagens de John Milton e John Stuart Mill como fontes teóricas. Ambos

resgatam uma compreensão da livre expressão que não envolve restrições nem regulamentações, destacando a importância das diferentes opiniões, mesmo as consideradas errôneas, no caminho para o estabelecimento daquilo que pode ser considerado como verdadeiro pelos indivíduos.

No caso da revisão da dimensão negativa da livre expressão, optou-se pela análise de Herbert Marcuse e Staley Fish, que destacam as consequências prejudiciais que podem advir ao aceitar ou tolerar todo tipo de discursos e opiniões. De um lado tornando a liberdade de expressão em um instrumento de dominação, e de outro lado, ignorando as repercussões nocivas que traz o aceitar a circulação de discursos nocivos para os indivíduos.

Com o advento da internet, e consequentemente das tecnologias da informação e a comunicação, as dinâmicas das experiências dos indivíduos experimentam transformações radicais, pelo que a compreensão da liberdade de expressão muda de acordo com o novo meio predominante. Assim, as redes sociais, como parte de essas transformações, se apresentam como o espaço apropriado para o exercício da livre expressão, na medida em que, concedem a possibilidade tanto de consultar informações, quanto de produzir informações. Virando assim, em um espaço de emancipação, onde aparentemente as regulamentações e restrições são mais permissivas do que na imprensa, evocando assim, uma compreensão da livre expressão ao estilo Milton e Mill, é dizer, negativa.

Sob essa premissa empreendeu-se a análise do caso Twitter (X), com a finalidade de corroborar se de fato, nas redes sociais era possível rastrear a compreensão de uma dimensão negativa da livre expressão. No entanto, através da análise da ideia do capitalismo da vigilância de Shoshana Zuboff, foi possível perceber que a plataforma social, antes que promover o livre trânsito das ideias e o debate global, transforma a expressão em um instrumento para atingir seus interesses particulares. Também foi contemplada a ideia do *Self quantificado*, para o que foi utilizado como referente teórico o exposto por Melanie Swan, o qual revelou que as técnicas do *selftracking*, junto com os dispositivos usados para isso que são usados no acesso às redes sociais, exercem um papel importante na compreensão da liberdade de expressão.

Esse estudo, revelou que com a implementação das TICs e a localização da liberdade de expressão nas redes sociais, essa adquire novas dimensões e, portanto, novas

características e consequências distintas no exercício no âmbito digital. Pelo que foi necessário considerar outra perspectiva que contemple as profundas transformações que vem com a inserção das tecnologias da informação e comunicação e ofereça as ferramentas para reconsiderar a liberdade de expressão.

Para isso, optou-se como referente teórico a abordagem de uma filosofia e uma ética da informação propostas pelo filósofo italiano Luciano Floridi, quem denominou as transformações no mundo originadas pelas TICs como a quarta revolução. A qual levou a termo uma reengenharia do mundo, alterando a compreensão dos agentes sobre se mesmos, as relações com os outros agentes e com o entorno.

Produto dessas transformações, todos os fenômenos da *infosphere*, entendida como ambiente em que habitam e interagem todas as entidades informacionais, são considerados como fenômenos informacionais. Onde a de informação é concebida como o conjunto de dados bem formados, é dizer, possuem uma estrutura determinada, com significado e passíveis de ser verificados. Nesse sentido, o jogo moral também experimenta câmbios, na medida em que esse também vira um fenômeno informacional. Assim, na proposta de Floridi, evidenciou-se que para atingir uma melhor compreensão dos fenômenos éticos, é preciso o estabelecimento de uma macroética que leve a termo a unificação dos três sentidos da informação, recurso-produto-alvo, que contemple o ciclo completo da informação e finalmente que analise desde o ponto de vista informacional todas as entidades informacionais, assim como as possíveis interações das mesmas no entorno informacional. Entendendo as entidades informacionais não desde um ponto de vista biocêntrico, senão desde o Ser/informação.

Finalmente, e na linha de pensamento de Floridi, é possível afirmar que no referente a liberdade de expressão como fenômeno da *infosphere*: não é possível estabelecer uma definição fixa da mesma, na medida em que o entorno informacional está em constante transição e sujeito as dinâmicas da evolução e a entropia. Nesse sentido, as redes sociais não podem ser identificadas plenamente como um fenômeno encaminhado ao enriquecimento ou detrimento da liberdade de expressão, mas essa ambivalência tem que virar objeto de uma reflexão que contribua cada vez mais a sua resolução em benefício e enriquecimento de todas as entidades que habitam e interagem no entorno informacional.

1. CAPÍTULO I: ENTRE A DIMENSÃO NEGATIVA E POSITIVA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO MEIO DIGITAL.

O objetivo deste primeiro capítulo está dividido em duas partes, na primeira parte se busca atingir uma ideia do que se entende como liberdade de expressão. Para isso, serão abordadas principalmente duas tendências da compreensão da mesma, que podem ser denominadas: dimensão positiva e dimensão negativa da liberdade de expressão.¹ Na segunda parte do capítulo, será abordado o tópico das redes sociais, com a intenção de descobrir qual das duas tendências descritas previamente da liberdade de expressão se ajusta à dinâmica das redes sociais. Finalmente, se busca revelar que embora as redes sociais difundem aos usuários aparentemente uma visão negativa da liberdade de expressão livre de regulações; o que realmente acontece é parece ser uma visão positiva, onde as regulações da opinião são ditadas pelo capitalismo de vigilância de acordo com seus interesses, deixando a agência dos indivíduos de lado.

Resulta complexo estabelecer uma definição para o conceito de liberdade de expressão, já que mesmo tendo sido instituído e cristalizado como um dos princípios mais importantes para o funcionamento das sociedades democráticas, desde a modernidade até nossos dias, não existe um consenso universal sobre a ideia de livre expressão. É assim que, na primeira emenda dos Estados Unidos fica claro que o governo não tem nem terá o poder para estabelecer alguma lei que censura a liberdade de expressão, imprensa ou reunião². Protegendo assim, a possibilidade de que todo cidadão consiga expressar livremente suas ideias sem que alguma lei ou decreto possa colocar limite nisso. Da mesma forma, a declaração universal dos direitos humanos, no artigo número dezenove, aponta que todos os

¹ A classificação dessas duas dimensões da liberdade de expressão se realiza levando em conta a distinção feita por Isaiah Berlin no seu texto, “Dois Conceitos de Liberdade”. Onde de um lado caracteriza a liberdade em sentido negativo como aquela onde se busca prevenir qualquer interferência dos outros, seja governo, Estado ou outros indivíduos, dado que, isso significaria uma ameaça contra a autonomia do indivíduo forçando-o a seguir decisões e submeter-se a leis que ele não decidiu. De outro lado, a liberdade em um sentido positivo envolve a ideia de que a liberdade nunca pode ser absoluta, justificando assim que em determinadas situações coagir certos comportamentos pode contribuir para evitar danos aos indivíduos.

² Informação consultada em: <https://www.whitehouse.gov/es/acerca-de-la-casa-blanca/nuestro-gobierno/la-constitucion/#:~:text=La%20primera%20enmienda%20garantiza%20que,al%20gobierno%20compensaci%C3%B3n%20por%20agravios>. Acesso em: 05/07/2023.

indivíduos têm o direito de opinar e expressar livremente suas ideias e opiniões, assim como o direito de pesquisar, receber e difundir informações a través de qualquer meio³.

Nessa mesma lógica, é possível ver em algumas constituições das democracias latino-americanas que o direito à liberdade de expressão está protegido como um valor especial para o desenvolvimento da democracia. Tal é o caso da constituição política de 1991 na Colômbia; o artigo vinte estabelece que deve ser garantido para todos cidadão a liberdade para expressar e difundir o pensamento e opiniões, assim como o direito a informar, ser informado e específica que não terá censura⁴. No caso do Brasil, a proteção da liberdade para opinar e expressar livremente também está protegida no artigo cinco constituição federal de 1988, onde se estabelece que é livre a manifestação do pensamento. Também, no artigo 220 é apontado que a manifestação de pensamento, a criação, a expressão e a informação não são susceptíveis de qualquer restrição.⁵

No entanto, mesmo que a liberdade de expressão esteja protegida em todos os casos mencionados, como um direito fundamental para a democracia, não existe um consenso sobre aquilo que signifique a livre expressão. Porém, apesar que não exista uma concepção universalmente aceita a esse respeito, existem diferentes interpretações que podem brindar uma ideia sobre a compreensão da ideia de liberdade de expressão.

É importante ressaltar que, com a invenção de Gutenberg em 1440, o mundo mudou substancialmente, na medida em que a imprensa deu lugar para uma nova experiência do mundo. McLuhan, na galáxia Gutemberg (1972, p. 291) afirma que a palavra impressa produz necessariamente o problema da liberdade, isso porque é só com a palavra escrita que é estabelecido um modo homogêneo para a comunicação, tanto para produzir opinião, quanto para o acesso às opiniões dos outros. A palavra impressa instaura um modo de comunicação marcado pelo seguimento das leis da lógica e da gramática, o que cria uniformização da comunicação. Também, a palavra impressa dá a possibilidade do estabelecimento de uma

³ Informação consultada em: <https://www.un.org/es/about-us/universal-declaration-of-human-rights> Acesso em: 05/07/2023.

⁴ Informação consultada em: <https://www.ramajudicial.gov.co/documents/10228/1547471/CONSTITUCION-Interiores.pdf> Acesso em: 05/07/2023.

⁵ Informação consultada em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/liberdade-de-imprensa-x-liberdade-de-expressao> Acesso em: 05/07/2023.

intimidade entre o leitor e o autor, instituindo uma troca de ideias entre estes, fazendo que o leitor reconstrua ou forme uma perspectiva sobre as palavras impressas do autor.

Assim, dando lugar ao que afirma McLuhan (1972, p. 205) é a primeira mercadoria⁶ da história, já que, é só com a palavra impressa que surge pela primeira vez o comércio de ideias de informações que são produzidas em série na figura do livro impresso. Neste comércio de informações que inaugura a palavra escrita, McLuhan (1972, p. 291) afirma que as línguas vernáculas viram meio de comunicação de massas, status que nenhuma tecnologia anterior, o alfabeto ou papiro, tinham alcançado. Mas na linha do autor, essa mudança que significa a institucionalização da palavra escrita, cria duas frentes de interesses que estão em constante tensão. É assim que afirma: “Mas, pela sua própria natureza, a palavra impressa cria duas ordens de interesses em conflito, uma entre produtores e consumidores, outra entre governantes e governados” (MCLUHAN, 1972, p. 291).

O paradoxo dessa situação é que, embora tenha se instituído uma forma homogênea de comunicação baseada nas regras da lógica e da gramática, o livre comércio de informações através dos livros concede a possibilidade aos indivíduos de criar perspectivas individuais sobre diversas ideias. Dando lugar assim, a divergências entre leitores e autores sobre fenômenos iguais, assim como discrepâncias entre governantes e governados, aparecendo dessa forma na cena, a preocupação por aquilo que deveria ser dito e aquilo que não deveria ser dito, em outras palavras, o interesse pela necessidade da liberdade para opinar, pensar e expressar-se.

No caso da imprensa⁷, esta caracteriza-se por ser um meio que determina a experiência do mundo através do oferecimento de razões, de argumentos, de motivos que defendem uma determinada ideia sobre alguma coisa. Cabe apontar que tal modo de argumentação a respeito de um tópico determinado está marcada por uma estrutura que tem um início, um desenvolvimento e um fim; mesmo que na maioria das vezes os meios são inseridos gradualmente na sociedade até virarem parte natural das experiências em geral, tanto no caso da imprensa, quanto na televisão, esses modificam as formas de sentir e

⁶ O autor usa o termo ‘*Commodity*’

⁷ No caso de Neil Postman, localiza a história da imprensa começando no século XV, com o surgimento da imprensa e todas as implicações que isso trouxe para o desenvolvimento cultural, até finais do século XIX com a aparição da televisão e a mudança que significou no paradigma cultural.

vivenciar o mundo e particularmente sempre estão envolvidos na maneira como é construída a verdade.

Postman (2001) afirma que a palavra escrita precisa de rigor, coerência e lógica, já que como acontece na comunicação escrita onde não se tem o recurso da oralidade, é indispensável que quem escreve seja o mais claro, coerente e coeso que possa, para levar passo a passo ao leitor à compreensão do que quer dizer através da escrita. “A palavra impressa revelava, linha por linha e página por página, que o mundo era um lugar sério, coerente e passível de ser manipulado pela razão e aprimorado por meio da crítica lógica e relevante” (POSTMAN, 2001, p. 66). Ao ser a palavra escrita a tecnologia dominante, essas características não só ficam no mundo do escrito, mas determinam todas as relações, é assim como até mesmo o discurso dos indivíduos toma a forma da palavra escrita e na sua expressão tem rigor, coerência, coesão e assim por diante. Nesse sentido, é possível dizer que as concepções sobre a verdade das coisas em um mundo determinado pela palavra escrita estão determinadas por esta e possui suas características.

1.1 Dimensão negativa da liberdade de expressão.

É neste contexto criado pela institucionalização da palavra escrita, que abre a problemática da liberdade de pensamento, de opinião e informação que, no século XVII, John Milton apresenta seu texto *Areopagítica* (2000) [1685]. O qual constitui uma das primeiras defesas da liberdade de expressão em forma de resposta à medida de censura sobre as publicações de textos imposta pelo parlamento inglês.

Na perspectiva de Milton (2000, p. 12), a ideia do parlamento inglês de examinar toda publicação antes da sua publicação com o intuito de identificar possíveis livros com conteúdo difamatório, subversivo ou escandaloso, é uma ameaça direta contra a verdade. Isso porque tal medida constitui um desânimo na ciência, uma paralisação da verdade e uma vulneração à razão mesma. Já em Atenas e Roma, descreve Milton (2000, p. 15), houve alguns casos de censura contra de alguns escritos por ser considerados portadores de opiniões carregadas de ateísmo, blasfêmia ou difamação, mas nunca houve uma legislação que proibisse publicação alguma, pelo contrário se contava na época clássica de uma liberdade para a exposição de qualquer argumento à opinião pública.

Só foi no tempo dos Papas de Roma (MILTON, 2000, p. 21), onde pela primeira vez na história surgiu uma ideia sistematizada de censura que levou à proibição e queima de leituras consideradas como heréticas. Esforço que atingiu maturidade segundo Milton (2000, p.21) com o concílio de Trento e a inquisição Espanhola, na criação de um catálogo de leituras proibidas assinaladas de conter opiniões heréticas ou consideradas contra a igreja. Empenho que levou inclusive, ao estabelecimento de um sistema de licenciamento que consistia na aprovação dos textos para publicação por um ou vários frades ao início dos textos do código *imprimatur* (MILTON, 2000, p. 23), o qual indicava que era uma leitura previamente para sua publicação.

Tais medidas contribuíram ao apagamento de diversas opiniões que foram consideradas pelos antigos de grande importância, assim como ao silenciamento de opiniões que seriam relevantes para a ciência moderna. Tal é o caso da Itália, onde o autor destaca o caso de Galileu: “Foi lá que conheci o famoso Galileu, já velho e prisioneiro da inquisição por pensar, em termos de astronomia, ao contrário do que pensavam os licenciados franciscanos e dominicanos.” (MILTON, 2009, p.70)

É por isso que o autor assinala que a censura é uma paralisação da verdade, na medida em que é o livre trânsito das ideias, tanto das consideradas boas quanto as negativas, o que garante a possibilidade da formação de crenças verdadeiras. Enquanto as opiniões que podem ser consideradas erradas ou prejudiciais, Milton (2000, p. 31) aponta que não adianta se preocupar, já que é improvável que do mal possa surgir algum benefício e, aquele que é sensato saberá extrair riqueza do lixo, enquanto o insensato continuará nesse estado mesmo que se encontre entre os sábios. Pelo contrário, para ganhar uma verdade mais certa, é preciso levar em conta todas as opiniões, embora sejam opiniões erradas, já que essas oferecem a oportunidade para afiançar as certezas já conhecidas.

Além dessa paralisação da verdade que traz consigo o sistema de licenciamento, o qual, tira a possibilidade de contrastar o erro com a verdade, apagando antes sair ao mundo toda opinião considerada errônea, Milton (2000, p. 41) afirma que a medida do parlamento, dificilmente conduz ao fim para o que foi inventada. Isso em primeiro lugar, porque de regular a imprensa, também deveriam se regular outras formas de expressão, como os passatempos, a dança, a música, as roupas e a opinião pública. Só assim talvez a medida do

licenciamento atingiria seu objetivo. Igualmente, Milton (2000, p. 59) indica que de aceitar a medida de censura do parlamento surgem outros questionamentos; como será executada a medida? Quem e quais serão os critérios que determinariam aquilo susceptível de ser ou não publicado?

Finalmente, na argumentação de Milton (2000) contra a medida do licenciamento imposta pelo parlamento, o autor destaca que essa constitui um desalento na ciência. Isso porque, se é o parlamento o Estado quem decide aquilo que é bom, prejudicial, publicável ou susceptível de censura, que sentido tem a ocupação dos doutos ou do povo em geral no esclarecimento da verdade? É dizer, com a censura se produz um estancamento das ideias, deixando só em mãos seja do parlamento o do Estado o papel para a determinação do cognoscível e do não cognoscível, tirando do indivíduo a ocupação pelo conhecimento e a ciência. É por isso que Milton (2000, p. 70) afirma que, na escrita a verdade pode ser comparada com uma fonte de águas em movimento, de não fluir constantemente as águas adoecem e viram um poço pantanoso de conformismo e tradição.

Segundo o exposto até aqui, é possível afirmar com Milton (2000) que, a liberdade de expressão tem duas características de vital importância, de um lado tem um caráter epistêmico o qual, para ser protegido precisa do segundo aspecto; a necessidade de uma dimensão negativa da liberdade de expressão. Epistêmico, porque como foi possível perceber na abordagem do autor inglês, há uma ligação direta entre o livre trânsito das ideias e a verdade, a qual só tem lugar, na perspectiva do autor, na contraposição de concepções diversas. E é neste contraste de ideias e opiniões diferentes onde acabariam prevalecendo as ideias verdadeiras por sobre as falsas. Por outro lado, está a necessidade de uma dimensão negativa da liberdade de expressão para preservar o clima auto regulatório das ideias, já que em um mundo com censura sobre opiniões determinadas teria lugar um desbalanço epistêmico. Mas sobre esse ponto da dimensão negativa da liberdade de expressão, faremos mais clareza, posteriormente, neste mesmo capítulo. Por enquanto, será proveitoso dar uma olhada na visão da livre expressão de Mill (2011), quem do mesmo jeito que Milton estabelece uma relação entre essa e o conhecimento.

Segundo Roberto Da Silva: “A defesa de Mill em “Sobre a liberdade” aparece como aquela que firmou a teoria da liberdade de expressão sobre as bases mais sólidas, providenciando o

referencial teórico mais rico e coerente” (DA SILVA, 2018, p. 284) Nessa defesa à liberdade de expressão, Mill (2011, p. 30) aponta que em um país constitucional não se deve temer à censura, posto que as leis do governo estão alinhadas com os desejos do povo. No entanto, assinala o autor que, mesmo nos casos em que o mesmo povo pretenda impor em seu governo a censura de alguma opinião, ou o governo se empenhe em censurar uma opinião do povo, é esse um ato ilegítimo. Isso porque, embora o governo ou o povo identifiquem opiniões que possam ser erradas, a circulação e a discussão dessas é necessária para mostrar a forma como deve ser interpretada a experiência.

Tal ilegitimidade em qualquer tentativa de censurar alguma opinião enunciada por Mill, parte de fato que, mesmo que todos os indivíduos tivessem a mesma ideia sobre alguma coisa e só um tivesse uma ideia diferente, não seria justo tentar silenciar essa diferença, como também não seria justo que um só indivíduo tente silenciar as ideias diferentes de todo um povo (MILL, 2011 p. 30). É assim que as ideias, tanto das minorias quanto das maiorias, devem ser ouvidas e submetidas a críticas em virtude da contribuição para se chegar àquilo que pode ser considerado como verdade.

Na visão do autor (MILL, 2011 p. 31), qualquer tentativa de censura de uma opinião sob a ideia que pode ser nociva ou prejudicial, realmente, tem de fundo o preconceito da infalibilidade. Preconceito que consiste que no excesso de confiança em só uma opinião⁸, que pode criar o sentimento de absoluta certeza nos indivíduos, ao elevar sua opinião ao status de última verdade e negar totalmente a possibilidade de estarem errados. Dito de outra forma, tira a possibilidade de reafirmar a opinião através da expressão dos outros ou, de cair em conta da opinião errada que se tinha como certa. Como exemplo disso, podemos mencionar o caso de muitos discursos políticos e religiosos que são promovidos nas redes sociais, onde na pressa pela afirmação de um posicionamento político ou religioso, os indivíduos expressam toda classe de preconceitos contra as opiniões que contradizem as suas. É assim que lemos no autor de *Sobre a Liberdade*:

Infelizmente para o bom senso das pessoas, o fato de serem falíveis está longe de ter o peso no seu juízo prático que lhe é sempre concedido teoricamente; pois ainda que cada um saiba muito bem que é falível, poucos acham necessário tomar quaisquer precauções contra a sua própria falibilidade, ou aceitar a hipótese de

⁸ É importante destacar que no texto tratado, Mill não faz uma diferença entre crença e opinião, na versão em inglês como na versão no espanhol e português, é usado *Opinion*, *Opinión* e *Opinião*. As opiniões têm a possibilidade de ser certas ou erradas segundo o processo de revisão e crítica que sofram.

que qualquer opinião de que tenham muita certeza possa constituir um dos exemplos de erro a que reconhecem estar sujeitos. (MILL, 2011, p.31)

Como consequência desse preconceito de infalibilidade pode acontecer que, os indivíduos sejam privados de opiniões justas e da oportunidade de retificar opiniões erradas que tinham como certas, e de outro lado se a opinião for falsa, ficariam desprovidos da possibilidade de reafirmar a opinião considerada verdadeira. Já que, mesmo que uma opinião tenha sido fundamentada pela tradição, pelos governantes ou as maiorias, a história tem demonstrado que nesses três casos podem existir erros, os quais só têm sido emendados através da discussão e o livre trânsito de opiniões que questionam a tradição. Acontece, por exemplo, no caso das crenças das tradições religiosas, as quais na sua origem são abundantes de significado produto do livre intercâmbio de ideias dos indivíduos que as constroem, tornando assim essas crenças ativas. Mas uma vez atingem o nível de opinião dominante e aceitas pelo público geral, essas deixam de ser discutidas e se tornam opiniões tradicionalmente aceitas, seu progresso se vê truncado e passam a formar parte do cumulo de opiniões que são verdadeiras, seja por herança ou legado de um povo, virando assim, crenças mortas. É por isso que Mill afirma:

Todavia, o fato é que, não havendo discussão, esquece-se não apenas os fundamentos da opinião, mas também bastante frequentemente o significado da própria opinião. As palavras que a enunciam deixam de sugerir ideias, ou então sugerem apenas uma pequena parte das ideias que as palavras inicialmente foram usadas para comunicar. Em vez de uma concepção vívida e de uma crença viva, permanecem apenas umas quantas expressões retidas maquinalmente; ou, se é retida alguma parte, então será apenas a casca inútil do significado, perdendo-se a essência mais subtil. (MILL, 2011, p.46)

Frente a isso, se adverte sobre a necessidade da livre expressão, dado que, segundo o autor (2011), os indivíduos não poderiam alcançar a verdade sobre algum assunto senão através do exercício desse tipo de liberdade, porque não é só pela experiência que é adquirida a verdade, mas também pela discussão. É dizer, que, para compreender algo, ou apreender um fato, este precisa ser submetido às diferentes críticas e opiniões dos outros indivíduos para se tornar cada vez mais carente de dúvidas, além de que a constante revisão das opiniões que temos por verdadeiras vão corroborar as nossas opiniões ou vão nos fazer mudar uma opinião errada.

Até aqui, temos que a privação de uma opinião ao público seja essa verdadeira ou falsa, constitui uma perda para a constituição de aquilo que poder chegar a ser considerado verdadeiro para os indivíduos. No caso de privar os indivíduos de uma opinião verdadeira, esses ficariam desprovidos da possibilidade de corrigir uma opinião falsa e continuariam morando no erro; no caso de uma opinião falsa, esses seriam tirados da possibilidade de afirmar uma determinada opinião que têm por verdadeira. Mas o autor ainda considera outro tipo de opinião que pode inclusive ser o caso mais comum, e assinala:

Mas há um caso mais comum do que qualquer destes; aquele em que as doutrinas em conflito partilham a verdade entre si, em vez de uma ser verdadeira e a outra falsa; e a opinião discordante é necessária para fornecer o resto da verdade, da qual a doutrina dominante incorpora apenas uma parte. (MILL, 2011, p.51)

E assim que o autor assinala que, não existem opiniões completamente verdadeiras ou completamente erradas, mas o mais comum é que as opiniões que são aceites como certas, costumam precisar da sua contraparte para complementar o resto da verdade⁹. Isso porque, aquelas opiniões que são aceites de forma geral só contêm uma parte, grande ou pequena, da verdade, parte que se vê complementada normalmente pelas opiniões consideradas heréticas. No entanto, é hábito que essas opiniões heréticas não costumam ser vistas de maneira geral como o complemento da opinião aceita, senão como sua contraparte, já que, segundo o autor, (MILL, 2011, p. 51) na mente humana a unilateralidade é regra e a pluralidade exceção.

Sobre esse ponto, é reiterada a importância da não censura de nenhuma opinião, na medida que o ato de escurecer uma determinada opinião, acaba por tirar uma parte da opinião que também merece ser levada em conta pelos indivíduos. Para o autor, a verdade é revelada como uma tensão entre as diversas opiniões, pois de um lado as opiniões verdadeiras precisam das erradas para se afiançar e, do outro, as opiniões erradas precisam das verdadeiras para se revelar como falsas. Daí a importância da livre circulação das diversas opiniões dos indivíduos, já que sem a contraposição de opiniões não teria lugar a tensão que dá origem à verdade; portanto, os indivíduos seriam cada vez menos autônomos, posto que ficariam presos nas opiniões impostas e com poucas possibilidades de agir livremente. Daí que o Mill (2011, p. 52) afirme que, é um fato universal que no estado presente do espírito

⁹ É importante assinalar que o autor, esclarece que esse é o caso das opiniões que não tem a ver com os sentidos. (MILL, 2011, p. 51)

humano não é possível conceber a verdade completamente senão através da diversidade de opiniões.

Finalmente, o autor inglês não deixa de lado que podem existir opiniões com o potencial de prejudicar os indivíduos, como aqueles discursos que incitam à violência. No entanto, é também enfático no fato do perigo que pode representar para a verdade a restrição de um determinado tipo de discurso, já que, as opiniões dominantes sempre tendem a posicionar como inimiga toda opinião contrária. Por isso, é importante nos casos de incitação à violência, malícia ou intolerância sobre uma opinião, considerar cada caso de forma particular e condenar se o caso qualquer atitude prejudicial ao bem estar do debate público. (MILL, 2011, p. 57)

No caso de Mill, como no de Milton, é possível perceber também o compromisso epistêmico que tem a liberdade de expressão, já que, é estabelecida uma relação direta entre a livre circulação das opiniões e aquilo que é considerado verdadeiro. De outro lado, Mill também defende uma dimensão negativa da liberdade de expressão, na medida em que o caminho até aquilo que é susceptível de ser considerado verdadeiro só pode se atingir em um ambiente livre de censura, onde as opiniões diversas podem se expressar sem problemas. É por isso que, nas abordagens desses dois autores, se considera o que mais tarde foi chamado de Mercado das Ideias. A continuação, será feito um reconto do Mercado das ideias.

1.2 O Mercado das ideias

Charney (2019, p. 123) aponta que, aquilo que diferencia a defesa de Milton e Mill da liberdade de expressão é o contexto de onde surgiram, já que, no caso de Milton, é em um contexto marcado pela religiosidade e a guerra civil entre os membros do parlamento e o poder de Carlos I. Já no caso de Mill, sua defesa da liberdade de expressão tem lugar no contexto da luta pelas liberdades políticas e civis próprias da primeira metade do século XIX.

É sobre a defesa da liberdade de expressão desses autores que mais tarde no século XX surge a ideia do mercado das ideias vinculada na mesma linha dos ingleses ao descobrimento da verdade. É dizer, é realizada uma analogia da lógica do livre mercado com

a ideia de que só através do livre trânsito das ideias será atingido aquilo que pode ser considerado como verdadeiro. Tal como acontece com o mercado, o qual não precisa de regulação e consegue se regular a si mesmo, aconteceria com as opiniões, as quais sem necessidade de regulação conseguiram se encaminhar à verdade.

Segundo o exposto por Charney (2019, p. 124) é com O. W. Holmes, jurista e membro da corte suprema dos Estados Unidos durante a primeira metade do século XX, que a ideia do mercado das ideias adquire forma e é associada à concepção de liberdade de expressão. Já que, aceitando a função da liberdade de expressão identificada por Milton e Mill, a de descobrir a verdade, Holmes identifica uma dinâmica ou uma estrutura para o desenvolvimento dessa função, a da lógica do mercado.

Mas vale a pena dar uma olhada no contexto em que surge essa ideia. Durante a Primeira Guerra Mundial em 1917, nos Estados Unidos surgiram duas legislações: de um lado a lei de espionagem e de outro a lei de sedição. Ambas tinham como intuito a proteção da segurança da nação. A lei de espionagem proibia qualquer tentativa de espionagem, assim como a troca de informações ou documentos que pudessem ser considerados prejudiciais para a segurança nacional. Pela sua parte, a lei de sedição, ampliava as restrições da lei de espionagem, criminalizando qualquer comportamento que pudesse ser considerado contra o governo, tais como a difamação e a crítica das forças militares, o governo ou os símbolos pátrios, sob duras penas de prisão.

É nesse contexto que se apresenta um dos casos mais paradigmáticos no que tem a ver com a liberdade de expressão, *Abrams v. United States*. (BOGEN, 1982, p. 98) Onde alguns estrangeiros russos foram acusados de violar as leis mencionadas, por ter produzido e reproduzido folhetos com informações que estavam contra a intervenção dos Estados Unidos à União Soviética e faziam chamamento à greve dos trabalhadores de fábricas de munições.

O caso é paradigmático, já que, embora houve situações anteriores ao caso mencionado onde através da lei de espionagem e a lei de sedição, foram censuradas publicações e indivíduos acusados de tentativas contra o governo por expressar suas opiniões. No entanto, no caso *Abrams v. United States*, Holmes muda sua perspectiva sobre a interpretação da primeira emenda e se posiciona a favor de Abrams, advertindo sobre o

perigo que constituía para a liberdade de expressão as limitações contidas nas leis mencionadas. (TORRES, 2007, p. 195)

Além disso, Holmes também estabelece que nos casos onde o governo deveria intervir por considerar uma expressão prejudicial não deveriam ser sob uma lei específica, senão considerar cada caso de forma particular conforme ao critério da existência de um perigo claro e presente. (TORRES, 2007, p. 198) Junto com essa mudança a uma visão mais liberal da liberdade de expressão, e reinterpretando a primeira emenda com a crítica à lei de espionagem e à lei de sedição, Holmes introduz a noção de mercado das ideias.

Segundo Torres (2007, p. 198), afirma-se que o último bem desejado é alcançado de forma mais eficaz através do livre intercâmbio de ideias e que a melhor prova da verdade é o poder de um pensamento para conseguir ser aceito dentro da competição do mercado. O que quer dizer que, as opiniões atingem o perduram aprovação na medida que competem entre si mesmos e ao final, uns corrigem os outros e é alcançado aquilo que pode ser considerado verdadeiro. Colocando de fundo a autorregulação das ideias no livre espaço de intercâmbio das mesmas. De acordo com Torres (2007, p. 198), essa ideia de Holmes está influenciada pelas teorias da economia neoclássica, dado que, Holmes foi um declarado admirador dos pressupostos de Adam Smith.

Também, estão presentes em Holmes (TORRES, 2007, p. 201), as ideias de Mill, pois na concepção do mercado das ideias também se encontra implicitamente o argumento da infalibilidade exposto por Mill. Nesse sentido, toda opinião deveria ser submetida a discussão, uma vez que ao aceitar determinada opinião simplesmente como certa sem discussão prévia, pode-se incorrer no preconceito de infalibilidade. Tal exercício de revisão contínua das opiniões, abre a possibilidade de que novas opiniões se estabeleçam como verdadeiras, apresentando anteriores opiniões tradicionalmente aceitas como erradas.

Com isso, Holmes (TORRES, 2007, p. 202) se posiciona contra qualquer concepção de absolutismo, pois considera que, classificar uma ideia como absoluta ou indiscutível, é cair dentro do preconceito da infalibilidade. Por tanto, ele defende uma ideia da liberdade de expressão desprovida de regulações por parte do governo ou outra instituição. Visto que, o contraste das diferentes opiniões em um contexto livre acabará por se regular naturalmente e apresentar a opinião mais certa de acordo ao momento.

Não obstante, essa visão liberal da liberdade de expressão que começa com a defesa de Milton, passa por Mill e atinge maturidade com a interpretação da primeira emenda levada a cabo por Holmes, resulta controversa e apresenta diversas críticas. Entre essas, chama a atenção o que Charney (2019, p. 125) assinala como a crítica feita por Hannah Arendt¹⁰, quem questiona a função epistemológica da liberdade de expressão. Segundo ela, os modos que caracterizam a busca da verdade não são compatíveis com o livre intercâmbio das ideias. Dado que, os meios para a busca da verdade são caracterizados por ser coercitivos e não seguir as regras da persuasão; de outro lado, o livre trânsito das ideias é bem mais flexível e tolera artifícios retóricos para convencer seus receptores. É por isso, que no referente à busca da verdade, as opiniões, mesmo que transitem em um espaço livre de coação e regulamentação, não terá como resultado a verdade. Em virtude de que, seja verdade da razão ou verdade de fato, essa está além dos acordos, consensos e tudo o que se diga sobre ela, mesmo que seja através do intercâmbio de informações corretas, essas não são suficientes para a demonstração de uma verdade da razão ou de fato (ARENDT, 2018, p. 308).

Outras críticas a esse posicionamento liberal da liberdade de expressão, apontam à função do mercado como estrutura adequada para a livre expressão, entre as que se encontram as abordagens de Herbert Marcuse (1965) e Stanley Fish (1994). As quais, podem ser consideradas como o posicionamento em um sentido positivo da liberdade de expressão. As ideias expostas por esses pensadores serão expostas na seguinte seção do presente capítulo.

1.3 Dimensão positiva da liberdade de expressão

Segundo Charney (2019, p. 126), Marcuse argumenta que a tolerância liberal sobre a que é fundamentada a defesa da liberdade de expressão liberal é regressiva, dado que as sociedades capitalistas têm uma tendência a agrupar em uma totalidade os interesses de

¹⁰ A diferença exposta por Arendt (1967) em *Verdade e política* entre verdade da razão e verdade de fato. As verdades da razão entendidas como aquelas que não são dadas nem reveladas ao homem senão produzidas pelo espírito humano. De outro lado estão as verdades factuais, que interessam no presente propósito, compreendidas como aqueles fatos do mundo que são construídos pelos arquivos, livros, comemorações na memória coletiva e precisam de testemunhas e depoimentos que os avaliem. Cabe destacar, que na concepção de Arendt, as verdades factuais têm a necessidade das diferentes opiniões dos indivíduos, posto que na formação deste tipo de verdade intervêm as diferentes perspectivas e experiências dos fatos acontecidos. Porém, mesmo que existem diversos pontos de vista, esses não alteram o fato acontecido

aqueles que têm posicionamentos antagônicos. É assim, que no seu ensaio sobre a tolerância repressiva, Marcuse (2010, p. 47) aborda a ideia de que, para que seja possível a realização da tolerância, é preciso a intolerância frente a determinadas práticas, credos e opiniões políticas dominantes.

A tolerância, escreve Marcuse (2010, p. 48), é um fim em si mesmo, que tem como objetivo suprimir a violência e a opressão quanto seja possível para resguardar aos homens e animais da crueldade e da agressão. No entanto, esse fim está cada vez mais paralisado pela violência e a repressão, sob a escusa de manter o *status quo*, a tolerância tem se expandido até níveis que toleram comportamentos que não ser aceitos na medida que não contribuem no objetivo de atingir uma existência sem medo e miséria.

O autor (2010, p. 49) argumenta que, a tolerância ante o que deveria ser considerado como cruel ou malvado, radica nos acordos estabelecidos previamente pela maioria dominante. É por isso, que são toleradas ideias como a guerra, a discriminação e o embrutecimento dos jovens através da publicidade, ao tempo que a delinquência juvenil causa escândalo, em virtude de que, umas favorecem a hegemonia e a outra a desafia. Desse modo, em uma sociedade administrada por completo, até os direitos como o voto, a imprensa, a liberdade de opinião e a manifestação, estão ao serviço da administração virando instrumentos de afirmação do *status quo* imposto pela hegemonia. Assim, em uma sociedade onde aquilo que é tolerável é só definido por quem ostenta o poder, mesmo que existam instrumentos para a oposição, como é o caso da liberdade de expressão, esses só serviram para reforçar a opressão bosquejada previamente pela dominação.

Pelo anterior, Marcuse (2010, p. 50) afirma que a tolerância só pode alcançar seu verdadeiro fim, quando é praticada por todos os atores que intervêm nos processos sociais, tanto pelos que dominam quanto pelos dominados. Sem essa condição não há lugar para falar sobre tolerância, em tal caso só pode existir, violência institucionalizada. Sob a ideia dessa tolerância parcial, afirma Marcuse, é que nas sociedades liberais tanto de Inglaterra como dos Estados Unidos, se permitiu a liberdade de expressão e associação inclusive aos inimigos do status quo, sempre que transgrediram os limites das palavras à ação.

Não obstante, não é esse o verdadeiro fim da tolerância. O filósofo (2010, p. 51) afirma que, a liberdade envolve a autonomia e a autodeterminação, é dizer, a faculdade de

determinar a própria existência e decidir o que se quer e o que não ou de fazer e omitir o que seja considerado adequado. O sujeito dessa autonomia não pode ser o indivíduo isolado e particular, mas o indivíduo que é livre com os outros. Livre com os outros no caminho à autodeterminação e promoção de uma sociedade onde não seja escravo das instituições.

Nesse sentido, aponta o autor (2010, p. 52) da Tolerância Repressiva que, essa liberdade é um ideal ainda por realizar inclusive nas sociedades mais liberais. Tal realização desse ideal de liberdade, só pode ser compreendido pela razão, é dizer, na identificação de motivos e possibilidades refletidos e orientados ao fim buscado, e a projeção sobre a base da experiência. Nesse caminho à realização do ideal da liberdade, também é possível identificar aquilo que não conduz ou que poderia ser prejudicial para atingir o objeto de uma sociedade livre e racional. Para que esse processo consiga ser levado a termo, é preciso da liberdade de expressão e pensamento como premissas. É dizer, é necessária a tolerância.

Porém, essa tolerância da liberdade de expressão além de não ser parcial como ficou descrito linhas acima, também não deveria ser homogênea no conteúdo da expressão, e ainda menos, ter como estrutura a dinâmica do mercado como no caso de Holmes. Marcuse (2010, p. 52) afirma que tal tolerância precisaria não aceitar nem proteger opiniões falsas nem fatos injustos, os quais seriam contra o ideal de liberdade proposto. É por isso que o autor afirma:

Mas a sociedade não pode ser indiscriminatória onde a pacificação da existência, onde a sua liberdade e felicidade estão em jogo: aqui, certas coisas não podem ser ditas, certas ideias não podem ser expressas, certas orientações políticas não podem ser sugeridas, certos comportamentos não podem ser permitidos sem fazer da tolerância um instrumento para a manutenção da submissão abjeta. (MARCUSE, 2010, p. 53)

Até aqui, se tem que na caracterização de Marcuse sobre a tolerância, essa não pode ser fundamentada unicamente por quem ostenta o poder, senão que deve incluir todos indivíduos, tanto os que dominam quanto os dominados. De outro lado, defende também o papel que desempenha a tolerância para alcançar o ideal de liberdade proposto, mas argumenta que tal tolerância não deve ser ao modo proposto pela teoria liberal, é dizer, em um sentido negativo. Pelo contrário, no caminho ao ideal de liberdade, a tolerância guiada pela razão, deve identificar as atitudes e opiniões que se afastam da realização da liberdade, evitando assim que a tolerância vire um instrumento da repressão e a violência.

Sem esse fundamento racional, para a tolerância e a liberdade de expressão, a mesma viraria um instrumento de manipulação dos indivíduos, os quais teriam nominalmente o direito de opinar e expressão, e ainda assim, o exercício desse só consistiria na repetição das opiniões dominantes. É por isso que Marcuse (2010, p. 54) afirma que, a tolerância omnidirecional é problemática se desaparece o fundamento racional, dado que, se a tolerância é prescrita a indivíduos previamente manipulados que repetem a opinião dos senhores como a própria e para os quais a heteronomia virou autonomia.

De outro lado, se encontra a crítica a liberdade de expressão em um sentido negativo proposta por Stanley Fish no seu texto: Não existe algo como liberdade de expressão, e isso é algo bom também (*There's no such thing as free speech, and it's a good thing, too*, 1994). Onde aponta que a liberdade de expressão nunca pode ser geral. (DA SILVA, 2018, p. 291) Fish (1994, p. 102) abre seu artigo afirmando que na atualidade a primeira emenda virou o refúgio dos canalhas, na medida que, o neoconservadorismo apropriou-se da liberdade expressão para justificar suas políticas de segregação e ódio.

Isso acontece, porque segundo Fish (1994, p. 102), a liberdade de expressão não constitui um valor independente, mas uma recompensa política para o setor político dominante. pelo que, quando é invocada a liberdade de expressão é só para favorecer os propósitos desse grupo específico, e quando é invocada pela oposição encontra obstáculos e repressões. lembrado em certa medida, o proposto por Marcuse e os problemas derivados de uma concepção da tolerância que é concebida por só um dos diferentes atores sociais.

Se a liberdade de expressão não constitui um valor independente, então torna-se só uma abstração que não possui um conteúdo único, não é possível apontar uma definição fixa para ela. pelo que o conceito pode ser preenchido com qualquer conteúdo y direção que possa favorecer os interesses de quem tenha a possibilidade ou o poder de defini-lo. Por esse motivo, Fish (1994, p. 104) assinala que a restrição de uma expressão não tem que representar necessariamente uma característica negativa do discurso, já que, o discurso nunca é um valor em si mesmo. Pelo contrário, esse sempre é produzido ao interior dos limites de uma concepção do bem determinada. Assim, na mesma linha de Fish, Da Silva aponta:

Limites à liberdade de expressão não são exceções; são uma condição para a

expressão como tal. Nunca foi um paradoxo verdadeiro quando Locke propôs que apenas religiões tolerantes fossem toleradas: o valor de tolerância, quando defendido, presume uma oposição ao valor da intolerância, e é a partir dessa oposição que o valor pode se definir enquanto palavra e existir enquanto prática. (DA SILVA, 2018, p. 292)

Também, Fish (1994, p. 107) aponta que, uma defesa da liberdade de expressão antes que ocupar-se de defender o simples discurso, coisa que não existe, deveria ter foco na delimitação do discurso e em aquilo que favorece e não favorece o discurso, levando em conta o objetivo de favorecer a verdade. Isso, em lugar de representar uma ameaça, é uma demarcação do caminho para a elaboração dos discursos que contribuam cada vez mais aos objetivos de uma sociedade justa.

Ante a ideia derivada da dimensão negativa da liberdade de expressão, onde se estabelece que as palavras não são nocivas, pelo que não tem sentido censurar determinadas opiniões, dado que os discursos não têm consequências. Fish (1994, p. 109) argumenta que essa posição desestima as consequências que podem ter os discursos nocivos para os indivíduos, e sugere que são danos superficiais que qualquer pessoa liberal e humana poderia suportar. Contrário a isso, determinados discursos têm potencial nocivo para os indivíduos, causando feridas nos indivíduos e promovendo ideias que segregam e quebram a coesão social.

Como alternativa a essa situação, a proposta de Fish (1994, p. 110) é a política, é dizer, entender que a liberdade de expressão não está submetida a ideias rígidas e doutrinas firmes. Senão, na capacidade dos indivíduos para interpretar, re-conceituar e reformular os princípios e doutrinas de maneira que levem à proteção do discurso que se quer ouvir e a regulação do discurso que se quer controlar. Dessa forma o autor conclui afirmando:

A boa notícia é que, precisamente porque o discurso nunca é "livre" nos dois sentidos necessários, livre de consequências e livre de pressões estatais, o discurso sempre importa, está sempre em ação; porque tudo o que dizemos afeta o mundo de maneiras indistinguíveis dos efeitos da ação física, devemos assumir a responsabilidade por nossas ações verbais, todas elas, e não presumir que estão protegidas por uma cláusula na constituição. (FISH, 1994, p.14) (tradução minha)

No percurso feito até aqui foi possível perceber que, embora não exista uma posição universalmente aceita sobre a liberdade de expressão, são apresentadas duas tendências fortes na interpretação da mesma. De um lado, está a dimensão negativa da livre expressão

encabeçada pelas ideias de Milton e Mill, e caracterizada por defender uma visão livre de restrições, onde o livre trânsito das opiniões e os discursos levaria ao confronto das opiniões mais diversas e como produto desse confronto acabaria por ser revelado aquilo que poderia ser considerado como verdadeiro.

No entanto, essa visão resulta controversa e como crítica resulta uma outra visão da liberdade de expressão, inaugurando a dimensão positiva da livre expressão, onde foram descritas as abordagens de Marcuse e Fish principalmente. Nessas críticas foi possível perceber que, antes de defender uma liberdade de expressão sem regulamentações, é importante se perguntar sobre qual é o fundamento dessa tolerância em qualquer tipo de discurso ou opinião. Assim como, quais seriam as consequências de conceber uma liberdade de expressão sem restrições, obviando os possíveis prejuízos que pode causar o livre trânsito de determinadas opiniões e discursos. No que segue deste primeiro capítulo, será introduzido o tópico das redes sociais, e a tarefa a seguir, será analisar em qual das duas posições expostas sobre a liberdade de expressão consegue encaixar a dinâmica da opinião que se desenvolve no meio virtual.

1.4 A liberdade de expressão no meio digital

I hope that even my worst critics remain on Twitter, because that is what free speech means.

Elon Musk¹¹

A simples vista, parece que com o advento da internet e mais especificamente das redes sociais, as ideias tanto de Milton, e Mill alcançaram o máximo desenvolvimento. Pois aparentemente nelas os indivíduos ou usuários desfrutam da possibilidade de se expressar à vontade independentemente das opiniões dos outros indivíduos, além de também expressar a própria opinião e submetê-la à opinião dos demais. Lembrando assim, aquela concepção da liberdade de expressão em sentido negativo, onde não existe regulamentação. É dizer, segundo essa visão aparente, as redes sociais constituem uma espécie de *ágora* virtual onde tem cabido todas as opiniões sobre os diversos temas, o que nas palavras de alguns

¹¹ Declaração proferida pelo famoso empresário através de um tuíte (2022), logo de assegurar a compra de uma das plataformas com mais usuários no mundo, Twitter.

defensores contemporâneos da liberdade total e irrestrita de expressão, isto é o que a liberdade de expressão significa. No entanto, como é possível pensar as redes sociais como espaço da livre expressão?

Postman (2001), após caracterizar o modo em que a imprensa como tecnologia dominante determina o modo de estabelecer relações com as coisas e os semelhantes, irá proceder na descrição do que ele chama de o *Mundo da Diversão*¹². Segundo o autor (2001), desde o surgimento do telégrafo começou-se a configurar uma transformação do mundo de acordo com as novidades que trouxeram as novas tecnologias da informação e comunicação. Transformação que atingiu seu ponto mais alto com o surgimento da televisão aos princípios do século XX.

De acordo com o mesmo autor, o telégrafo é o primeiro meio tecnológico que marca o início de uma série de transformações que determinaram a maneira em como os indivíduos começaram a modificar suas relações consigo mesmos e seus semelhantes. Isso porque com o telégrafo é imposta uma nova forma de comunicação que modifica as noções de tempo e espaço, já que muda o tempo regular que tomava enviar uma carta pelo emissor até o receptor através do transporte terrestre. Por outro lado, já a mensagem não tem que viajar fisicamente por um determinado território, senão que é enviada em tempo real de um espaço a outro de forma simples e pouco elaborada. Deixando de lado o caráter argumentativo que envolvia o envio de uma carta, a situação recriada pelo telégrafo abre espaço pela primeira vez para a possibilidade de sobrecarga de informação, dado que as mensagens exigem ser curtas e sucintas e podem ser enviadas em massa. É por isso que Postman escreve

O telégrafo serve apenas para emitir mensagens urgentes, substituindo cada uma rapidamente por outra mais atual. Fatos empurram outros fatos para dentro e para fora de nossa consciência em velocidades que não permitem nem exigem avaliação. (POSTMAN 2001, p.75) (tradução minha)

Como é apreciado na concepção do autor, a introdução gradual do telégrafo e as tecnologias que o sucederam como a fotografia e mais tarde a televisão transformaram radicalmente o modo de estabelecer relações e se comunicar. Tal transformação constituiu uma perda com respeito àquilo que acontecia no modo de ser da imprensa, em virtude de

¹² Tradução minha do texto em espanhol para a expressão “El mundo de la diversión”, originalmente em inglês o autor usou *The Peek-a-Boo World*.

que é deixado de lado o aspecto argumentativo exigido do modo de ser tipográfico, isso para privilegiar um jeito de comunicação mais leve que consiste na transmissão de mensagens simples e breve que acontecem um atrás do outra sem ser submetidas à reflexão.

A perda própria do modo de ser tipográfico implica que o mundo deixe de lado a tendência para oferecer razões ou argumentos¹³ sobre os diferentes fatos e passe a ser experimentado de um jeito mais leve, próprio da natureza do meio de comunicação hegemônico, seja o telégrafo, a fotografia, ou a televisão. Também, esses meios onde são transmitidas mensagens rapidamente e em tempo real, criam uma necessidade de novidade nos indivíduos, um desejo de informação e dados sobre qualquer tema e fora de contexto virando assim o mundo em um aglomerado de fatos sem conexão que acontecem um atrás de outro em virtude da novidade, mas que não deixa espaço para refletir sobre algum deles. Esse é o mundo da diversão, o mundo onde os indivíduos desfrutam do conteúdo e da informação, mas não encontram necessária a problematização das coisas. É por isso que Postman declara que

Não há consequência mais perturbadora da revolução eletrônica e gráfica do que esta: que o mundo que nos é apresentado pela televisão nos pareça natural, mas não estranho. (POSTMAN, 2001, p.84) (tradução minha)

Não obstante, a crítica das consequências da mudança do meio dominante feita por Neil Postman (2001) obedece à mudança acontecida pela introdução dos meios eletrônicos compreendidos desde o telégrafo até o caso da televisão. E, como foi proposto no intuito deste capítulo, será preciso analisar o caso das redes sociais e a maneira como nelas se desenvolve a livre expressão. É por isso que será necessário dar uma olhada no que é proposto por Byung-Chul Han (2022) na sua obra *Infocracia*, e assim obter um pano de fundo desde o qual visibilizar o caso das redes sociais e a liberdade de expressão.

Na quarta parte do ensaio que critica a crise da democracia pelos processos de digitalização, *Infocracia* de Han (2022) apresenta o que se compreende como racionalidade

¹³ É importante destacar que, com a caracterização da época da imprensa não é procurada a idealização do período tipográfico. Posto que neste também existiu o fenômeno da desinformação e censura. Porém, em concordância com o proposto por Postman (2001), a era tipográfica é caracterizada por uma tendência ao oferecimento de razões, assim como à estrutura no momento de argumentar a favor ou contra um determinado fato.

digital. Nele, o autor argumenta de que jeito é que o regime da informação¹⁴ determina a maneira como os indivíduos compreendem o mundo e estabelecem relações nele. Da mesma maneira que Postman (2001) caracterizou o telégrafo e a televisão como tecnologias que mudaram radicalmente o mundo, o autor declara que os dados e o processamento deles são agora o meio dominante que determina as relações. Isto é, o que os indivíduos consideram verdadeiro ou falso, bom ou ruim, está determinado pelo processamento de todos aqueles fragmentos de átomos de informação conhecidos como dados.

A acelerada introdução da internet em todos os campos da vida social e individual desembocou em uma geração exponencial de dados. Emergindo assim diversas formas de processar esses dados, como o caso da *big data*, que é uma solução para a análise de grandes quantidades de dados de diversas naturezas, e tem como objetivo o descobrimento de padrões e tendências na informação. É assim que, se de um lado o desenvolvimento das relações entre os indivíduos está ligado à vida *online* em grande medida, e de outro lado a vida *online* está atravessada pelo processamento de dados que estabelecem modelos e tendências, então o mundo virou um conjunto de relações determinadas pelos modelos produto do processamento de dados.

Não obstante, Han (2022) declara que esse modo de ser próprio do regime da informação substituiu a racionalidade comunicativa¹⁵, onde prevalecia o discurso. É assim que escreve no seu ensaio:

Podemos chamar a forma de racionalidade que se sustenta sem discurso de racionalidade digital. É oposta à racionalidade comunicativa que conduz um discurso. Junto à capacidade de fundamentação, a disponibilidade de aprendizado é constitutiva para a racionalidade comunicativa. (HAN, 2022, p. 65)

A racionalidade, caracterizada como a capacidade de expressar opiniões, oferecer argumentos e fundamentos a respeito de um tópico determinado, é oposta à racionalidade digital, que tem como atributo principal o cálculo. É assim que os algoritmos que levam a

¹⁴ Conceito que Han (2022) compreende como uma forma de controle que é caracterizada por exercer domínio econômico, social e político através do processamento de informações mediante o uso de algoritmos e inteligência artificial.

¹⁵ Han (2022) entende a racionalidade comunicativa ao discurso que é levado a cabo com argumentos através dos quais um assunto determinado é aprovado ou reprovado.

cabo o cálculo constante, e junto com a inteligência artificial, IA¹⁶, substituem a capacidade argumentativa dos indivíduos na medida que a análise de dados de múltiplas fontes e em tempo real tem a capacidade de determinar a solução para diversos problemas, assim como produzir o mundo social: é no mundo dominado pelo *Big Data* onde é desenvolvido o mundo social. Han (2022) chega a afirmar que no regime da informação, a racionalidade digital deixa de lado a narração do mundo para dar passo ao cálculo próprio dos algoritmos. É assim que se dá o passo do mundo da diversão enunciado por Postman (2001), ao mundo da digitalização absoluta.

É sobre este contexto conquistado até aqui, que será possível a análise das redes sociais e a forma como é compreendida a liberdade de expressão nelas: como o ápice de um processo que começou com o telégrafo e chega até o mundo do processamento de dados e estabelece o que foi chamado de racionalidade digital. No entanto, para compreender melhor o salto do mundo da diversão ao mundo da racionalidade digital, vale a pena dar uma olhada na questão de como se dá o surgimento da internet e com ele as redes sociais.

O advento da internet transformou significativamente o mundo, desde a maneira como o compreendemos até a forma como nos relacionamos com as coisas e com os outros indivíduos. Isto é, tal como aconteceu com a imprensa, que transformou substancialmente as relações humanas e as relações com as coisas, a chegada da internet também significou uma transformação do mundo. No entanto, nem sempre foi como a conhecemos. Segundo Castells (2001), na sua gênese, a internet foi desenhada como um conjunto de programas *em rede* para satisfazer necessidades de ordem institucional; é assim que em meados dos anos 60 surge a primeira versão do que hoje conhecemos como resposta à necessidade de estabelecer um sistema de comunicações militar que fosse capaz de contribuir no caso de um ataque nuclear. Mais tarde, o projeto de conexão *entre* redes ampliou seu escopo e passou do uso exclusivamente militar para também ser usado na investigação científica. Essa

¹⁶ Ciência da computação, que consiste na análise de grandes quantidades de dados com o intuito de simular operações humanas, assim como de estabelecer modelos e padrões de comportamento humano. O que permite que alguns sistemas tecnológicos consigam perceber e se relacionar com seu entorno, assim como a solução de problemas com um objetivo específico. Como produto dessa disciplina são desenvolvidas técnicas como *machine learning* e *deep learning*. As quais, de um lado, se ocupam do processamento de grandes quantidades de dados através de algoritmos que organizam e identificam padrões e de outro lado, de acordo com os dados organizados e identificados se ocupa da aprendizagem que reproduz o comportamento que simula a atividade humana.

abertura fez com que a ideia da internet tomasse cada vez mais forma e que muitos acadêmicos e usuários no mundo contribuíssem para o desenvolvimento da comunicação entre redes, como é o caso do *Unix*, que como movimento de software livre foi lançado no mundo, com a possibilidade de os usuários manipulá-lo, contribuindo ao seu gradual aperfeiçoamento, criando sistemas que estabeleciam conexão com outras máquinas para compartilhar informações, o que levou a um dos sistemas que ainda hoje é usado por muitos usuários no mundo, *Linux*.

No entanto, o que colocou a internet como o fenômeno global que assistimos hoje foi o surgimento da *World Wide Web* (WWW) com Tim Berners-Lee. Só com a WWW foi que finalmente se alcançou o ideal de conseguir interconectar diversos servidores no mundo numa mesma rede para a troca de informações. É por isso que Castells escreve:

A pesar de que Internet estaba ya en la mente de los informáticos desde principios de los sesenta, que en 1969 se había establecido una red de comunicación entre ordenadores y que, desde finales de los años setenta, se habían formado varias comunidades interactivas de científicos y hackers, para la gente, para las empresas y para la sociedad en general, Internet nació en 1995. (CASTELLS, 2001. 31)

Segundo o descrito até aqui e na linha de Castells (2001), poderíamos dizer que grande parte do desenvolvimento da internet se dá graças aos ideais de liberdade. Como foi exposto, o nascimento da internet foi um produto, em primeiro lugar, dos interesses militares que depois passou às mãos dos diversos pesquisadores de diferentes universidades e finalmente exposto ao público para o aperfeiçoamento e melhora constante; é dizer, dada a liberdade que foi outorgada aos pesquisadores, entidades do governo e centros de pesquisa no projeto, é que foi possível surgimento da internet como a conhecemos hoje, entendida como o instrumento que permite a conexão entre diferentes servidores para o intercâmbio de informações, opiniões, entre outros.

A abertura da internet ao público geral permitiu quebrar as fronteiras que até o momento podiam representar uma limitação no intercâmbio de opiniões e informações, já que, para o momento, o acesso às opiniões e informações estava mediado pelas mídias da época tais como jornais, rádio e televisão. Assim foi o caso da comunidade estudantil que para a época viu com a internet a possibilidade de conhecer outras opiniões diversas além de poder expressar as dos diferentes usuários, o que ao tempo representou uma liberação tanto dos governos como das mídias tradicionais. (CASTELLS, 2001).

Neste ponto, e segundo o olhar de Castells (2001), a respeito do surgimento e a história da internet, poderíamos dizer que a construção da internet como espaço de intercâmbio de opiniões e informações através da comunicação entre redes foi possível em virtude da colaboração e liberdade de expressão com que contaram os atores que participaram na sua criação, já que, como nas abordagens do Milton (2000) e do Mill (2011) expostas, só graças àquela tensão que tem lugar como produto da exposição e contraposição de diferentes ideias é que pode surgir a verdade. Portanto, é graças ao exercício da liberdade de expressão com que contou o panorama onde surgiu a internet, que foi possível o desenvolvimento de uma internet como rede de intercâmbio de informações. Tal rede de intercâmbio de informações virou parte importante na hora da expressão e o desenvolvimento da vida, já que como é possível perceber na dinâmica da vida cotidiana atual, no mundo que habitamos hoje grande parte das atividades cotidianas estão mediadas por uma conexão à internet.¹⁷

Outra visão otimista do diálogo global que promove as novas tecnologias é a desenvolvida pelo filósofo da Tunísia, Pierre Lévy (2010), na sua obra *As tecnologias da inteligência*. Nessa obra, é abordado o conceito de hipertexto, que o autor descreve como o modo de ser determinante na era das tecnologias da informação e da comunicação. O hipertexto é entendido como a interligação de diferentes textos, imagens e sons em um espaço comum onde os indivíduos têm a possibilidade tanto de consultar as informações sem uma ordem específica, quanto de acrescentar o conteúdo interagindo diretamente nele, contribuindo assim na constante geração de redes de associações e, portanto, de sentido.

Segundo o autor (2010), um exemplo da forma como funciona o hipertexto são os chamados *Groupwares*, compreendidos como programas informáticos envolvidos em um mesmo projeto, no qual tem participação diferentes indivíduos que não partilham o mesmo espaço, mas que têm acesso a uma mesma rede. Outra particularidade dos *groupwares*, assim como no hipertexto, é que a interpretação das mensagens divididas no grupo não precisa necessariamente ser a mesma para todos os indivíduos envolvidos, pelo contrário,

¹⁷ Segundo informação do banco mundial, para o ano 2021 aproximadamente o 81% dos brasileiros contam com uma conexão à internet, seja essa desde um computador, celular, assistente digital pessoal, TV digital, entre outras. Informação consultada em <https://datos.bancomundial.org/indicador/IT.NET.USER.ZS?locations=BR> Acesso em: 05/07/2023

cada indivíduo pode oferecer sua própria interpretação da informação recebida participando assim da constante construção de sentido. É assim que Lévy escreve:

Para que as coletividades compartilhem um mesmo sentido, portanto, não basta que cada um dos seus membros receba a mesma mensagem. O papel dos groupwares é exatamente o de reunir, não apenas os textos, mas também as redes de associações, anotações e comentários às quais eles são vinculados pelas pessoas. Ao mesmo tempo, a construção do senso comum encontra-se exposta e como que materializada: a elaboração coletiva de um hipertexto. (LÉVY, 2010, p.72)

O caso do hipertexto então é uma metáfora que permite compreender de um melhor jeito a forma como funciona o mundo na racionalidade digital. À medida que ilustra como estão determinadas as relações entre os indivíduos, assim como a fisionomia de como é construído o sentido, aquilo que é considerado como verdadeiro ou falso. Com o hipertexto como esse espaço comum onde são apagadas as fronteiras entre o autor e o leitor, criando assim infinitas possibilidades de interpretação de sentido, bem como o estabelecimento de múltiplas redes associação sobre um mesmo tópico que podem ser abordadas desde qualquer ponto e em qualquer momento.

No entanto, valeria a pena nos afastarmos um pouco da história da internet relatada por Castells (2001), onde, como vimos, os sonhos de Milton e Mill foram realizados dando lugar a um espaço aparentemente livre de regulamentações, onde têm lugar diversas opiniões sobre diversos tópicos e perguntar, como as redes sociais são constituídas? Qual é a dinâmica das opiniões e assuntos nelas depositadas? Por que se poderia falar de uma tensão ou problema na, cada vez mais comum, associação das redes sociais e a livre expressão? No que segue tentaremos dar conta dessas questões.

Como aconteceu com as mídias tradicionais, a chegada da internet também mudou rápida e drasticamente as relações entre os indivíduos, começando por orientar algumas atividades cotidianas na rede, como é o caso do intercâmbio de mensagens através de e-mail, até desenhar ferramentas exclusivamente pensadas para substituir muitas das atividades que aconteciam no plano mais íntimo dos indivíduos. Por exemplo, antes do *Facebook* ou do *Twitter* o intercâmbio dos estados mentais¹⁸ acontecia só no círculo mais

¹⁸ Compartilhar estados mentais, entendido como o exercício de dividir emoções e sentimentos de caráter mais privado, que normalmente não dividiria com estranhos. Mas com o advento das redes sociais virou uma prática

íntimo das pessoas, com a chegada das redes sociais esta prática virou um fenômeno do dia a dia e com um alcance muito além do círculo imediato que é quase uma necessidade para muitos. Sob essa mesma dinâmica é que as redes sociais, como derivadas do advento da internet, vêm assenhoreando-se de todas as atividades humanas. É assim que hoje contamos com aplicativos que nos permitem fazer todo tipo de compras, procurar empregos, trabalhar, interagir com amigos e familiares, entre outras. É dizer, a vida dos indivíduos está atravessada pelo uso de aplicativos que permitem o desenvolvimento de todo tipo de atividades humanas. Sobre isso *Na Cultura da Conectividade*, José Van Dijck escreve:

Muchos de los hábitos que en los últimos tiempos se han visto permeados por las plataformas de los medios sociales solían ser manifestaciones informales y efímeras de la vida social. Conversar entre amigos, intercambiar chismes, mostrar fotografías de las vacaciones, registrar notas, consultar el estado de salud de un conocido o ver un video del vecino eran actos (de habla) casuales, evanescentes, por lo general compartidos sólo entre unos pocos individuos. Uno de los cambios fundamentales reside en que, debido a los medios sociales, estos actos de habla casuales se convirtieron en inscripciones formalizadas que, una vez incrustadas en la economía general de los grandes públicos, adquieren un valor distinto. (VAN DIJCK, 2016, 14)

A introdução das redes sociais no mundo trouxe consigo a novidade de que o usuário virou um indivíduo ativo na produção de conteúdo. Contrário ao que acontecia nas mídias tradicionais, rádio, televisão, imprensa, onde os usuários desempenhavam um papel passivo, posto que só recebiam unidirecionalmente os diversos conteúdos produzidos, nas redes sociais se abre a possibilidade de um meio mais participativo onde os usuários ou indivíduos também podem gerar conteúdo além de receber informações. Esse novo componente revolucionou as relações humanas na medida em que os usuários obtiveram poder para se expressar, de exteriorizar sua opinião sobre as informações que recebe e também de gerar informações e submetê-las aos demais indivíduos ou usuários. No caso da *Wikipedia*, por exemplo, concebida como uma enciclopédia virtual, fica clara essa dinâmica, já que nela o usuário tem a possibilidade de consultar informações sobre diversos temas, pode editar essas informações consultadas e também, pode criar entradas de informação de maneira simples

comum e até imperativa. Produto desta prática cotidiana é possível mencionar o caso do colonialismo de dados, conceito proposto por Mejias e Couldry (2019) onde os dados viram na matéria prima de um sistema que explora esses dados com a finalidade de obter mais lucro cada vez. É assim que afirmam: “Data colonialism is concerned with the external appropriation of data on terms that are partly or wholly beyond the control of the person to whom the data relates. This external appropriation is what makes possible such data’s exploitation for profit. (MEJIAS; COULDRY. 2019, P.5)

e ao alcance de todos, isso com o objetivo de contribuir cada vez mais na construção de opiniões cada vez mais objetivas sobre diversos tópicos¹⁹.

A livre expressão, como muitas outras expressões humanas, também virou um fenômeno da internet, posto que como temos visto até aqui, o nascimento mesmo da internet evocou aquelas ideias de Milton e Mill. O caso das redes sociais parece não ser alheio a essas ideias, já que com a introdução do caráter participativo dos usuários na criação, consulta e edição de conteúdo nas diferentes redes, também subjaz a ideia de liberdade de expressão. No entanto, simultaneamente a essa característica de emancipação que denota as redes sociais, também aparece um outro ponto, a automatização da vida e, por conseguinte, a automatização da liberdade de expressão. Nas palavras de José Van Dijk,

Em igual medida, as mídias sociais são sistemas automatizados que inevitavelmente projetam e manipulam conexões. Para reconhecer o que as pessoas desejam e anseiam, o Facebook e outras plataformas rastreiam seus desejos e reduzem as relações entre pessoas, coisas e ideias a algoritmos. (VAN DIJK, 2016, 18) (Tradução minha)

É sobre este ponto que é evidenciada a tensão entre a livre expressão, e seu *aparente* desenvolvimento nas redes sociais, já que como as redes defendem e são oferecidas ao mundo como o epítome da liberdade de expressão, como nos lembra aquela citação de Elon Musk, ao mesmo tempo é ocultada a tendência para automatizar o debate público, ou seja, determinar como é concebida e exercida a liberdade de expressão através da automatização expressa em códigos algorítmicos.

Finalmente, para concluir o exposto neste primeiro capítulo, é importante ressaltar que de acordo com as duas dimensões descritas em relação à liberdade expressão, negativa e positiva, pelo menos em aparência as redes sociais parecem reproduzir uma visão negativa da mesma; posto que como vimos, essas se apresentam como um espaço mais livre de regulamentações e mais participativo para os indivíduos. Evocando assim as ideias de

¹⁹ No esforço pelo crescimento e o melhoramento da enciclopédia, tem lugar também na Wikipedia as nomeadas guerras de edição, entendidas como o enfrentamento entre dois ou mais usuários editores pela remoção ou fixação de um conteúdo específico na plataforma. Nestas, um usuário responsável por publicar determinada informação na enciclopédia, luta através de intercâmbio de mensagens com outros usuários editores para manter ou remover algum elemento da postagem original do criador. As convenções aceitas pela plataforma e em constante revisão, consideram esses atos como não construtivos e por isso tem uma série de padrões aceitos, mas sujeitos a crítica, que procuram evitar esse comportamento. Disponível em https://en.wikipedia.org/wiki/Wikipedia:Edit_warring Acesso em: 14/03/2023

Milton, Mill e Holmes, as redes sociais poderiam representar o ideal de mercado das ideias, onde diversas opiniões são contrastadas em um espaço livre de restrições e como produto desse confronto finalmente emerge aquilo que pode ser considerado como verdadeiro.

Por outro lado, no regime da informação que é atravessado pela racionalidade digital encontrou-se que a livre expressão tem uma perda de linearidade própria da expressão na imprensa, a racionalidade digital não é caracterizada pela argumentação estruturada, com um início, um desenvolvimento e um fim, para dar conta de uma opinião. Contrário a isso, o que acontece é um hipertexto, onde há um agrupamento colaborativo de textos, imagens e sons interligados por elos que são susceptíveis de modificação por qualquer um dos indivíduos conectados a uma rede determinada. E nessa forma do hipertexto, como espaço comum, é desenvolvida a liberdade de expressão, o que é considerado verdadeiro ou falso, bom ou ruim.

Essa mudança que é determinada pelo meio tecnológico dominante, a digitalização, revela uma tensão onde, por uma parte é considerado um grande avanço para o desenvolvimento da liberdade de expressão o modo de ser do hipertexto, graças a que os indivíduos conseguem aparentemente um espaço livre de censura e controle, além de abrir a possibilidade de não só consultar informações senão também criar conteúdo. Em contrapartida, está a opinião de que em lugar de um espaço ótimo para a promoção da liberdade de expressão, o mundo digital determinado pelo modo de ser do hipertexto constitui uma deformação de tudo aquilo que foi concebido como um progresso na era da imprensa no que se refere à liberdade de expressão. E o que realmente acontece é uma manipulação da opinião que é controlada através do uso dos algoritmos, tendo como resultado uma instrumentalização do debate público.

Assim, temos que embora as redes sociais em aparência defendam a dimensão negativa da liberdade de expressão, ao mesmo tempo reproduzem uma dimensão positiva da mesma. Mas essa dimensão positiva da livre expressão que apresentam as redes sociais não está na linha das ideias expostas na primeira parte do capítulo por Marcuse (2010) e Fish (1994). Pelo contrário, essas restrições ao exercício da livre expressão são impostas aos indivíduos, não pelo governo nem pelo consenso dos usuários, senão pelo que será chamado no segundo capítulo de Capitalismo da Vigilância. Ocasionalmente assim um

desbalanço na relação entre indivíduos que usam as redes sociais e as grandes empresas de tecnologia e inovação que dominam o mercado a respeito do exercício da liberdade de expressão.

Mas para esclarecer melhor a tensão descrita, será preciso apontar um exemplo. No segundo capítulo, uma vez esclarecida a maneira como é compreendida a liberdade de expressão na razão tipográfica e na razão digital, será feita a abordagem da tensão estabelecida entre a liberdade de expressão e as redes sociais. Para isso, será tomado em conta o caso da rede social *Twitter*, onde será possível olhar a materialização do problema exposto. Na medida em que a rede social se apresenta como um serviço de natureza pública que promove o debate público entre os indivíduos, favorecendo a liberdade de expressão. Mas será mesmo o *Twitter* aquele exemplo ideal do hipertexto que interliga múltiplas fontes de texto, imagens e sons ao serviço público para construção de senso comum, dando aos indivíduos a capacidade tanto de consultar múltiplas informações, quanto de criar conteúdo? Ou contrário a isso, é o *Twitter* uma rede que modela e manipula a opinião para o favorecimento de interesses particulares, levando a cabo uma instrumentalização do debate público?

2. CAPÍTULO II: DA INSTRUMENTALIZAÇÃO DO DEBATE PÚBLICO

Neste capítulo, pretende-se fazer a abordagem do caso *Twitter*, onde através de um breve resumo da história da rede social será exemplificada a tensão que se dá no desenvolvimento da liberdade de expressão nas redes sociais, demonstrada no capítulo anterior. Depois, será introduzido o conceito de *Self Quantificado*, exposto por Melanie Swan (2013), com a finalidade de estabelecer sua aproximação com a livre expressão em redes e suas consequências. Isso com o fim de propor a *vigilância* e *quantificação* como possíveis consequências do desenvolvimento da liberdade de expressão nas redes sociais.

2.1 O caso Twitter (X)²⁰

Na primeira década dos anos 2000, surge o Twitter²¹, com o intuito de virar uma plataforma de interação e comunicação online disponível para usuários ao redor do mundo, estabelecendo a possibilidade de gerar um debate global através de mensagens curtas em tempo real (VAN DIJCK, 2016). É assim que aparece no mapa a cultura do *microblogging*, caracterizado como a publicação de mensagens breves, instantâneas e em tempo real. A aparição dessa rede social abriu a possibilidade de um fluxo de consciência global, onde milhões de usuários, desde diferentes pontos geográficos, têm a possibilidade de trocar ideias, pensamentos e opiniões sobre diferentes tópicos numa mesma plataforma.

Com o crescimento exponencial de usuários e publicações nessa plataforma, o Twitter foi ganhando cada vez mais importância dada a dinâmica que tem lugar ali; por exemplo, em 2014 o serviço de mensagens online atingia 500 milhões de usuários (VAN DIJCK, 2016). Também, a expressão ‘tuitar’ virou um verbo comum no uso cotidiano da linguagem para referir-se ao fato de escrever uma opinião ou uma ideia curta na rede social. A partir do sucesso da plataforma, esta tem implementado diversas mudanças desde seu surgimento como a troca de mensagens diretas, a criação de tendências com etiquetas *hashtag* ‘#’ e recentemente a

²⁰ No julho de 2023 o dono da plataforma que durante anos foi conhecida como Twitter notificou o câmbio de nome da plataforma para X, numa tentativa de deixar atrás uma plataforma baseada principalmente no intercâmbio de texto de 140 caracteres entre os usuários, para adotar um escopo mais amplo centrado na troca de áudio, vídeo, mensageria, pagos, entre outras. Procurando no conceito de Elon Musk garantir cada vez mais a liberdade de expressão. Consultado em: <https://forbes.co/2023/07/26/tecnologia/esta-es-la-razon-por-la-que-elon-musk-cambio-el-nombre-de-twitter-a-x> em: 25-10-2023.

²¹No que segue do texto será usado o termo Twitter para fazer referência a plataforma que no presente é conhecida como X

criação de ‘fios’ que permitem agrupar visualmente múltiplos tuítes. Tudo isso com o objetivo de tornar mais envolvente a experiência do usuário na plataforma.

Segundo José Van Dijck (2016), um dos propósitos dos inventores do Twitter era criar um espaço ‘neutro’ onde os usuários pudessem interagir com absoluta liberdade, sem importar o tipo de usuário, o lugar e o conteúdo da interação. É dizer, a plataforma tem como premissa uma valoração igualitária de todas as interações que são publicadas. É por isso que a autora escreve:

Segundo o CEO e fundador do Twitter, a infraestrutura deve ficar em segundo plano, assim como os encanamentos de água são invisíveis e os cabos de eletricidade são tomados como algo neutro. Nessa perspectiva, o Twitter se apresenta como uma caixa de ressonância para conversas aleatórias, um suporte online para opiniões de massa em que, diante dos olhos do público, se formam emoções coletivas e tendências nascem e morrem. (VAN DIJCK, 2016, 74) (tradução minha)

No entanto, a ideia da neutralidade da rede social é afastada do que realmente acontece, já que é válido dizer que quando um desenvolvedor cria um algoritmo, também cria uma forma de se relacionar. Quer dizer que, no processo de construção de um programa, neste caso da rede social, todo processo está previamente pensado, desenhado, construído e implantado para que funcione de uma forma previamente determinada. É por isso que toda relação estabelecida entre o usuário e a rede social não é uma relação neutra ou espontânea, pelo contrário, é essa uma relação mediada e que obedece aos interesses do seu criador.

Em conformidade com o exposto anteriormente, a autora da *Cultura da conectividade* (2016), argumenta que longe de uma plataforma neutra, o que está por detrás do *Twitter* é o movimento de uma série de interesses próprios orientados ao favorecimento do modelo de negócio seguido pela plataforma. Por outro lado, mesmo que a plataforma tenha como premissa a valoração por igual na contribuição das publicações de todos os usuários, os algoritmos estão desenhados para selecionar aqueles que podem causar mais impacto no público. Tal seleção é determinada através da análise dos usuários com mais seguidores, na medida que são mais ‘influentes’, assim como das publicações mais curtidas e mais compartilhadas, dados que são garantidos na dinâmica mesma que propõe o aplicativo.

Além disso, as diferentes tecnologias implementadas pela plataforma ao longo do seu percurso histórico, fazem que seja questionada mais uma vez a neutralidade da rede social

(VAN DIJCK, 2016). Por exemplo, o uso de algoritmos que identificam a localização dos dispositivos desde onde se tem acesso à plataforma com a finalidade de sugerir determinado conteúdo a certo grupo populacional, assim como a filtração do conteúdo de acordo com a faixa etária e outros dados oferecidos pelos usuários ao momento do cadastro, fazem com que aquela valoração de igualdade ao conteúdo dos usuários da rede seja colocada em questão, tendo como resultado que o debate não possua a natureza global que promete o aplicativo, senão que é parcializado e orientado a usuários determinados segundo o tópico.

Na mesma linha, é válido mencionar que o mesmo acontece com os conteúdos apresentados aos usuários, baseado nos seguidores, curtidas e assunto compartilhado, os quais são submetidos à análise de algoritmos que recriam um fluxo de conteúdo fechado. As consequências desse fluxo de informação determinado de acordo a análise algorítmica, contrário ao favorecimento de um debate global, beneficia a formação de comunidades de opinião que simulam um comportamento tribal. Na medida em que, quando só se tem acesso e interação com determinado grupo e com determinados conteúdos, não é favorecida a troca de opiniões diversas que constituiriam ideias mais objetivas, pelo contrário, nesta dinâmica é favorecido um tipo de viés de confirmação da opinião própria. Gillani et al. (2018) chamam esse fenômeno de *homofilia*, e o descrevem como a tendência nos usuários de redes sociais a se relacionar só com outros indivíduos que possuam suas mesmas perspectivas sobre o entorno. E nessa mesma linha, Castillo de Mesa et al. (2018) advertem que a tendência à homofilia pode levar à exposição recorrente de um mesmo tipo de opiniões que reforçam a cada momento as próprias crenças e negam todo aquilo que seja proposto por um indivíduo externo.

Parece que é válido então, colocar em questão a neutralidade com que a plataforma Twitter é autoreconhecida, posto que com a ajuda dos algoritmos desenvolvidos para o tratamento das informações produzidas pelos usuários, após coletadas, computadas e analisadas, tais informações são transformadas. É por isso que, longe de uma plataforma neutra, o Twitter tem uma política de administração dos dados, assim como um modelo de negócios que obedece à lógica própria do capitalismo de vigilância²².

²² Conceito apresentado por Shoshanna Zuboff (2021) na sua obra *A era do capitalismo de vigilância*, onde caracteriza essa etapa do capitalismo como a que vem após o capitalismo industrial.

Conforme descrito pela autora (2021), o capitalismo de vigilância surge do choque entre duas forças opostas: a individuação, resultante da modernização, onde os interesses individuais passam a ter maior destaque em detrimento dos interesses coletivos, e a implementação das políticas neoliberais. Zuboff (2021) divide a modernidade em duas fases, a primeira modernidade envolve o capitalismo industrial, no qual a produção em massa de bens e serviços foi o centro de desenvolvimento, e esse modo de produção levou ao estabelecimento de um conjunto de práticas onde o coletivo foi o principal interesse. É por isso que Zuboff afirma:

Se havia alguma ansiedade, ela refletia a necessidade de corresponder às exigências do papel que cada um desempenhava. Esperava-se que a pessoa suprimisse qualquer senso de si mesma que transpusesse os limites do seu dado papel social, mesmo a um custo psicológico considerável. Socialização e adaptação eram os materiais de uma psicologia e uma sociologia que consideravam a família nuclear a “fábrica” para “produção de personalidades” pré-preparadas para a conformidade com as normas sociais da sociedade de massa. (ZUBOFF, 2021, p. 36)

No entanto, ao tempo que esse modo de produção industrial favorecia a supressão da individualidade, a produção em massa fez que muitos mais indivíduos tiveram o acesso a múltiplos bens e serviços, o que foi acordando o interesse pela individualidade. Sentimento que desembocou na tomada de consciência dos trabalhadores e demais população pelos direitos individuais e coletivos. Devido a que se os indivíduos têm a possibilidade de escolha de um ou outro produto, também têm a possibilidade de escolha em muitos outros aspectos da vida. E assim por diante diz a autora:

O que começou como uma migração moderna, abandonando os modos de vida tradicionais, desabrochou e se tornou uma nova sociedade de pessoas nascidas com um senso de individualidade psicológica, com um direito inato que era também uma faca de dois gumes: de um lado, liberação, do outro, necessidade. (ZUBOFF, 2021, p. 36)

Assim, com a conquista da individualidade e a introdução do neoliberalismo, é inaugurada o que a autora chama de segunda modernidade. A política neoliberal (HARVEY, 2007), está caracterizada pela mudança das práticas econômicas, políticas e sociais. Nesta nova configuração do mundo são privilegiados os pressupostos teóricos que excluem a planificação central assim como qualquer regulação do Estado ao mercado. Também coloca a liberdade individual e empresarial como imperativa para o progresso e estabelecimento desta nova ortodoxia econômica, política e social. Deixando o Estado com o papel de criar e proteger o

esquema que favoreça essas práticas. Com o mandato da ideia de liberdade individual, o neoliberalismo em aparência libera os indivíduos de todo tipo de coação por parte dos Estados e coloca sobre eles a possibilidade de escolher seus produtos concretos para o dia a dia, passando pelos estilos de vida, os trabalhos, os modos de expressão, entre outros.

Porém, segundo a autora (2021), o favorecimento de essa individualidade e a adoção das políticas neoliberais representam uma contradição, porque “A individualização levou cada um de nós a vagar em busca dos recursos que precisamos para assegurar uma vida efetiva, mas a cada momento somos forçados a batalhar com uma economia e uma política para as quais nós não passamos de números” (ZUBOFF, 2021, p. 43).

A popularização do uso de dispositivos eletrônicos, telefones inteligentes e computadores, trouxe a ideia que aquela dicotomia traçada pela segunda modernidade entre a individuação e as políticas econômicas pudesse ser superada. Já que as novas tecnologias ofereciam aos usuários a possibilidade de construir uma narrativa sobre si mesmos, em outras palavras, achar o ponto meio entre as políticas econômicas despersonalizadas e individuação. Isso porque os dispositivos inteligentes têm a possibilidade de basear seu funcionamento privilegiando a experiência pessoal do usuário, virando uma extensão do corpo e mente do indivíduo.

Não obstante, rapidamente foi dissipada essa ideia, enquanto os usuários de redes começaram a perceber que suas informações nas redes e os dispositivos eletrônicos viraram o *imput* que alimentaria um sistema de exploração de dados sobre o qual funcionaria o capitalismo vigilante. O *capitalismo da vigilância* está definido pela apropriação das informações proporcionadas pelos usuários do mundo digital, tornando-as dados que nutrem os algoritmos na busca de predições sobre o comportamento dos indivíduos. Convertendo assim, a vigilância da atividade dos indivíduos no plano digital, no fundamento que sustenta essa nova fase do capitalismo. É por isso que a autora afirma que

Com agilidade, uma nova espécie de poder econômico preencheu o vazio, uma na qual toda busca, curtida (“like”) e clique fortuito são considerados um bem a ser rastreado, analisado e monetizado por alguma companhia, tudo dentro de uma década da estreia do iPod. Era como se, o tempo todo, um tubarão tivesse estado circulando em silêncio pelas profundezas, bem abaixo da linha de ação da superfície, para só de vez em quando saltar da água, em busca de uma nova presa. (ZUBOFF, 2021, p. 48)

É precisamente nesta lógica da vigilância que se inscreve também o Twitter, porque, na dinâmica do funcionamento da rede social, está inserido o rastreamento da atividade dos usuários com fins particulares e lucrativos. Colocando na superfície de um lado o caráter nada neutro do aplicativo e, de outro, uma assimetria nas condições entre o usuário e a rede social, onde o indivíduo é o prejudicado. A transposição da vida em dados pode comprometer a agência dos usuários na tomada de escolhas e opiniões em favor de interesses alheios.

De acordo com o anterior, um aspecto que resulta curioso é a questão das consequências da rápida aderência dos usuários à plataforma, o que levou à rápida assimilação da semântica e sintaxe proposta pelo aplicativo. Pelo que é válido dizer que a plataforma virou uma prática cultural, na medida em que os indivíduos inserem o exercício proposto pelo aplicativo não só no mundo online, mas também nas suas atividades fora da internet. É assim que são configuradas formas de socialização através do Twitter, seja nas conversações com amigos, familiares e trabalho, decorridas fora da internet, onde é concedida uma valoração importante a tudo aquilo que acontece na plataforma. Seja para se afirmar, rejeitar, questionar, indignar-se, entre outros modos de expressão. Em função disso é que Van Dijck afirma que

As diferentes formas de comunicação diária absorveram rapidamente os símbolos @ (referindo-se a um nome online), # (para designar um assunto) e RT (retweet). A apropriação gradual da sintaxe do Twitter dentro e fora da web – em t-shirts e ímãs – explica a sua integração ubíqua no conjunto das práticas sociais, online e offline, em todo o mundo. (VAN DIJCK, 2016, p.77) (tradução minha)

Da mesma forma, vale a pena perguntar-se qual é o tipo de relação que se insere no modo de vida dos indivíduos quando é normalizada a prática proposta pela plataforma para a interação social. Diversamente de como foi caracterizada a modelagem da opinião na era da imprensa, no caso das redes sociais e especificamente no caso aqui abordado, Twitter, o modo de opinar carece na maioria dos casos da reflexão e a análise que demandava a imprensa na hora de expressar uma opinião.²³ Nas redes sociais, a opinião é atravessada em grande medida pelo imediatismo, tendo em vista que a plataforma tem um caráter instantâneo, nela os usuários acessam em tempo real para publicar suas ideias que majoritariamente são pensamentos ou ideias ocorrentes que em muitos casos não têm confirmação de fontes ou análise dos

²³ Embora a plataforma Twitter tenha implementado a funcionalidade de criar fios, a qual, permite a agrupação de vários tuites com texto, vídeo e imagens, para explicar, contextualizar e aprofundar de melhor maneira uma opinião específica, esses não são apresentados completamente no feed dos usuários. A consulta dos fios demanda do usuário a escolha e leitura do mesmo além de ser usados principalmente para o marketing.

argumentos. Com o mesmo imediatismo, que são expressas as opiniões na maioria dos casos, também são acolhidas as diferentes informações e desinformações que são produzidas na plataforma. Exemplo disso é o sucesso das *Fake News*²⁴ que são compartilhadas pelos usuários e por bots²⁵, mas sem antes fazer uma revisão ou reflexão sobre aquilo que é compartilhado.

Esse fenômeno evoca o conceito de câmara de eco. Sobre isso, Santos (2020) argumenta, no seu artigo *Echo chambers, Ignorance and domination*, que uma câmara de eco está caracterizada principalmente por sempre envolver uma comunidade epistêmica, um agrupamento de indivíduos que compartilham um mesmo sistema de crenças que alimentam e difundem no interior da comunidade mesma. Ao tempo, tais comunidades são excludentes, em razão de que, toda informação ou desinformação que venha de um indivíduo externo à comunidade é rejeitada em prol do favorecimento dos próprios *inputs*.

Tal atributo leva a que dentro dessas câmaras de eco os indivíduos dependam unicamente de si mesmos para o aprovisionamento de crenças, opiniões, informações e conhecimentos, o que torna esses indivíduos fechados na hora de levar em conta evidências que venham de membros externos à câmara. É assim que, em concordância com Nguyen, Santos (2020) afirma que esse comportamento isola a comunidade epistêmica, assim como os indivíduos que formam parte dela, em um sentido político e epistêmico reforçando a separação entre os membros de dentro e aqueles de fora da comunidade.

Esse comportamento próprio das câmaras de eco leva a que os indivíduos que a compõem permaneçam em um estado de ignorância, toda vez que rejeitam qualquer *input* procedente que um indivíduo fora da comunidade. Mas esse estado de ignorância, segundo o mesmo autor, envolve uma noção de ignorância ativa, já que o comportamento fechado dos indivíduos a respeito de insumos fora da câmara é respaldado por uma estrutura social dominante.

Como exemplo disso, é possível citar a pesquisa de Recuero, Soares e Zuago, (2021) que questionam a dinâmica da desinformação no *Twitter*. Eles entendem que a circulação da

²⁴ Expressão para denominar a divulgação de desinformação em um formato jornalístico e compartilhado através dos meios de comunicação e redes sociais.

²⁵ Os *bots* são caracterizados como programas informáticos programados para realizar tarefas específicas dentro de um sistema determinado na internet.

informação nas mídias envolve tanto os difusores tradicionais, como jornais, tanto os usuários que se ocupam de manter em circulação as informações assim como comentar os conteúdos. Sob essa premissa, os autores analisam de que modo circula a desinformação, principalmente links em *Twitter*, sobre o uso de hidroxicloroquina²⁶ para o tratamento da COVID-19 durante a pandemia. Para esse propósito, foram analisados um total de 159.560 links compartilhados no *Twitter* entre março e julho de 2020. Essa análise mostrou que, na troca de links sobre o uso daquele remédio, figuraram duas tendências. A tendência a favor do uso de hidroxicloroquina e a que é contra o uso da medicação para o tratamento da afecção. Nessa polarização do fluxo do conteúdo, também foi possível perceber que a circulação dos links a favor do uso da medicação, por exemplo, foi a que mais alto grau de desinformação apresentou. Também, nesse grupo, a desinformação foi compartilhada principalmente entre os usuários que dividiam a crença sobre o benefício da medicação. O que quer dizer que, entre os usuários em prol do uso do remédio existia uma inclinação por reforçar a desinformação sobre o uso da medicação e rejeitar qualquer informação que fosse contrária a essa crença. Um comportamento próprio da câmara de eco.

Consequência da rejeição para considerar qualquer ideia ou informação que provenha de uma comunidade estranha à própria, se estabelece um comportamento reativo de aprovação cega para o que provém da própria comunidade e desprezo para tudo o que vem de fora. Dando assim lugar à formação de comunidades opostas que aceitam sem mediação os inputs que recebem dos seus iguais. Com esse imediatismo que tem lugar nas câmaras de eco, é moldada e percebida a informação nas redes sociais, especialmente no caso do *Twitter*.

Isso leva à conclusão de que a opinião também é influenciada pela afetividade. Isso ocorre porque tanto as publicações quanto as reações individuais são mediadas pelo estado afetivo gerado por um determinado acontecimento X. Por conseguinte, o diálogo global que o *Twitter* promete não promove a revisão ou meditação sobre as diferentes opiniões que podem existir nos indivíduos, pelo contrário, o que acontece é uma reação imediata aos dados

²⁶ Remédio comumente indicado no tratamento de afecções reumáticas e dermatológicas como a artrite e lúpus. No entanto, durante a crise do COVID-19, virou popular devido à circulação de desinformação nas mídias sobre o possível uso no tratamento da infecção por COVID-19.

recebidos desde a emoção causada pela leitura do publicado pelos diferentes indivíduos que usam o aplicativo.

A respeito disso, Pavasi e Valentim (2019) alegam que as plataformas digitais, como as redes sociais, são espaços que favorecem a produção e expressão de emoções. Isso porque, como foi dito, uma das características das câmaras de eco é a comunicação e troca de dados entre membros de uma mesma comunidade, o que resulta no isolamento das diferentes comunidades e, por conseguinte, favorece as expressões de sentimentos e emoções. Contexto que privilegia o que as autoras de *El papel de las emociones en la construcción y difusión de la desinformación en Twitter. Una comparativa entre Brasil y España*, nomeiam como polarização afetiva (SANTANA-CHAVES e SIMON-ASTUDILLO, 2022).

Para compreender melhor o papel das emoções na dinâmica das redes sociais, as autoras (2022) analisam um compendio de publicações nas contas oficiais do *Twitter* de dois casos particulares: Jair Bolsonaro e Santiago Abascal²⁷. Tais publicações foram rastreadas durante um ano, de novembro de 2020 até novembro de 2021 levando em conta um total de 1383 tuites e a metodologia consistiu em analisar se as publicações selecionadas possuíam conteúdo emocional. A identificação do conteúdo emocional foi seguida tendo em conta o modelo proposto por Paul Ekman (2017), onde são identificadas e definidas uma série de emoções como tristeza, medo, surpresa, raiva, aversão e emoções agradáveis.

Dos 1383 tuites rastreados, foram selecionadas as 100 publicações com mais retuite em cada caso e, ao analisar o conteúdo de cada uma delas, encontrou-se que, por exemplo no caso de Abascal, 99 das 100 publicações analisadas contém algum tipo de traço emocional (SANTANA-CHAVES e SIMON-ASTUDILLO, 2022). Sendo a ira o sentimento identificado como o mais frequente nas interações do político espanhol, seguida pelo nojo e as emoções agradáveis. Por outro lado, para o caso Bolsonaro, foi identificado conteúdo emocional em 94 das 100 publicações mais retuitadas, onde prevaleceram as emoções agradáveis em primeiro lugar, seguidas pelo nojo e a raiva.

²⁷ A ideia das autoras (2022) para entender o papel das emoções na polarização afetiva, é fazer um comparativo do caso Espanhol com Abascal e o caso Brasileiro com Jair Bolsonaro. Nos dois casos, tanto durante a campanha de Bolsonaro a presidência como a de Abascal presidente do partido VOX, foi impulsionada a circulação de desinformação através de redes sociais, especialmente Twitter, para a promoção das suas ideias.

Embora nos dois casos analisados por Santana-Chaves e Simon-Astudillo (2022), os políticos direcionam seus discursos baseados em distintas emoções. No caso de Abascal, com a ira, e no caso Bolsonaro, com as emoções agradáveis, é possível perceber que é a afetividade o ponto comum. Em outras palavras, nos dois casos antes que uma atitude deliberativa, são as emoções o lugar desde onde os personagens confrontam a defesa das suas posições; na apelação à ira, ao agradável e ao nojo, é proposto o diálogo no *Twitter* pelas duas figuras públicas.

Outro caso que mostra a afetividade que medeia a interação em redes sociais, mas desde a perspectiva dos usuários consumidores de desinformação, é o caso acontecido em novembro de 2022. Quando um perfil fake de *Twitter* com a marca de conta verificada e sob o nome da “farmacêutica Eli Lilly” (2022) publicou na rede social que, a partir de aquele momento, a insulina iria ser de graça. O choque ocasionado por essa publicação deu lugar à rápida divulgação do conteúdo tanto no *Twitter*, quanto em outras redes sociais como Facebook, Instagram e serviços de mensagens como *WhatsApp*, até transformar-se numa notícia viral. Ao final, a rede social e a companhia farmacêutica tiveram que desmentir notícia difundida. Tal comportamento evidencia o imediatismo com que é publicada e compartilhada a notícia, assim como a afetividade com que reagem os indivíduos frente a um fato determinado: no caso da notícia falsa da farmacêutica, o entusiasmo de acreditar que a insulina seria gratuita a partir daquela data.

Embora nas regras do *Twitter* (2022) seja possível ler que é uma plataforma pública para a promoção do debate coletivo onde não são toleradas as expressões de ódio, assédio e comportamentos similares. Já que, como assinalam Silva et al. (2019) na sua análise sobre as medidas para combater o ódio nas redes sociais, desde 2015 *Twitter* intensificou seus esforços na análise do conteúdo denunciado para determinar se houve violação as regras. A implementação desses algoritmos treinados na detecção de assédio, violência e discriminação, parece não dar conta na hora de fazer cumprir as normas. Isso, devido a que é possível observar diariamente a proliferação dos discursos de ódio e ataques na plataforma contra opiniões tomadas como divergentes por determinados grupos de usuários da rede social. Por exemplo, Mirro-Llinares e Rodríguez-sala (2016) aceitam que no surgimento dos discursos de ódio no *Twitter*, existem acontecimentos no ambiente que desencadeiam os fluxos de insultos dirigidos a indivíduos em particular, etnias, organizações sociais, ou outras comunidades. Tais

acontecimentos são denominados *trigger events*. Esses eventos que desencadeiam as manifestações de ódio podem ir desde postar a opinião sobre um determinado tópico, um evento político, uma tragédia natural ou social, entre outros eventos que, quando são notificados na rede, convocam a atenção dos usuários.

Tal como ficou patente no artigo de Santana-Chaves e Simon-Astudillo (2022), a afetividade é um lugar comum nas expressões de Twitter, essa afetividade pode ser expressa em emoções agradáveis, raiva, nojo ou surpresa. Nos casos analisados pelas autoras (2022), também foi possível ver que os dois personagens nos seus tuites destaquem as emoções mais comuns foram raiva e nojo, mas também emoções agradáveis voltadas ao impulso de conteúdo negativo frente a um indivíduo ou comunidade. Isso, segundo Mirro-Llinares e Rodriguez-sala (2016), faz que a tarefa da plataforma na identificação de discursos de ódio, seja mais complexa, já que não tem um padrão comum em todos os casos.

É assim que, embora a plataforma possua ferramentas para denunciar discursos violentos ou de ódio à mão dos usuários, no final das contas quem decide aquilo que é susceptível de censura por violar as regras da comunidade são os algoritmos treinados²⁸ para o reconhecimento de comportamentos violentos. Dessa maneira, parece que as pessoas se afastam cada vez mais da reflexão daquilo que deveria ser aceito ou não, verdadeiro ou falso, bom ou ruim e delegam essas tarefas aos algoritmos. Exercendo já não uma liberdade de opinião construída coletivamente, pensando nos benefícios para a comunidade de indivíduos, senão consumando a liberdade de opinião esboçada pelos algoritmos treinados para isso.

Outro dos pontos a ser colocado em questão sobre o *Twitter* é o referente à privacidade e segurança da informação dos usuários. Portanto, existe toda uma política (2022) sobre a manipulação da informação dos usuários, onde é especificada a informação que é exposta ao público, como as publicações, curtidas e retuite, e aquela que não é exibida, como a informação do dispositivo, sistema operacional e localização geográfica. Apesar disso, e sob a premissa de melhorar constantemente a experiência do usuário, uma plataforma coleta a maior quantidade de dados tanto do usuário, quanto do dispositivo. Isso com a finalidade de

²⁸ O treinamento de algoritmos faz referência ao ajuste parametrizado de um algoritmo com o objetivo que reconheça os parâmetros de entrada e saída esperados. Para isso são submetidos ao processamento de grandes quantidades de dados e dessa forma o algoritmo pode reconhecer padrões na informação assim como prever informações sobre os dados processados.

organizar e analisar os grandes fluxos de dados que são entregues pelos diferentes usuários que usam o aplicativo e obter lucro a partir deles, posto que, com a exploração dos dados conseguem sugerir conteúdo e publicidade de interesse dirigido aos tipos de usuário identificados, assim como determinar as tendências e as opiniões com mais circulação. Moldando assim cada vez mais a expressão dos usuários de acordo com o modelo de negócio de mineração de dados²⁹ que, baseado na lógica do capitalismo da vigilância, é nomeado por Zuboff (2021) como o imperativo da extração.

Segundo Zuboff (2021), esse imperativo da extração é executado pelas grandes companhias de tecnologia como *Apple*, *Google* ou *Facebook*, através de quatro movimentos: *incursão*, *habituação*, *adaptação* e *redirecionamento*. No momento da incursão, as companhias assaltam um espaço cotidiano dos indivíduos e o tornam objeto de exploração, através do uso de um dispositivo ou aplicativo que substitui uma atividade comum. No princípio, pode causar incômodo ou impotência, mas os indivíduos acabam por se habituar, ao ponto que vira uma prática realizar a ação da maneira proposta pela companhia, atingindo o nível de não conceber realizar ação cotidiana de outro modo.

Uma vez que os indivíduos se moldam à desposseção impulsada pela incursão, começa uma série de adaptações sobre os dispositivos com a finalidade de responder à pressão externa³⁰ ou refinar o processo de captação de dados para conseguir mais valor. Por último, uma vez feita a incursão, habituação e adaptação, começa a busca por novos espaços na cotidianidade dos indivíduos suscetíveis de se incursionar. Ou seja, vem o redirecionamento. Assim Zuboff assinala que:

Entrementes, em um estágio final, a corporação se reorganiza para aprimorar uma nova retórica, métodos e elementos de projeto que redirecionam as operações de suprimento contestadas apenas o suficiente para parecerem compatíveis com as exigências sociais e jurídicas. (ZUBOFF, 2021, p. 111)

²⁹ A mineração de dados faz referência às técnicas desenvolvidas através de algoritmos para identificar conhecimentos úteis em grandes quantidades de informação que provém de diversas fontes, que possam ajudar na tomada de decisões. Essa geralmente envolve técnicas estatísticas e *machine learning*, assim como processamento de dados com o fim de extrair padrões de grandes volumes de informação. É amplamente utilizada em âmbitos como a medicina, as finanças, o marketing, entre outras.

³⁰ Zuboff (2021) menciona que nesta etapa do ciclo podem surgir denúncias legais dos usuários pela violação da privacidade, porém, finalmente as companhias acabam fazendo adaptações superficiais que cumprem em aparência com as leis e regulações. Mas no fundo refinam as práticas de extração para continuar o ciclo.

Finalmente, é possível conferir aquela hipótese do primeiro capítulo que diz que embora as redes sociais possam se apresentar como o espaço adequado para o desenvolvimento da liberdade de expressão, só acabam modelando a opinião e favorecendo unicamente as dinâmicas do capitalismo de vigilância. Isso porque, levando em conta o percurso feito até aqui, é possível evidenciar que existe um desequilíbrio na relação entre os usuários e a rede social. Posto que do lado dos indivíduos que usam o aplicativo para exercer a liberdade de expressão nas redes existe a tendência à homofilia, surgimento de câmaras de eco e mediação afetiva que pode desembocar nos discursos de ódio. Características que não favorecem o estabelecimento de um debate público online, já que não há troca de ideias divergentes para contrastar as opiniões próprias, como também não promove uma atitude deliberativa a respeito dos acontecimentos do entorno.

Do lado contrário, as redes sociais como Twitter, aderidas às dinâmicas do capitalismo de vigilância, aproveitam totalmente o que eles mesmos denominam exercício da liberdade de expressão dos indivíduos dentro dos parâmetros estabelecidos pela infraestrutura da plataforma. Devido a que tem a oportunidade de conquistar os espaços cotidianos dos indivíduos assim como a possibilidade de encontrar cada vez novos espaços nos quais incursionar. Isso sem considerar o compromisso e desfavorecimento cada vez maior da privacidade e agência dos seus usuários.

Por tudo isso, é possível afirmar que, mesmo que as redes sociais tenham se configurado como o espaço para o exercício da livre expressão, essas revelam-se como um espaço não apto para esse exercício, pelos menos não na relação de desequilíbrio abordada até agora.

No entanto, para conseguir uma melhor visão do problema da automatização da opinião, além de outra das repercussões do exercício da livre expressão em redes, vale a pena dar uma olhada no conceito de *Self Quantificado* proposto por Melanie Swan (2013), o qual será o objeto da próxima seção deste capítulo.

2.2 O Self Quantificado

As memórias sempre têm desempenhado um papel significativo para os indivíduos e a compreensão que tem sobre si mesmos, é por isso que estes têm desenvolvido técnicas diversas ao longo da história com o ânimo de manter o registro das suas experiências e usar elas para agir no futuro. Em um primeiro momento, foi através da narração oral, onde eram transmitidos os conhecimentos produto das experiências entre os indivíduos, como acontece por exemplo com as algumas comunidades indígenas, onde ainda os conhecimentos são transmitidos de geração em geração oralmente. Depois, por meio da palavra escrita, a transmissão de conhecimentos e experiências entre os indivíduos se tornou mais especializada, principalmente com a imprensa que, inclusive, determinou o pensamento, como ficou esclarecido no primeiro capítulo. Os manuscritos e posteriormente os livros deram pela primeira vez a possibilidade de coleta e armazenamento de dados para a análise e conhecimento dos indivíduos.

Por outro lado, com o aparecimento das novas tecnologias, o telégrafo, a fotografia e o telefone, surgiram diferentes formas tanto para a comunicação, quanto para a conservação das experiências dos indivíduos. Na medida em que, por exemplo através da fotografia, os indivíduos tiveram a oportunidade de coletar e armazenar dados, já não apenas do mundo externo, mas das suas experiências íntimas como indivíduos. Acordando um interesse que pouco a pouco iria ganhando importância, já que a demanda pelo registro de cada uma das atividades cotidianas como indivíduos foi virando uma necessidade para os mesmos. É válido descrever o evento que menciona a socióloga australiana Debora Lupton (2016), no seu texto *The Quantified Self*, onde descreve o caso do engenheiro da computação Esteve Mann, que foi dos pioneiros a fazer esse registro da sua vida cotidiana, através de uma câmera que usava quase como parte do seu corpo.

O advento da internet não foi a exceção para o surgimento de tecnologias mais especializadas na coleta e armazenamento de informações, já que a internet transformou a importância das experiências individuais, criando um espaço para armazenar e exibir o registro da sua vida cotidiana, como é o caso das redes sociais. É assim que a criação de um repositório

para depositar as vivências dos indivíduos não é uma coisa própria da era digital, mas é com a digitalização do mundo que atinge um nível de especialidade e perfeição nunca visto antes.

A coleta e análise de dados também não é própria da era digital. Galileo, por exemplo, levou um rigoroso cadastro das suas observações sobre a lua e Júpiter cujo estudo desembocou em descobrimentos que mudaram a forma de ver o mundo. Mas cabe destacar que é só com o surgimento das tecnologias da informação e a comunicação³¹ que essa tendência à coleta de informações se volta sobre o indivíduo consigo mesmo.

Na sua análise sobre o *Self Quantificado*, Lupton (2016) menciona que, com a concentração sobre as experiências individuais que se dá com a chegada das novas tecnologias, aparecem dispositivos cada vez mais especializados na coleta de dados. É por isso que surgem as tecnologias vestíveis, entendidas como dispositivos que podem ser usados pelos indivíduos como se tratasse de mais uma parte do seu corpo, e têm como objetivo a coleta constante de dados sobre a atividade de quem o usa. Produto disso é a criação de novos termos para se referir-se ao fenômeno, tais como *self-tracking*, *lifelogging* e *Quantified Self*. É assim que afirma que:

Além do termo "self-tracking", há outros usados para descrever as práticas pelas quais as pessoas monitoram suas vidas cotidianas, corpos e comportamentos; tais termos são "lifelogging", "informática pessoal", "análise pessoal" e "quantified self". "Lifelogging" é geralmente utilizado para se referir à prática específica de usar dispositivos de computação vestíveis, como câmeras, sensores e outras formas computadorizadas e automatizadas de coletar informações pessoais ao longo do tempo. (LUPTON, 2016, p.10) (tradução minha)

Segundo isso, o *self-tracking* é compreendido como o automonitoramento das atividades cotidianas tais como métricas do sono, os batimentos cardíacos, ou a quantidade de passos, através do uso de dispositivos tecnológicos. O exercício que envolve o automonitoramento por parte dos indivíduos é chamado de *lifelogging* e tem o intuito de coletar e armazenar e analisar informações que ajudem na tomada de decisões. Quer dizer, através dessa prática os indivíduos constroem um relato sobre suas próprias vidas, oferecendo uma

³¹ Ferramentas desenvolvidas pela ciência e tecnologia com o objetivo do melhoramento de atividades humanas existentes. Podem compreender a inteligência artificial, computação na nuvem, realidade virtual ou Internet.

versão de si mesmos fabricada a partir dos dados coletados e que ajuda na orientação das práticas cotidianas.

Um dos principais argumentos na promoção de tecnologias vestíveis para a coleta de dados dos indivíduos é que, através da colheita de informações sobre muitas das funções vitais como qualidade do sono, batimentos cardíacos ou oxigenação no sangue, se contribui para a saúde preventiva. Isso porque, na medida em que os indivíduos viram cada vez mais conscientes das suas funções vitais, eles têm a possibilidade também de mudar muitos dos seus hábitos em prol do melhoramento das suas métricas.

Como exemplo disso, poderia se descrever o caso de um indivíduo que através do uso de um dispositivo que mede a qualidade do seu sono, ao revisar os dados percebe que não está conseguindo atingir um bom descanso, ao tempo em que o dispositivo oferece dicas para o melhoramento da qualidade do seu sono. Uma vez que o indivíduo coloca na prática tais dicas, os dados apresentam um melhoramento na qualidade do sono. Sob essa perspectiva, o uso das tecnologias vestíveis podem ser um sucesso, porque ajudam na saúde preventiva dos indivíduos ao tempo que os vira conscientes dos seus hábitos e práticas cotidianas.

Também, com o interesse e o foco no uso das tecnologias vestíveis, os primeiros em acolher seu uso e promover seus benefícios, foram majoritariamente cientistas da computação, desenvolvedores de *gadgets* e amantes da tecnologia. No entanto, com a rápida expansão da internet, o uso destas tecnologias foi acrescentando rapidamente, virando dispositivos de uso cotidiano pelos indivíduos, desde aqueles que medem funções básicas até dispositivos superespecializados que conseguem até ler as emoções dos indivíduos através da leitura de signos físicos que são associados aos estados de ânimo. Por exemplo, no campo da medicina, essas tecnologias passaram a ser de vital importância, posto que para o tratamento de indivíduos com doenças que precisam de seguimento rigoroso, têm sido desenvolvidos toda série de dispositivos. Medidores de glucose, de tensão, de atividade física e demais, pelo qual é um fato que o uso dos dispositivos vestíveis são parte da vida cotidiana dos indivíduos, virando um aspecto fundamental da mesma.

Pelo exposto acima, é válido afirmar que a quantificação do *Self*, ou do eu, compreendido como o engajamento dos indivíduos com o registro e análise das suas atividades

cotidianas, é uma realidade no modo de vida atual dos indivíduos. É assim que a Melanie Swan (2013), no seu artigo intitulado *The Quantified Self*, afirma que:

O "self-quantified" (SQ) é qualquer indivíduo que se envolve no auto-rastreamento de qualquer tipo de informação biológica, física, comportamental ou ambiental. Existe uma postura proativa em relação à obtenção de informações e ação com base nelas. Uma variedade de áreas pode ser rastreada e analisada, por exemplo, peso, nível de energia, humor, uso do tempo, qualidade do sono, saúde, desempenho cognitivo, atletismo e estratégias de aprendizagem. (SWAN, 2013, p.85) (tradução minha)

Na mesma linha que Debora Lupton, Swan (2013) descreve que o Self Quantificado ou SQ, não é um fenômeno que emerge com aparecimento das novas tecnologias, mas que a preocupação pelo autocuidado tem sido uma preocupação dos indivíduos e da filosofia desde tempo atrás. É assim que a autora estabelece uma conexão de progresso histórico do SQ com relação à ideia histórica do *cuidado de si* ou autocuidado associadas aos Epicuro, Heidegger e Foucault, que adquire a categoria de Self Quantificado no contexto das novas tecnologias. Não obstante, é relevante apontar que o *cuidado de si*, referente nos três casos mencionados pela autora, tem um caráter reflexivo. Ou seja, neles o propósito é a construção de um conceito do *cuidado de si* e oferecer razões de por que esse conceito é fundamental para a compreensão dos indivíduos sobre si mesmos³². Por outro lado, no caso do SQ, o *cuidado de si* é entendido como um auto-rastreamento baseado no cálculo, dado que é através do cálculo dos algoritmos treinados para interpretar os dados coletados pelos dispositivos que os indivíduos modificam suas práticas cotidianas.

De acordo com isso, é possível dizer que o conhecimento que coletam os indivíduos, produto da interpretação dos seus próprios dados pelos algoritmos treinados, está orientado à transformação das práticas cotidianas. Isso é, modificar os hábitos de sono, ressaltar a importância da atividade física e esportiva, advertir sobre uma falha no comportamento do coração, entre outras. Mas nunca empurra o indivíduo na reflexão sobre aquilo que possa significar o *cuidado de si* mesmo e o valor que tem para a orientação das práticas.

³² Da mesma forma, seria possível associar essa diferença mencionada com o exposto no primeiro capítulo, já que nos casos mencionados pela autora, todos eles foram desenvolvidos na era da imprensa, na qual o pensamento não estava atravessado pelo cálculo da racionalidade digital.

Por outro lado, Swan (2013) menciona que um dos problemas que traz o SQ é o compromisso com a segurança da informação dos indivíduos, já que o direito à privacidade dos indivíduos se vê afetado pela exploração de dados realizada pelos dispositivos tecnológicos. Mas também afirma, sobre aqueles dados que possam ser sensíveis, que são as instituições que devem acolher medidas pro tratamento desses dados³³. Pelo demais, os indivíduos têm o direito de compartilhar ou não seus dados pessoais, e declara que “Muitos indivíduos não se sentem confortáveis em compartilhar seus dados, mas aqueles que se sentem podem contribuir com seus dados para criar um bem público valioso que pode ser usado por todos” (SWAN, 2013, p. 91).

Nesse sentido, o direito à privacidade termina não sendo um problema para o avanço das tecnologias do auto-rastreamento, porque finalmente a exploração dos dados que é levada a cabo é sobre dados outorgados livremente pelos mesmos usuários através da aceitação dos termos de uso. E são concedidos, sob a premissa do auto melhoramento dos indivíduos em suas práticas cotidianas. Onde até aqueles que não concordam com compartilhar sua informação têm benefício, visto que seria possível inclusive categorizar aqueles que não compartilham seus dados, porque os padrões dos algoritmos agrupam os indivíduos em conjuntos de indivíduos com características semelhantes.

Outro possível ponto fraco que pode ter o SQ, segundo SWAN (2013), é a falta de solidez e objetividade que traz a interpretação dos dados coletados pelos dispositivos vestíveis. A amostra que contempla para suas interpretações só leva em conta a experiência e dados de só um indivíduo cada vez, embora o algoritmo seja previamente treinado para a determinação de diversos padrões de comportamento. Também a leitura realizada pelos algoritmos poderia ser falível, porque não tem em conta diversas variáveis para as determinações que realiza, exemplo disso é que não considera aspectos como ambiente ou disposições familiares.

Mesmo assim, afirma Swan (2013) que, apesar de não se ajustar rigorosamente às disposições da ciência tradicional, o fato é que o SQ tem a capacidade de contribuir no melhoramento constante das práticas cotidianas dos indivíduos pelo meio do uso dos dados coletados, armazenados e analisados pelos dispositivos vestíveis. Isso porque o uso objetivo

³³ Por exemplo, no Brasil existe a lei de proteção de dados pessoais (LGPD) que desde 2020 tem o objetivo de regulamentar a proteção de dados pessoais e bancários da população Brasileira.

dos dados coletados tem a capacidade de transformar a experiência subjetiva dos indivíduos que a usam, em virtude de que através do confronto com a análise da informação dos algoritmos, o indivíduo é persuadido de alterar seu comportamento e opinião a respeito de hábitos determinados.

Por outro lado, a autora (2013) defende que uma primeira fase das tecnologias vestíveis está compreendida por aqueles dispositivos que medem funções básicas do corpo dos indivíduos, tais como o sono, o peso ou o funcionamento do coração. No entanto, adverte também, que em uma segunda fase do melhoramento dos dispositivos de tecnologias vestíveis é possível ir além e medir já não só dados quantitativos, senão também dados qualitativos. Como seria o caso da medição de emoções e opiniões, dando lugar à mineração de emoções e opiniões.

Finalmente, Melanie Swan (2013) defende que, através do uso constante de dispositivos de auto-rastreamento, se ajuda na gestação de uma nova forma de relação dos indivíduos consigo mesmos, com outros indivíduos e com as coisas. Isso porque, como foi apontado anteriormente, a coleta e a análise dos dados de todas as atividades cotidianas dos indivíduos contribuem à criação de uma narrativa do indivíduo sobre si mesmo, baseada nos cálculos feitos pelos algoritmos sobre os dados coletados e interpretados. E, sob essa narrativa construída, modificar seus comportamentos com outros indivíduos e as coisas, dando lugar à criação de um *exoself*, ou seja, uma perspectiva sobre si mesmo que não provém nem dos outros indivíduos nem das coisas, provém dos dados. É por isso que afirma:

O *exoself* estendido pode ter capacidades de regulação e controle sem precedentes. Uma vez equipado com dispositivos QS, um corpo individual torna-se um objeto cognoscível, calculável e administrável. A tecnologia de *exoself* pode ser uma espécie de perspectiva de quarta pessoa que facilita o transporte de humanos para um novo reino do eu estendido e, eventualmente, em diferentes grupos de selves unidos (SWAN, 2013, p.96). (tradução minha)

Segundo isso, o uso de tecnologias que permitem a quantificação do *self* revela ao indivíduo como um objeto acessível para si mesmo, posto que a partir dos dados e através deles pode administrar deliberadamente suas práticas com outros e com as coisas. Essa característica do indivíduo virar cognoscível para si mesmo é percebida como uma vantagem para a autora (SWAN, 2013), já que o conhecimento objetivo de si mesmo dá mais poder e liberdade ao

indivíduo para agir de acordo com as circunstâncias e o conhecimento acumulado sobre ele mesmo.

Em suma, de acordo com o descrito até aqui é válido apontar que a preocupação pela recollecção de dados ou informações por parte dos indivíduos sobre si mesmos não é uma preocupação que surge com as novas tecnologias, mas sim de uma necessidade dos indivíduos que atravessa todas as formas de comunicação. Quer dizer, a comunicação oral, escrita e agora a comunicação por meio das tecnologias da informação e comunicação. Não obstante, a forma de encarar as informações coletadas pelos indivíduos sobre si mesmos é diferente, devido a que, nos momentos anteriores ao surgimento das novas tecnologias, aquelas informações eram encaradas desde um ponto de vista discursivo.

Pelo contrário, na era da mencionada racionalidade digital, onde são desenvolvidos o SQ e as tecnologias vestíveis, as informações coletadas pelos indivíduos sobre si mesmos são analisadas ou encaradas por meio do cálculo próprio dos algoritmos. E tal conhecimento, produto do cruzamento e jogo dos cálculos, está orientado já não à reflexão, mas à modificação das práticas cotidianas. Ao final, e como produto da assimilação do SQ, se tem como resultado o surgimento de outra perspectiva do indivíduo sobre si mesmo, uma que não é obtida pelos outros indivíduos ou as coisas, senão pela interpretação dos dados. A perspectiva chamada de *exoself*.

Mas, neste ponto e depois da caracterização do SQ, valeria a pena perguntar-se sobre quais são as implicações da quantificação do eu. Quais são as consequências da criação de uma narrativa do eu, *exoself*, baseada na análise de dados individuais? Será mesmo que o produto do SQ leva direto à autonomia e liberdade do indivíduo para agir no seu contexto? Uma aproximação sobre esses questionamentos pode ser revisada na abordagem que fazem Diogo Gonçalves e Maria Clara Dias (2021) no seu artigo intitulado *Mentes no bolso: Considerações neuróticas sobre a incorporação de aplicativos de smartphones na configuração do Self*. O qual será analisado a seguir.

Nesse artigo, os autores têm como objetivo a análise da forma em que o uso de dispositivos, tais como smartphones ou outras tecnologias vestíveis e os algoritmos que envolvem o uso dos mesmos através de aplicativos, constituem uma variação na mente. Isso é, modificam a compreensão que o indivíduo tem sobre si mesmo e, por conseguinte, as relações

que estabelece com outros indivíduos e as coisas. Essas alterações deixam ver uma série de problemas neuroéticos³⁴, como a autenticidade e autonomia da mente ou a privacidade e segurança das informações que são proporcionadas constantemente nestes dispositivos.

Para a análise das implicações que tem no *Self* o uso de dispositivos tecnológicos, telefones inteligentes e tecnologias vestíveis, os autores (2021) aceitam a abordagem proposta por Andy Clark e David Chalmers (1988) no seu artigo intitulado *A mente estendida*. Nesse texto, os autores defendem que os objetos externos desempenham um papel importante nos processos cognitivos dos indivíduos, ou seja, um tipo de externalismo, onde os processos cognitivos³⁵ não são desenvolvidos só na mente, no interior do cérebro do indivíduo, senão que todo processo cognitivo também é determinado pelo mundo exterior. Em outras palavras, o entorno no qual o indivíduo se movimenta, desempenha um papel ativo nos processos cognitivos do mesmo. O produto de propor tal externalismo é o conceito da *mente estendida*.

A tese de Clark e Chalmers (1988) difere dos posicionamentos clássicos sobre os processos cognitivos, onde de um lado é proposto que os limites da mente são os limites do corpo, e por isso tudo aquilo que seja de natureza exterior está fora dos processos cognitivos. Por outro lado, da abordagem que sustenta que o significado das coisas não está só na cabeça, aceitando um externalismo moderado. Segundo a tese dos autores (1988), existem alguns objetos que de acordo ao nível de acoplamento, dependência e fiabilidade que o indivíduo estabelece, podem modificar sua forma de realizar determinadas atividades. Isso é, usando objetos externos para a realização de tarefas mentais, criando uma extensão da mente no mundo exterior que intervém nos processos cognitivos. Dando lugar ao que os autores chamam de ações epistêmicas.³⁶

No entanto, aquele externalismo proposto por Clark e Chalmers (2010) é de natureza ativa, o que quer dizer que os dispositivos com os que o indivíduo faz o acoplamento desempenham uma função ativa no processo cognitivo do indivíduo. Isso significa que, tanto

³⁴ A neuroética é entendida como o estudo das questões éticas, legais e sociais que surgem quando os avanços científicos são levados à prática.

³⁵ “Processo cognitivo” entendido como operações mentais que realiza o cérebro para o processamento da informação.

³⁶ Segundo os autores (2010), as ações epistêmicas são entendidas como aquelas ações que alteram o mundo com o objetivo de aperfeiçoar os processos cognitivos.

o indivíduo quanto o dispositivo acoplado têm um papel causal na forma como o indivíduo leva a termo uma atividade determinada. É assim que afirmam que

Nesses casos, o organismo humano está vinculado a uma entidade externa em uma interação bidirecional, criando um sistema acoplado que pode ser visto como um sistema cognitivo em si mesmo. Todos os componentes no sistema desempenham um papel causal ativo e juntos governam o comportamento da mesma maneira que a cognição normalmente o faz (CLARK; CHALMERS, 1988, p.29). (tradução minha)

Pelo que é possível afirmar que, segundo isso, nesse externalismo ativo, dado o caráter causal do objeto acoplado ao indivíduo, se as características externas mudam também muda o comportamento do indivíduo no momento de realizar determinada ação. Por exemplo, um indivíduo que utiliza seu telefone inteligente para administrar suas informações sobre o trabalho que desempenha, contatos de colegas, agenda de reuniões, e-mail, entre outros. Esse indivíduo, para cada ação ou decisão com referência a seu trabalho terá que consultar seu telefone, seja para ligar para um colega, para escrever um e-mail ou consultar as reuniões do dia. Pelo que o indivíduo tem no telefone o fácil acesso às informações do emprego, confia na informação armazenada no dispositivo, assim como também depende dela para o correto desempenho dos labores. O que leva pensar que o indivíduo e o telefone têm um nível de acoplamento profundo e caso o telefone falhe, a relação do indivíduo com seu emprego mudaria.

Em concordância com isso, é possível afirmar que as extensões do *Self* que o indivíduo encontra no entorno externo fazem parte fundamental dos processos cognitivos e não constituem simplesmente um anexo dos processos internos da mente do indivíduo. É por isso que os autores (1988) declaram que pode ser que o cérebro tenha a predisposição para inserir um entorno externo e confiável na construção dos processos de cognição. Como exemplo deste aspecto, Clark e Chalmers mencionam a linguagem e afirmam que:

Outro exemplo pode ser a linguagem, que parece ser um meio central pelo qual os processos cognitivos se estendem ao mundo. Pense em um grupo de pessoas fazendo um brainstorming ao redor de uma mesa, ou em um filósofo que pensa melhor escrevendo, desenvolvendo suas ideias enquanto avança. Pode ser que a linguagem tenha evoluído, em parte, para permitir tais extensões de nossos recursos cognitivos dentro de sistemas ativamente acoplados (CLARK; CHALMERS, 1988, p.32). (tradução minha)

Segundo o percurso feito até aqui, temos por um lado que nos processos cognitivos dos indivíduos não só estão envolvidos processos internos na mente do indivíduo, senão que o entorno externo também tem uma função fundamental na cognição, aceitando assim a tese do externalismo. Por outro lado, aquele externalismo é de caráter ativo, na medida que nos casos em que os indivíduos criam acoplamentos com objetos externos, esses determinam o processo cognitivo, ou seja, se mudam as características externas que envolvem a cognição, também muda a forma como é realizada determinada ação. Produto destes aspectos, é possível falar sobre a mente estendida. Não obstante, como são estabelecidas as crenças³⁷ produto dos processos cognitivos?

De acordo com Clark e Chalmers (1988), na construção de crenças o entorno externo também pode desempenhar um papel importante, na medida em que um objeto externo acoplado ao indivíduo pode efetuar um papel causal na constituição de uma crença. É importante aclarar que para que seja possível identificar um objeto externo como acoplado a um indivíduo, esse deveria ser uma fonte confiável de informação, assim como estar acessível em qualquer momento que seja requerido e representar uma necessidade para executar uma ação. Para exemplificar tal coisa, os autores trazem o exemplo de dois indivíduos, Inga e Otto, que têm vontade de visitar uma exposição em um museu da cidade de Nova Iorque. Inga tem a crença na sua memória do endereço do museu e inicia seu caminho baseada na informação que tem na memória; por outro lado está Otto, que sofre Alzheimer, pelo que tem dificuldade para armazenar informações na sua memória. Logo então, Otto toma anotações das informações que considera importantes no seu caderno, e que antes de iniciar o caminho até o museu confere nas suas anotações o endereço.

Segundo os escritores da *Mente estendida* (1988), os dois casos, Inga e Otto, são similares, já que as anotações do caderno de Otto têm a mesma função que a memória de Inga. Porém, a crença de Otto é uma crença estendida, na medida em que Otto tem dificuldade de armazenar informações internamente, então tem uma extensão da sua memória no seu caderno de anotações. E tais notas têm as mesmas características que as informações na memória de Inga, posto que estão disponíveis o tempo todo, assim como é uma constante na vida de Otto e

³⁷ As crenças, segundo Pierce (1877) podem ser compreendidas como disposições, hábitos ou regras que dirigem as ações dos indivíduos, isso é estados calma e satisfação onde os indivíduos estão cómodos.

é confiável, já que se a informação está no caderno é porque em algum momento o dono a considerou importante. É assim que temos que a crença de Otto é estendida, porque está acoplado com um objeto externo, o caderno de anotações, e depende dele para a construção e validação de crenças.

Voltando na análise feita no artigo *Mentes no bolso* (2021), uma vez aceita a teoria da mente estendida, onde é possível o acoplamento entre indivíduos humanos e objetos externos, é plausível ver que determinados objetos externos têm a capacidade de transformar a mente dos indivíduos. No caso da abordagem de Mochcovitch e Dias, tais objetos determinados com a capacidade de alterar os processos mentais, são os telefones inteligentes, assim como as tecnologias vestíveis. Eles afirmam que

Aplicando o critério de acoplamento de Clark para a mente estendida, o aparelho smartphone satisfaz essas condições, já que está disponível de forma confiável e também é tipicamente invocado; é endossado automaticamente para operar diversas rotinas cognitivas e as informações contidas nele são acessíveis (MOCHCOVITCH; DIAS, 2021, p.38).

É assim que, o acoplamento com esse tipo de aparelhos tem a capacidade de alterar os processos cognitivos do indivíduo acoplado, transformando as rotinas e de um modo geral toda a compreensão do si mesmo que o indivíduo pode ter. Ou seja, os dispositivos inteligentes, ao se acoplar com os indivíduos, formam uma unidade na criação dos processos mentais e os dois têm uma função causal na construção, por exemplo, de crenças. Mas quais são as implicações desse fenômeno de acoplamento com tecnologias inteligentes?

Como no caso de Otto com o seu caderno de anotações, os indivíduos criam um acoplamento significativo seja com o telefone inteligente, um aparelho de tecnologia vestível ou o assistente do lar. Virando assim uma extensão do indivíduo que faz parte da sua individualidade e transforma suas rotinas cognitivas. Isso é, altera as formas em que estabelece relações com seus semelhantes, e as coisas do entorno. Tal acoplamento também altera as práticas do *Self* próprio, posto que, como ficou esclarecido anteriormente, a medula dessas tecnologias é o autorastreamento ou *selftracking*. Seu funcionamento é baseado na coleta, armazenamento e análise dos dados de toda atividade cotidiana do indivíduo, desde o sono, atividade esportiva, trabalho e tempo de ócio.

O fácil acesso, a fiabilidade dessa informação e a constância dos dispositivos na vida do indivíduo, fazem que o indivíduo construa uma imagem geral de si mesmo a partir dos dados, que lembra a proposta de Swan (2013) sobre a perspectiva da quarta pessoa ou *exoself*. Mas, tal como foi abordado no caso de Twitter, os aplicativos usados nos dispositivos inteligentes, antes que estruturas neutras cujo único objetivo é o favorecimento e melhoramento das práticas dos indivíduos, são produtos de uma indústria que tem seus próprios interesses.

É nessa ambivalência dos dispositivos e aplicativos inteligentes, de um lado estruturas neutras que melhoram o entorno do indivíduo, e por outro lado produtos que favorecem os interesses de uma indústria, que aparece a preocupação da autenticidade e da autonomia da mente. Como apontam Mochcovitch e Dias (2021), essas são duas categorias base da neuroética, já que a soberania sobre os desejos e as ações é fundamental para a constituição do Self. Essa preocupação surge porque, nas dinâmicas do autorastreio com a análise dos dados coletados, muitas das decisões da cotidianidade dos indivíduos ficam automatizadas. Os cálculos realizados pelos algoritmos sob os que funcionam os dispositivos e aplicativos viram uma extensão dos indivíduos que concentra a tomada de decisões nas atividades da vida cotidiana do indivíduo. Por exemplo, o controle da rotina, as atividades de ócio, a localização e até os propósitos, objetivos e opiniões. É por isso que os autores afirmam que

Assim, as questões neuroéticas sobre a autenticidade e a autonomia se tornam prementes para a investigação, já que, conforme exposto, nossos smartphones são tecnologias da mente estendida, portanto são partes muito importantes das nossas mentes e que podem sofrer inúmeras interferências que culminam em intervenções na autenticidade e na autonomia do self (MOCHCOVITCH; DIAS, 2021, p.42).

De acordo com o exposto até aqui, é possível apontar que a liberdade de expressão não está determinada apenas pelas dinâmicas das redes sociais, como no caso Twitter (X), onde o papel dos algoritmos desempenha um papel fundamental na maneira como os indivíduos podem exercer a expressão dentro das plataformas. A análise do self quantificado deixou ver que também, incluso antes que as redes sociais, os dispositivos que os indivíduos utilizam para aceder as plataformas de opinião, exercem também um papel importante na forma que os indivíduos compreendem a livre expressão.

O nível de acoplamento que os indivíduos estabelecem com os dispositivos usados para ingressar as redes sociais, fazem possível que a liberdade de expressão vire um fenômeno próprio do entorno digital ao igual que muitas outras atividades cotidianas dos indivíduos. Também, é possível perceber características da quantificação do eu nas dinâmicas das redes sociais, já que, essas armazenam e expõem todas as ideias e opiniões que os indivíduos compartilham nos seus perfis. Dando lugar assim, à possibilidade de criação de narrativas respeito dos outros indivíduos e de si mesmos. Narrativas que em muitos casos podem estar afastadas de descrições fieis ao fenômeno real.

Finalmente, é possível destacar de acordo com o visto na revisão do Twitter e a quantificação do eu, que mesmo que as redes sociais promovam uma dimensão negativa da liberdade de expressão; pelo contrário, nessas existem uma série de restrições e regulamentações previamente desenhadas pelo funcionamento tanto dos dispositivos como das plataformas, as quais, antes que favorecer o debate global, beneficiam as dinâmicas do capitalismo global. Isso revela que os conceitos tradicionais da liberdade de expressão, na sua dimensão negativa e positiva, não oferecem as ferramentas para a compreensão do fenômeno nas redes sociais. Pelo que é necessária a busca por outra proposta que possa dar conta do fenômeno de melhor maneira. Nesse sentido, será revisada a proposta de Floridi no próximo e último capítulo da presente pesquisa.

3. CAPÍTULO III: A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA PROPOSTA DE LUCIANO FLORIDI

No percurso feito até aqui, temos que na questão pela liberdade de expressão existem duas perspectivas dominantes, a dimensão negativa e positiva da livre expressão, que foram exploradas no primeiro capítulo. A seguinte tarefa, foi analisar qual das duas perspectivas descritas da liberdade de expressão é possível ver na dinâmica das redes sociais, onde foi contemplado o caso de X (Twitter) e o fenômeno da quantificação do eu. Aí foi possível perceber que, embora a rede social apresente ou defenda a dimensão negativa da liberdade de expressão, mostrando que nela são aceitas todas as opiniões independentemente de seu conteúdo, na verdade apresenta uma série de restrições e regulamentações. Não obstante, tais regulamentações não fazem parte de um processo de construção entre usuários e Twitter, como foi descrito, esse funcionamento é construído sob a dinâmica do capitalismo de vigilância, o qual termina por levar a termo uma instrumentalização do discurso, antes que um espaço adequado para a troca de ideias, informações e opiniões.

É assim que, as análises dos capítulos um e dois deram como resultado que as duas perspectivas da liberdade de expressão esboçadas pela tradição, não conseguem oferecer as ferramentas conceituais para dar conta da questão de como deveria ser desenvolvida a dinâmica da expressão nas redes sociais? Já que, de um lado a dimensão negativa da mesma representa uma abstração vazia onde se permite a proliferação de todo tipo de discursos e condutas que podem chegar a ser prejudiciais para os indivíduos. De outro lado, a dimensão positiva apresenta outros problemas, como quem e como deveriam estabelecer-se os limites da expressão? Essas questões representam um perigo constante que pode desembocar em repressão e censura das opiniões que não favoreçam o status quo. Pelo que, na necessidade de atingir o objetivo traçado na presente pesquisa, é preciso virar a mirada a outra perspectiva que ofereça ferramentas conceituais que permitam compreender mais adequadamente o problema da livre expressão nas redes sociais.

A proposta de uma Filosofia da informação de Luciano Floridi, poderia oferecer ferramentas conceituais para uma melhor compreensão da liberdade de expressão no espaço digital. Além de uma melhor perspectiva de cara à pergunta sobre se as redes sociais constituem um espaço adequado para o exercício da liberdade de expressão. É por isso que,

o objetivo do terceiro e último capítulo terá como finalidade, em primeiro lugar apresentar uma delimitação entre o que o autor compreende como informação e desinformação. Essa delimitação servirá de base para o entendimento da noção de entidades informacionais. Neste sentido, com a clareza obtida desses dois primeiros passos, será possível adentrar na perspectiva da Ética da informação proposta pelo autor, desde onde será possível oferecer uma terceira via de acesso à compreensão da livre expressão no meio digital, além das exploradas no primeiro capítulo.

3.1 A Quarta Revolução

Segundo Floridi (2015), as tecnologias da informação e a comunicação têm mudado substancialmente a forma como os indivíduos se compreendem a si mesmos assim como a maneira que esses compreendem os outros indivíduos e as coisas do entorno. Essa mudança fez com que os indivíduos façam questões sobre o posicionamento do indivíduo no entorno, inquirindo sobre a própria centralidade do indivíduo no espaço. O que fez aparecer interrogantes sobre a autonomia do indivíduo: em um mundo mediado pelas tecnologias da informação e a comunicação, o indivíduo tem a possibilidade de ser autônomo, de se autodeterminar? A ideia de Floridi (2015) é que não, no mundo atravessado pelas TIC (Tecnologias da Informação e a Comunicação) o indivíduo já não é mais um ser autónomo, senão um agente de informação que está conectado com outros agentes informacionais e artefatos em um entorno global de informação.

Em *Hiperhistória, o surgimento dos sistemas multiagentes e o design de uma infraética* (2015), Floridi retrata que as tecnologias têm sido parte da existência humana até o ponto que é possível fazer uma divisão da história³⁸ de acordo com os estádios das TIC e sua determinação sobre o modo de vida dos indivíduos. É assim que se pode classificar a *pré-história* como o modo de vida onde ainda não foram desenvolvidos mecanismos para a transmissão de testemunhas escritos, logo a *história* marca seu início com a invenção da escrita. É dizer o mecanismo que permite ou oferece a possibilidade para o registro e a transmissão testemunhas e conhecimentos que ao tempo tem contribuído no

³⁸ É válido assinalar, que o autor (2015) usa as categorias de *pré-história*, *história* e posteriormente de *Hiperhistória*, para caracterizar os modos de vida dos indivíduos, não para determinar como o quando. Também, essas categorias não são excludentes, já que modos de viver pré-históricos e históricos podem existir simultaneamente no mundo.

aperfeiçoamento de outras tecnologias. Isso é, o bem-estar social e individual entra em um processo de melhora. Como exemplo, é possível pensar, no caso de problemas cotidianos dos indivíduos que conseguiram se solucionar graças a possibilidade da escrita, onde ficavam registrados os modos de lidar com eles que encontraram indivíduos no passado.

No entanto, nessas sociedades históricas aponta Floridi (2015), ainda as TIC não ocupam o espaço de outras tecnologias, assim como também não comprometem as noções do bem-estar social e individual. Ao tempo, caracteriza um terceiro estágio que chama de *hiperhistória*, onde as TIC e seus mecanismos de processamento de dados passam ocupar o centro de desenvolvimento econômico, do bem-estar social e o florescimento intelectual. Floridi afirma:

Para resumir, a evolução humana pode ser visualizada como um foguete de três estágios: na pré-história não há TIC; na história há TIC que registram e transmitem dados, mas as sociedades humanas dependem principalmente de outros tipos de tecnologias que afetam os recursos primários e a energia; na hiperhistória existem TIC, que registram, transmitem, mas principalmente processam dados de forma cada vez mais autônoma, e as sociedades humanas dependem delas e da informação como recurso fundamental. (FLORIDI, 2015, p. 21) (tradução minha)

A *hiperhistoria* é o que Floridi caracteriza como a quarta revolução, onde tanto as ciências da computação quanto as tecnologias da informação e comunicação têm mudado não só as interações dos indivíduos com o mundo, senão também a compressão dos indivíduos sobre si mesmos. Isso porque como aponta o autor (2010, p. 8), a ciência tem duas formas principais de modificar nossa compreensão, de um lado extrovertida porque altera a compressão de cara ao mundo, e de outro lado introvertida, porque modifica também a compreensão dos indivíduos mesmos.

É assim que, antes da era da computação e das tecnologias da informação e comunicação, houve outras três revoluções que alteraram a compreensão e relação dos indivíduos com o mundo e consigo mesmos. A primeira delas veio com Copérnico e a teoria heliocêntrica, onde a terra e por tanto o homem foram deslocados do centro do universo. Logo, no século XIX Darwin demonstrou que todas as espécies evoluíram no percurso do tempo por meio da seleção natural, movendo ao homem do centro do reino biológico. E a terceira mudança chegou com Freud, graças a quem se reconhece até hoje que a mente não

só es consciência pura, senão também inconsciente e sujeita ao mecanismo de defesa da repressão (Floridi, 2010, p. 9).

Segundo Floridi (2010), desde a década dos anos 50 do século passado, as ciências da computação e as TICs têm executado uma série de mudanças na compreensão do mundo e dos indivíduos. Onde em muitos aspectos os indivíduos não são só entidades independentes, mas organismos informacionais interconectados ou *inforgs*³⁹. Os quais compartilham as experiências cotidianas tanto com agentes biológicos, quanto com artefatos criados um espaço global composto principalmente de informações. Tal ambiente informacional é integrado por todos os processos, serviços e entidades informacionais, assim como os agentes informacionais, suas propriedades, interações e relações mutuas. O representante principal dessa quarta revolução é, segundo o autor, Alan Turing.

Na quarta revolução as TICs desempenham um papel relevante, já que, não são unicamente dispositivos que aprimoram a performance dos indivíduos, como no caso do indivíduo que usa óculos ou marca-passos. Também não envolvem unicamente dispositivos de aumento, os quais permitem a interação entre dos mundos, realizando atividades do mesmo jeito que um indivíduo faria, tal é o caso da máquina de lavar roupas ou da máquina de lavar lousa. Segundo Floridi (2010), as tecnologias da informação e comunicação não aprimoram ou aumentam as capacidades humanas nesse sentido; pelo contrário, esses dispositivos transformam radicalmente a experiência humana, na medida que criam novas formas de experiência levando a termo uma reengenharia do mundo. É dizer, enquanto os dispositivos de aprimoração e aumento são artefatos desenhados para entrar no mundo do indivíduo, as TICs ou dispositivos digitais constituem portais através dos que os indivíduos podem habitar o ciberespaço. É assim que Floridi afirma:

Não há um termo para essa forma radical de reengenharia, então podemos usar "re-ontologização" como um neologismo para se referir a uma forma muito radical de reengenharia, uma que não apenas projeta, constrói ou estrutura um sistema (por exemplo, uma empresa, uma máquina ou algum artefato) novamente,

³⁹ Conceito cunhado pelo autor (2010) para caracterizar a natureza dos agentes informacionais, a qual não deveria ser confundida com a ideia que se tem através da ficção científica do cyborg. Também no deveria ser entendido como um tipo de entidade humana alterada em seu ADN informacional. O termo revela unicamente a natureza intrinsecamente informacional dos indivíduos humanos, em outras palavras, o que significa ser um agente e em que tipo de espaços esses novos agentes habitam. E essa compreensão não envolve alterações nos corpos dos indivíduos nem a especulação da condição pós-humana dos indivíduos, mas uma transformação radical na compreensão do mundo e dos indivíduos mesmos.

mas que transforma fundamentalmente sua natureza intrínseca, ou seja, sua ontologia. Nesse sentido, as TICs não estão apenas reengenhando, mas na verdade re-ontologizando nosso mundo. (FLORIDI, 2010, p. 11) (tradução minha)

A possibilidade de habitar esse novo espaço, o ciberespaço, que abrem as tecnologias da informação e comunicação faz que de início um processo de migração dos indivíduos desde seu espaço habitual, o mundo dos objetos físicos, para habitar o que o autor chama de *infosphere*. Entendida como o espaço onde os indivíduos viram *inforgs* que interagem com outras entidades informacionais, que podem ser artificiais ou não, e atuam em um ambiente que é amistoso com entes informacionais. De acordo com Floridi (2010), tal migração atingirá seu final uma vez que os migrantes sejam substituídos por os nativos digitais e a vida dos indivíduos seja desfavorecida ou afetada sempre que esses estiverem mais desconectados da *infosphere*.

Nesse processo da migração e habitar à *infosphere* é experimentada uma ressignificação do mundo dos indivíduos, passando de morar em uma realidade onde os objetos físicos são determinantes na experiência cotidiana para uma realidade de natureza informacional. Tal mudança traz consigo câmbios na percepção dos objetos, já que, em concordância com Floridi (2010) no ciberespaço os objetos são percebidos como independentes do objeto físico que os suporta. Exemplo disso é o caso de uma imagem fotográfica, que replica um objeto físico e torna-lo em um padrão susceptível de ser copiado infinitas vezes sem muita diferença da imagem original. Outra das mudanças importantes desse processo de migração ao espaço digital, é o critério da existência. Na medida que, no mundo dos objetos físicos, a existência tinha como condição de um lado a imutabilidade, lembrando a ideia do ser de Parmênides, e de outro lado o ser susceptível à percepção, tal como no caso da filosofia empirista moderna.

No caso do ciberespaço, a existência tem como condição a interação, é dizer, um objeto existe na medida que é potencialmente sujeito à interação com outros objetos. E por isso que o autor afirma que “Ser é ser interativo, mesmo que a interação seja simplesmente indireta” (FLORIDI, 2010, p. 12) Exemplo disso é que atualmente aplicativos a partir software mesmo sendo um bem intangível representam uma parte importante e decisiva na economia e administração de diversas nações. Um bem que é tanto mutável quanto imperceptível a todos os sentidos, mas que interage ativamente com diversas entidades

informacionais no ciberespaço. Tal é o caso dos avatares que alguns usuários de jogos de vídeo constroem e alimentam até virar bens digitais susceptíveis de serem vendidos a outros usuários.

De acordo com Floriri (2010), as tecnologias da informação e comunicação estão criando um ambiente de natureza informacional, onde os indivíduos passam a maior parte do seu tempo. É assim que de acordo com uma publicação da Forbes⁴⁰ de março de 2023, Brasil ocupa o terceiro lugar no mundo entre os países que mais consomem redes sociais. A análise mostrou que mais 131 milhões de brasileiros passam cada vez mais tempo online, especialmente em redes sociais, entre as mais consumidas se encontram Youtube, Facebook e Instagram. De acordo com Forbes, o maior consumo foi apresentado no dezembro de 2022 com uma média de 46 horas de consumo por usuário no mês. Por outro lado, segundo uma publicação de um jornal⁴¹ na Colômbia, as redes sociais mais consumidas no país são, Facebook, Youtube e Tik tok, com uma média três horas e 46 minutos de consumo diário.

Entretanto, quais são as características do modo de vida na *Infosphere*? De acordo com Floridi (2010), desde a revolução industrial foi marcado o passo de um mundo habitado de objetos únicos, para um mundo onde objetos podem ser reproduzidos em massa perfeitamente idênticos uns dos outros. Exemplo disso é que hoje quando um indivíduo entra na web para realizar a compra de um telefone, não compra um aparelho único, senão que adquire um modelo do telefone específico, do qual existem milhares de cópias ao redor do mundo.

Esse fenômeno tem sido intensificado com a revolução da informação, acordando nos indivíduos uma preocupação especial pela identidade, já que, em um mundo onde interagem milhões de agentes, tanto humanos quanto artificiais, em vez de seres únicos, os indivíduos viram entidades substituíveis reproduzidas em massa. Os quais são expostos à interação com outros indivíduos anônimos semelhantes na web. Segundo Floridi (2010), isso está relacionado com o engajamento dos indivíduos nas redes sociais, na medida em que, em

⁴⁰ Consultado em: <https://forbes.com.br/forbes-tech/2023/03/brasil-e-o-terceiro-pais-que-mais-consome-redes-sociais-em-todo-o-mundo/> Data: 01-setembro-2023

⁴¹ Consultado em: <https://www.eltiempo.com/tecnosfera/novedades-tecnologia/asi-esta-el-mercado-de-redes-sociales-en-colombia-y-el-mundo-762883#:~:text=En%20cuanto%20al%20tiempo%20que,m%C3%A1s%20se%20pasa%20en%20redes> Data: 01-setembro-2023

um oceano de identidades anônimas reproduzidas em massa, surge a necessidade de apropriação e identidade. Daí o entusiasmo dos usuários de redes por compartilhar seus gostos, viagens, experiências e demais nos perfis de redes sociais.

Junto com o fenômeno da identidade vem também o problema da privacidade, o qual não será aprofundado no presente texto, mas vale a pena fazer menção que de acordo com Floridi (2010), a tendência dos indivíduos para customizar cada vez mais seus perfis nas redes sociais com o intuito de parecer mais diferenciáveis dos outros usuários, choca com a ideia e o direito dos indivíduos de levar uma vida privada. De outro lado, também é possível aqui fazer menção que no que diz respeito ao tema da presente pesquisa, na *infosphere*, também ressalta o problema da liberdade de expressão. Uma vez que, quando o exercício da livre expressão é migrado à *infosphere*, também é transformada radicalmente a compreensão do mesmo. É assim que, surge a questão de como é transformada a liberdade de expressão respeito do proposto no capítulo um: é ajustada a uma das dimensões, negativa ou positiva, da livre expressão, ou é criada uma nova forma de exercer a expressão? A resposta para essa pergunta, terá desenvolvimento no que percurso do presente capítulo.

Mas continuando com a caracterização que Floridi (2010) faz do mundo na quarta revolução, as TICs não só estão transformando o mundo que os indivíduos conhecem, também está criando novas realidades. Isso tem causado que os limites entre o mundo analógico, o espaço fora da *infosphere*, e o mundo digital sejam cada vez mais imperceptíveis. É dizer, a *infosphere* absorve progressivamente todo espaço diferente dela, ao ponto de transformar qualquer objeto em um fenômeno informacional. É assim que o autor afirma:

Atualmente, as gerações mais antigas ainda consideram o espaço da informação como algo a que se faz login e logout. Nossa visão do mundo (nossa metafísica) ainda é moderna ou newtoniana: é composta por carros, prédios, móveis, roupas "mortas", que são não interativos, não responsivos e incapazes de se comunicar, aprender ou memorizar. Mas nas sociedades avançadas de informação, o que ainda experimentamos como o mundo offline está destinado a se tornar um ambiente totalmente interativo e mais responsivo de processos de informação sem fio, onipresentes, distribuídos, de tudo para tudo (a2a), que funcionam em qualquer lugar para qualquer momento (a4a), em tempo real. Esse mundo primeiro nos convidará gentilmente a compreendê-lo como algo "a-vivo" (artificialmente vivo). (FLORIDI, 2010, p. 17) (tradução minha)

De acordo com isso, a *infosphere* deixa de ser o outro mundo onde os indivíduos escapam ou criam uma vida e uma imagem além do mundo real, para ser o sinônimo da realidade mesma. Como produto dessa mudança, a *infosphere* está se tornando cada vez mais sincronizada, já que ali todo acontece em tempo real, descentralizada no espaço, e correlacionada, isso é, com inumeráveis tipos de interações entre os indivíduos humanos e os diversos agentes artificiais.

Outra das grandes transformações que surgem com a rápida inserção das TICs no entorno, é o aparecimento dos sistemas multiagentes ou SMA. De acordo com o exposto, uma das características principais da sociedade da informação, quarta revolução, é que a ideia do funcionamento de um sistema isolado ou falta de interações, é impossível. Na medida em que uma das principais características da *infosphere* é a interação, a maioria das tarefas, desde as mais cotidianas até as mais complexas requerem a interação de mais de um sistema para sua execução. É assim que, desde o simples Login em uma rede social envolve de um lado o agente humano que insere a informação e de outro lado o agente artificial, a peça de software, que processa os dados para apresentar a tela de início para o usuário envolve a interação de mais de um agente. Floridi (2015) aponta que até mesmo a ideia de Estado-nação, vira um SMA no contexto da sociedade da informação.

Isso porque de acordo com o pensador italiano (FLORIDI, 2015), os Estados-nação são agentes de informação, os quais nas sociedades previas à sociedade de informação atuavam como monolitos, é dizer eles se administravam a si mesmos como agentes únicos de informação. No entanto, na sociedade da informação as TICs determinam o funcionamento dos Estados-nação, já que, essas passam a ser parte fundamental para o agenciamento das nações. Em primeiro lugar, porque as tecnologias da informação e comunicação levam a cabo uma democratização dos dados. Isso é, o Estado já não é o único que tem acesso ao armazenamento e processamento de dados, o qual abre a possibilidade à atuação de outros agentes não estatais, desde indivíduos particulares até grupos e associações. Também, as TICs desterritorializam a experiência humana, indo além das fronteiras do Estado-nação, criando a necessidade de intervenção de outros agentes que possam regular a experiência na *infosphere*. De acordo com isso, é possível perceber que na sociedade da informação o Estado-nação por si mesmo não consegue atingir os desafios

globais apresentados pela hiperhistória, já que sua estrutura está desenhada para atender problemas relativos a um território e população específica. É assim que nessas sociedades é preciso da intervenção de diversos sistemas que possam interagir entre si para dar resposta ante os desafios globais que produz a sociedade da informação.

3.2 Da informação e a desinformação

Até aqui, foi possível perceber que as mudanças que as transformações que representam a incorporação das TICs no entorno dos indivíduos, são radicais e não só mudam o mundo dos objetos. Também transformam as relações entre os indivíduos e a compreensão sobre si mesmos. Pelo que é importante colocar atenção em tais transformações, na medida em que elas constituem o novo panorama da sociedade mundial, dando lugar a novas formas de desigualdade⁴², outras formas de pobreza e riqueza, diferentes práticas culturais e certamente novas formas de exercer a liberdade de expressão. Mas antes de entrar analisar a dinâmica da expressão dentro da *infosphere*, vale a pena ter mais ferramentas conceptuais para a análise, é por isso que será importante a continuação ver como é concebida a informação na era da *hiperhistória*.

A sociedade da informação, as TICs e as entidades informacionais têm sido tópicos ao longo do presente capítulo, assim como algumas das transformações que essas tem causado na compreensão de mundo dos indivíduos. No entanto, até agora não foi esclarecido, o que é o que se entende por informação? Conceito que é fundamental para o tratamento da liberdade de expressão. De acordo com Floridi (2010), a definição de informação não é uma tarefa simples, na medida que não há uma ideia universalmente aceita⁴³. Não obstante, o autor explica que existe uma noção de informação que vem tomando força nas últimas décadas, o que esse denomina como Definição Geral da Informação (GDI)⁴⁴. Tal definição general da informação consiste em que para que A seja considerada como uma instância de

⁴² Como exemplo de novas formas de desigualdade, Floridi (2010) chama atenção sobre a brecha criada com rápida inserção das TICs na cotidianidade, entre aqueles que têm acesso à *infosphere* e os que não. Na medida em que os que podem habitar o espaço digital e são ricos em informação tem clara vantagem frente aqueles que não podem entrar em um entorno digital que é o dominante.

⁴³ É importante aclarar que o termo informação pode ter vários significados de acordo com as áreas do conhecimento humano, o mesmo Floridi (2010) estabelece que a informação pode ser abordada como, informação matemática, informação física, informação biológica e informação econômica. No entanto, para o objetivo do presente estudo só irá ser contemplada a noção de informação semântica.

⁴⁴ General Definition of Information de acordo com a sigla em inglês.

informação, entendida como conteúdo semântico, deve cumprir com as seguintes características; em primeiro lugar, A deve estar conformada por n número de dados, esses dados devem estar bem formados e finalmente, os dados bem formados precisam ser significativos.

Em conformidade com a definição geral da informação, essa sempre está composta de dados. Para esses dados ser considerados informação, precisam estar corretamente formados, no entanto, a estrutura que devem seguir os dados para ser considerados bem formados não é limitada as regras da sintaxe linguística. É dizer, tal sintaxe é relativa à ordem e relação dos dados que conformam a instancia informacional de maneira geral. Por exemplo, quando se pede para um indivíduo identificar em uma imagem o elemento que não corresponde, se apresenta para ele uma série de imagens de instrumentos de cozinha: faca, garfo, panela, colher e liquidificador seguido de um capacete de moto. Ao encarar o quadro, o indivíduo notará rapidamente que esse último elemento não corresponde com a série de instrumentos, identificando um erro na informação dada. É dizer uma falha na sintaxe do quadro informacional apresentado.

Por outro lado, o autor (FLORIDI, 2010) também faz ênfase sobre a significatividade dos dados bem formados para ser considerados informação. De novo, o caráter semântico da informação não é necessariamente relativo à linguística, já que como foi possível no anterior exemplo, a informação composta por uma série de ilustrações é significativa para o indivíduo. Outro dos aspectos relevantes, é que os dados que são considerados informação, podem ser significativos independentemente que exista ou não um informante. Para a compreensão dessa característica, Floridi (2010) pede considerar o exemplo da pedra Rossetta, a qual contém três traduções de uma mesma passagem, em hieroglífico egípcio, egípcio demótico e grego clássico. Previamente ao descobrimento da tradução ao grego clássico, os hieroglíficos já eram considerados informação, mesmo que seu significado fugira da compreensão de qualquer interprete. O descobrimento da tradução não afetou a semântica dos hieroglíficos senão sua acessibilidade. É por isso que Floridi afirma:

Este é o sentido razoável em que alguém pode falar de dados com significado sendo incorporados em portadores de informação independentemente de qualquer informado. Isso é muito diferente da tese mais forte, de acordo com a qual os dados também poderiam ter sua própria semântica independentemente de um produtor/informante inteligente. (FLORIDI, 2010, p. 22) (tradução minha)

Igualmente, para entender melhor a informação, vale a pena dar uma olhada na natureza dos dados, de acordo com Floridi (2010), uma forma adequada de compreender essa natureza é considerar o que acontece quando se apagam, danificam ou perdem os dados. A ideia de fundo ao contemplar o dano ou eliminação de um conjunto de dados, é que mesmo com a total eliminação dos dados não desaparece por completo tudo rastro de dados. Pelo contrário, fica o fato de que os dados que existiam previamente foram apagados e isso constitui um dado também. Floridi (2010) pede considerar o caso do silêncio, é dizer, quando não há um sinal perceptível de barulho, a qual pode chegar a ser igualmente significativa que a presença de algum som conhecido. Isso é, da mesma forma que a ausência de barulho pode constituir um dado significativo, o dano ou eliminação de um dado particular também tem a possibilidade de ser significativo.

De acordo com o anterior, para conseguir uma autentica e completa eliminação de todos os dados deveria ser possível eliminar todas as diferenças possíveis, dando como resultado segundo o autor (FLORIDI, 2010), a ideia de que o dado é reduzível à falta de uniformidade. É por isso que Floridi oferece uma definição geral do dado como:

Dd) datum =def. x sendo distinto de y , onde x e y são duas variáveis não interpretadas e a relação de 'ser distinto', bem como o domínio, são deixados em aberto para uma interpretação posterior. (FLORIDI, 2010, p. 23) (tradução minha)

Tal definição dos dados, pode ser entendida em três diferentes sentidos de acordo com o autor (FLORIDI, 2010). O primeiro deles, é como falta de uniformidade no mundo real, isso é, dados em estado puro, antes de qualquer interpretação ou objeto de algum processo cognitivo. Como exemplo desse tipo de dados que não tem uma ordem específica e normalmente não são experimentados de maneira direta, pode ser considerado o caso de Carlos, que caminha diariamente até seu ponto de trabalho. No seu trajeto, cada manhã sempre tem um homem idoso, um jovem esportista e uma mulher com um cachorro. Porém, Carlos não percebe diretamente a presença de nenhum dos indivíduos no trajeto, é dizer, esses dados não representam significado para ele ainda, já que, são dados que ainda ele não há submetido a interpretação.

Em segundo lugar, os dados também podem ser considerados como falta de uniformidade quando existe diferença entre pelo menos dois estados de um sistema.

Voltando no exemplo de Carlos, suponhamos que repentinamente uma manhã, Carlos identifica ao homem idoso e percebe é mais baixo que o jovem esportista, porém mais alto que a mulher com o cachorro. Por fim, o terceiro sentido aponta Floridi (2010) pode ser entendido como a falta de uniformidade entre dois símbolos, como por exemplo as letras X e Y no alfabeto. É assim que de acordo com a interpretação de um indivíduo dos dados em estado puro, é possível a identificação de diferenças fisicamente perceptíveis, e a identificação dessas diferenças, torna possível a codificação em símbolos. A dependência da informação dos dados bem formados, e dos dados no acontecimento de diferenças fisicamente perceptíveis ou falta de uniformidade, aponta Floridi (2010) pode explicar porque a informação pode ser desligada facilmente do seu suporte.

A codificação dos dados previamente percebidos e ordenados pode variar de formato, entre os que se encontram: impressão em papel, visualização em uma tela, expressos em imagens ou ser analógicos ou digitais. Em quanto a essa diferença Floridi afirma:

Os dados analógicos e os sistemas que os codificam, armazenam, processam ou transmitem variam continuamente. Por exemplo, os discos de vinil são analógicos porque armazenam dados mecânicos contínuos que correspondem aos sons gravados. Por outro lado, os dados digitais e os sistemas relacionados variam de forma discreta entre diferentes estados, como ligado/desligado ou alta/baixa voltagem. Por exemplo, os discos compactos são digitais porque armazenam sons transformando-os em séries de pits (indentations) e lands (as áreas entre os pits). Eles codificam informações em vez de apenas gravá-las. (FLORIDI, 2010, p. 25) (tradução minha)

Da mesma forma que os dados podem ser codificados de distintos jeitos, estes também podem ser classificados em diferentes tipos de dado. A pesar de não ser uma classificação rígida ou fixa, e que dependendo das circunstâncias e da perspectiva adotada um mesmo dado pode ajustar-se em diferentes classificações, Floridi (2010) numera cinco tipos diferentes de dados. Em primeiro lugar, estão os dados primários, entendidos como a informação primária que pode estar armazenada em um banco de dados e pronta para comunicar ao usuário informações básicas sobre uma situação específica. Por exemplo, quando um indivíduo chega ao escritório do banco e aguarda que a tela indique o número da senha correspondente, o sistema de administração de senhas para os usuários do banco, é um sistema que gerencia dados primários. Já no caso dos dados secundários, são o oposto dos dados primários, é dizer ausência de dados primários. Voltando no exemplo do usuário do

banco, podemos supor que o usuário nota que o telão pulou do número de senha 23 para o número 26 sem advertir explicitamente do erro. O usuário ao notar tal ausência da sequência de números, rapidamente percebe que o sistema de distribuição de senhas tem um erro graças aos dados secundários que informam sobre o incidente.

O terceiro tipo de dados são conhecidos, segundo Floridi (2010) como metadados, os quais são formados por indicações sobre outros dados, primários na maioria dos casos. Isso é, descrevem a localização, formato, permissões de acesso aos dados, entre outras informações que possam ser relevantes sobre a natureza dos dados armazenados. Exemplo desse tipo de dados pode ser o catalogo de uma biblioteca, o qual, contém os dados sobre o inventario de livros, sua localização no espaço, sua disponibilidade, edição, autor, entre outros dados.

O quarto tipo são os dados operacionais, os quais tem a ver com todo o relevante a informação sobre a performance de um sistema de informação. Voltando ao exemplo do telão do banco que administra a distribuição de senhas, esse poderia ter incorporado um sistema de alerta para advertir sobre qualquer erro do sistema. Esse sistema teria que estar composto por uma mecânica de recolecção de dados sobre a performance do sistema, o qual, poderia identificar uma falha no funcionamento em qualquer momento e emitir uma alerta para o administrador do sistema.

Por fim, o quinto tipo de dados, segundo Floridi (2010), são os dados derivados, que estão formados por dados extraídos de outros dados e usualmente são usados como fonte na busca de regras, princípios ou evidências sobre assuntos diferentes dos diretamente abordados pelos dados. Exemplo desse tipo de dados podem ser os dados coletados pelo sistema de GPS do telefone, o qual coleta dados sobre a localização do usuário com a finalidade de oferecer informações sobre lugares próximos ou orientação do usuário. Mas ao tempo os dados coletados são utilizados para criar padrões sobre as características dos usuários.

É assim que quando os dados estão bem formados, sejam do tipo que for, o resultado que se tem é conteúdo semântico. O qual, tem duas variedades principais. Instrutivo de um lado, é dizer, transmite a necessidade de uma ação particular, e factual do outro lado,

apresentando um fato específico. A informação instrutiva, explica Floridi (2010), tem como característica a transmissão de informação com significado. Na medida em que proporciona informações que orientam como levar a termo uma ação determinada. Por exemplo, quando se prepara uma receita de bolo de laranja, geralmente no anverso da embalagem é possível ler as instruções da preparação, primeiro se deve fazer X seguido de Y e assim por diante, até obter o resultado esperado de acordo com a receita. Apesar de ser conteúdo semântico, a informação instrutiva não é informação sobre um fato, nem descreve uma situação ou evento particular, voltando no exemplo da preparação da receita. É diferente uma descrição sobre a preparação feita: o bolo de laranja ficou sobre a mesa, do que a série de instruções seguidas que levaram obter o bolo de laranja. Outra das particularidades da informação instrutiva, é que essa não é susceptível de ser caracterizada como verdadeira ou falsa, já que, não faz sentido de acordo com Floridi (2010) perguntar se a série de instruções para preparar o bolo de laranja são verdadeiras ou falsas.

Assim, se tem que a informação instrutiva é informação transmitida em termos de instruções, indicações, de forma imperativa ou condicional, que não descreve ou modela uma situação particular e finalmente, que não pode ser classificada como verdadeira ou falsa. A outra forma de conteúdo semântico é a informação fatural, a qual segundo Floridi (2010) é a forma mais comum de compreender a informação e também uma das mais importantes. Isso, porque esse tipo de informação pode ser qualificado como verdadeira ou falsa, e por conseguinte envolve o conhecimento. Floridi (2010) aponta que, para que a informação classifique como informação semântica fatural, tem que cumprir com três características: estar constituída por dados bem formados, ser significativa e por último ser verídica. Floridi afirma:

De acordo com isso, a informação semântica factual é, estritamente falando, intrinsecamente constituída pela verdade e não apenas um portador de verdade contingente, exatamente como o conhecimento, mas diferente de proposições ou crenças, por exemplo, que são o que são independentemente de seus valores de verdade. (FLORIDI, 2010, p. 50) (tradução minha)

Dessa forma, a principal diferença entre a informação instrutiva e a informação fatural é que essa última precisa ser verdadeira, o qual faz que seja o tipo de informação que está diretamente relacionada com o conhecimento. De acordo com Floridi (2010) a informação

semântica fatual e o conhecimento são da mesma família conceitual. Tal definição da informação semântica oferece distintas vantagens, Floridi resgata três delas.

Em primeiro lugar, o fato de que a informação falsa não constitui um tipo autêntico de informação; a qual, segundo Floridi (2010), não deve ser equiparável ao caso de uma frase falsa, que é uma sentença que resulta ser falsa, senão que, da mesma que forma que se fala de um falso amigo, que não é um amigo. É dizer, se o conteúdo semântico é falso, não se fala informação falsa, senão de desinformação. Fenômeno que foi abordado no segundo capítulo⁴⁵ do presente texto, com o caso da proliferação de desinformação na plataforma X (Twitter), onde foi popularizada a crença do uso do remédio hidroxicloroquina para o tratamento da COVID-19. Nesse caso, é possível perceber que a informação compartilhada por centos de usuários de X está composta por dados bem formados e com significado, porém não é informação verdadeira, é dizer constitui um caso de desinformação ou *misinformation*.

Com respeito a desinformação, também aponta Floridi (2010), pode ser o caso que a fonte de informação de maneira intencional emite informações que não são verdadeiras com o objetivo que for, nesses casos é possível falar de *disinformation*⁴⁶. Mas, mesmo que que a desinformação nos dois sentidos mencionados seja eticamente reprovável, pode ter sucesso. Já que, como foi possível perceber no exemplo do uso do remédio para a COVID-19, um caso claro de desinformação, pode ter um grande sucesso nos indivíduos que a recebem e assumem como verdadeira.

A segunda vantagem que enuncia o autor (2010) da definição semântica fatual proposta, é a ligação direta que é possível estabelecer a partir dela entre informação e conhecimento. Na medida que as duas, tanto a informação quanto o conhecimento fazem parte da mesma família conceitual estão em uma relação de doble implicação. Já que o conhecimento contém verdade porque tem informação semântica, e a informa informação

⁴⁵ Conferir na página 47 do presente texto.

⁴⁶ São usados intencionalmente os termos no inglês propostos pelo autor devido à dificuldade para traduzir à língua portuguesa os dois sentidos expressados pelo autor. Já que é usado para ambos sentidos a palavra desinformação.

semântica contém verdade. Com a diferença que o conhecimento envolve adicionalmente uma rede de relações que fazem que informação faça sentido. Floridi afirma:

Construa ou reconstrua essa rede de relações e a informação começará a fornecer aquela visão global do mundo que associamos ao melhor dos nossos esforços epistêmicos. Assim, uma vez que alguma informação esteja disponível, o conhecimento pode ser construído em termos de explicações ou relatos que concedem sentido à informação semântica disponível. (FLORIDI, 2010, p. 51) (tradução minha)

Como consequência das duas características mencionadas, o fato de que a desinformação não constitui um tipo de informação e a ligação direta entre a informação e a verdade, surge a questão de como é possível determinar a quantidade de informação semântica de uma proposição. De acordo com Floridi (2010), ao adotar uma perspectiva forte da semântica da informação, isso é, a consideração de que a informação para ser tal tem que ser verdadeira, é possível indicar a quantidade de informação que tem uma proposição. É assim que, para Floridi (2010), a quantidade de informação em uma proposição pode ser calculada na medida em que uma sentença *X* se aproxime a uma situação objetiva *O*. Para compreender melhor essa ideia, vale a pena olhar um exemplo similar ao usado pelo autor. Comtemplemos a situação objetiva (*O*), Andrés tem quatro gatos na sua casa. Ante essa situação se apresentam as seguintes sentenças.

- A. Na casa de Andrés tem ou não tem gatos; ou
- B. Na casa de Andrés tem alguns gatos; ou
- C. Na casa de Andrés tem quatro gatos; ou
- D. Na casa de Andrés tem e não tem gatos.

Ao analisar as sentenças que descrevem a situação *O*, é possível dizer que o grau de informação oferecida por *A* é zero, já que ao ser uma tautologia pode ser verídica tanto no caso de *O* como na negação da mesma. No caso da sentença *B*, a quantidade de informação é mais alta, já que, mesmo que descreva que Andrés tem alguns gatos, ainda está distante de descrever completamente *O*, como é o caso de *C*. *A* qual tem o máximo grau de informação possível, posto que descreve à perfeição a situação objetiva *O*. Finalmente, está *D*, que é uma contradição, pelo que a distância respeito de *O* é a máxima possível, dado que é uma contradição é usualmente o mais afastado da realidade. Assim, *D* não constitui nenhum tipo de informação, pelo contrário representa desinformação respeito de *O*. Floridi afirma:

Geralmente, quanto mais distante a informação está do seu alvo, maior o número de situações a que se aplica e menor seu grau de informatividade. Uma tautologia é uma instância de informação verdadeira que está mais 'distante' do mundo. Uma contradição é uma instância de desinformação que está igualmente distante do mundo. (FLORIDI, 2010, p. 59) (tradução minha)

Retomando o que foi exposto, temos que as TICs ocasionaram cruciais transformações no mundo e na vida dos indivíduos que levaram a uma re-ontologização do mesmo, tais transformações deram lugar a sociedade da informação. Na qual os indivíduos não são entidades independentes, senão agentes informacionais que estão em constante interação com outros agentes humanos e não humanos. Nessa sociedade, a informação semântica fatural está integrada por dados bem formados, que têm significado e são verídicos, é dizer, que a informação para ser considerada como tal precisa de ser verdadeira. Também, que desinformação, *misinformation* e *disinformation*, não constituem um tipo genuíno de informação, mas sim um conceito relacionado com a informação. E, que a quantidade de informação em uma proposição pode ser calculada de acordo com a distância que existe entre a proposição e a situação objetiva que descreve. Da mesma forma, de acordo com Floridi (2010), a vida moral é um jogo intenso de informação, pelo que qualquer modificação da informação tem profundas implicações na compreensão dos indivíduos que participam do jogo moral. Em consonância com isso, nas seguintes páginas será feita uma revisão da proposta ética da informação de Floridi, com o qual ficaria formado o quadro que permitirá a análise da questão da liberdade de expressão e seu respectivo exercício no mundo on-line.

3.3 A Ética da informação

Conforme Floridi (2006), diversas áreas do saber envolvidas na era da informação, como a ética da computação, a ética médica, as ciências da computação e a epistemologia social, tentaram desenvolver uma ética da informação. Tal situação tem originado uma confusão respeito da natureza e o escopo da ética da informação, pelo que a proposta do autor é elaborar uma perspectiva unificada que possa dar conta de uma melhor maneira a natureza e dimensão da ética da informação.

As diferentes tentativas por estabelecer uma ética da informação tem deixado de lado uma compreensão global da mesma, para centrar seu objetivo no tratamento das questões morais levantadas pela compreensão da informação seja como *recurso*, como *produto* ou

como *alvo*. Assumindo assim que, as valorações e ações morais de um agente⁴⁷ A são executadas levando em conta só um dos sentidos da informação mencionados. Conforme isso, se as ações e valorações morais do agente A só levam em conta a informação como recurso, então A agirá de acordo com a melhor informação que possa atingir para ter a melhor conclusão de uma situação dada. Dessa forma, se interpreta que qualquer comportamento moralmente incorreto ou malvado do agente A, está diretamente relacionado com o grau de informação deficiente. Também, o grau de responsabilidade de A seria maior ou menor, de acordo com a informação disponibilizada. Assim, aponta Floridi (2006), o aparelho para pensar e agir moralmente precisa da máxima disponibilização de informação para funcionar adequadamente. No entanto, é importante ressaltar que o discurso ético não pode ser diminuído à menor ou maior quantidade de informação, assim como à qualidade dos recursos informacionais, na medida que mais é melhor não é uma regra válida em todos os casos. É assim que Floridi afirma:

Visto que a remoção (às vezes explícita e consciente) de informações frequentemente produz efeitos significativos. Pode ser que A precise estar sem (ou deliberadamente se abster de) certas informações para alcançar algum objetivo moralmente desejável, como a preservação do anonimato, a proteção de um tratamento justo ou a implementação de uma avaliação imparcial. (FLORIDI, 2006, p. 21) (tradução minha)

Produto da abordagem dos problemas morais, levando em conta a informação como recurso, está o exemplo da sobrecarga da informação, onde se estabelece uma relação entre a quantidade de informação disponibilizada e a qualidade da tomada de decisão. Assim, a qualidade da tomada de decisão só aumenta até certo ponto respeito da quantidade de informação, na medida que, uma vez a informação supera a capacidade de processamento de informação do agente, o mesmo se encontra diante de uma sobrecarga informacional. (MARQUES, 2016, p. 20)

De acordo com Floridi (2006), outro dos sentidos relacionado com a informação como recurso, é a compreensão da informação como produto. Na medida em que um agente A não só é consumidor de informações, senão também produtor de informação, o produto das ações e valorações de A desempenham um papel moral. Essa capacidade de produzir

⁴⁷ Daqui para frente será substituindo o uso do termo indivíduo pelo termo Agente, levando em conta a ideia de Floridi (2010) que na era da informação não existem indivíduos isolados que agem por si mesmos, senão agentes informacionais que estão em constante interação com outros agentes tanto humanos quanto artificiais.

informação, pode ter limitações assim como oportunidades que podem ser analisadas desde um ponto de vista ético. Floridi afirma:

Dessa forma, a EI entendida como Ética da Informação-como-produto lidaria com as questões morais que surgem em temas como, por exemplo, a imputabilidade (accountability), a responsabilidade (liability), a legislação relativa à difamação, testemunho, plágio, publicidade, propaganda, desinformação e, de forma geral, as regras pragmáticas da comunicação, conforme Grice. (FLORIDI, 2006, p. 22) (tradução minha)⁴⁸

Conforme o autor italiano (FLORIDI, 2006), um dos exemplos mais conhecidos sobre essa perspectiva da ética da informação é a análise sobre a imoralidade da mentira elaborado por Kant. Na postura desse, a moralidade está fundamenta na razão pratica, a qual desempenha um papel transcendental que determina a priori a moralidade. Isso, desencadeia duas características fundamentais, de um lado o fato de que a moralidade seja determinada a priori, faz que a moralidade se torne necessária. De outro lado, o fato que a razão seja uma faculdade de todos os agentes racionais, faz que a moralidade determinada pela razão pratica seja válida para todos os agentes racionais. Tais características, permitem à razão impor leis à vontade através de imperativos. Entre esses está o imperativo categórico, o qual cumpre o papel de determinar a moralidade de uma ação. Assim, se a mentira é submetida à prova do imperativo categórico, é dizer, elevar o ato de mentir em uma lei universal para todos os agentes racionais, desembocaria em uma contradição. Dessa forma, a mentira não pode constituir um ato moral, já que não aprova o teste do imperativo categórico, o que leva a concluir que toda mentira é imoral (GONZÁLEZ, 2010, p. 106).

Além das análises éticos da informação como recurso, *inputs*, e a informação como produto, *outputs*, existe outro sentido no que a informação é susceptível da análise ético, isso é, no sentido de *alvo* ou objetivo. Segundo Floridi (2006), esse sentido refere-se ao modo em que as ações e valorações de um agente A influem no entorno informacional ou na

⁴⁸ É valido ressaltar que as regras pragmáticas da comunicação de acordo com Grice, estão fundamentadas sobre o princípio cooperativo da comunicação, o qual assume que um ato comunicativo é bem sucedido quando os participantes atuam sobre uma base social colaborativa. Assim e de acordo com o princípio, sempre que seja necessário se deve contribuir em uma conversação no momento que ocorre e de acordo com o proposito e a orientação da interação na que se esteja imerso. Para o qual se devem levar em conta as máximas de quantidade, é dizer, atender estritamente o necessário de acordo com o propósito da conversação; qualidade, isso é, oferecer só informação veraz e evitar toda informação sobre a que não se tenha certeza; de relação, que a contribuição seja relativa ao tópico específico da conversação e modal, isso é, ser o mais claro possível e evitar as ambiguidades. (MIRANDA; GUZMAN, 2012, p. 231-234)

infosphere. Exemplo disso, pode ser o fenômeno do Hacking, compreendido como o acesso não autorizado em um sistema de informação informatizado. Isso constitui uma violação ao direito à privacidade, posto que, embora a informação roubada não seja usada para *x* ou *y* objetivo, o problemático desse fenômeno é o que significa para o entorno informacional o fato de que um agente *A* tenha acedido à informação sem autorização. Tal foi o caso que aconteceu na colômbia em setembro de 2023, onde os sítios web da rama judicial, o ministério de saúde e a superintendência de indústria e o comércio, sofreram um ataque que deixou como consequência a queda nos múltiplos serviços oferecidos online⁴⁹. Nesse caso, embora não tenham sido reportadas ameaças sobre o uso prejudicial da informação afetada, sim representa uma desestabilização no entorno informacional, é dizer, o funcionamento regular do governo foi afetado pelo ataque, mesmo que ainda a informação não tenha sido utilizada como recurso o produto. Floridi afirma:

Mesmo assim, se o compreendermos corretamente, o hacking ainda é uma forma de violação da privacidade. O que está em discussão não é o que *A* fará com as informações às quais ele teve acesso sem autorização, mas sim o que isso implica para o ambiente de informação o fato de *A* ter conseguido acessá-lo sem autorização. Portanto, a análise do hacking pertence à ética da informação como alvo. (FLORIDI, 2006, p. 23) (tradução minha)⁵⁰

Outro dos problemas que pode abordar a ética da informação como alvo ou objetivo, é a liberdade de expressão, posto que é possível problematizar o modo em que a expressão, especificamente a opinião para o presente caso, pode afetar o entorno informacional. Mas esse aspecto será considerado na parte final do presente capítulo. Por enquanto, é importante continuar com a exposição da ética da informação proposta por Floridi.

De acordo com Floridi (2006), qualquer tentativa de fundamentar uma ética em apenas um dos aspectos expostos, seja como recurso, como produto ou como alvo, será insuficiente. Posto que, um só problema pode ter a ver com diferentes aspectos da análise ético, pelo que é importante propor uma ética global que leve em conta os três aspectos, para ter uma análise mais completo dos diferentes problemas éticos. Assim, embora o modelo recurso-produto-alvo, ajude no entendimento sobre o impacto das TICs e as formas em que

⁴⁹ Consultado em: <https://elpais.com/america-colombia/2023-09-14/hackeo-masivo-en-colombia-la-informacion-de-millones-de-personas-esta-en-manos-de-delincuentes-en-este-momento.html> Data 20-09-2023

⁵⁰ *italico meu*

modificam a vida informativa dos agentes assim como implicações na vida moral dos agentes, esse não é adequado principalmente por duas características.

Por um lado, a análise de algumas questões éticas pode ser reduzida exclusivamente a uma das dimensões do estudo informacional, é dizer, uma exploração microética dos problemas morais. Isso é, ao considerar só uma das dimensões informacionais, seja como recurso, produto ou alvo, na análise dos problemas éticos, esses não atingem a perspectiva mais abrangente que poderiam ter sob uma abordagem mais geral. Exemplo disso é o problema da censura, de acordo com Floridi (2006), a censura é um problema comumente associado ao estudo da ética da informação como alvo. No entanto, esse também afeta os agentes no consumo de informação (recurso), quanto na produção de informação. Já que, um agente A poder ver comprometida sua ação e valoração de uma situação determinada por não ter os recursos informacionais a disposição, ou comprometida sua opinião respeito de uma situação, produto da censura. Floridi afirma:

A desinformação (ou seja, a produção deliberada e distribuição de conteúdo falso e enganador) é um problema ético que diz respeito a todas as três dimensões informacionais; a liberdade de expressão também afeta a disponibilidade de conteúdo ofensivo (por exemplo, pornografia infantil, conteúdo violento e declarações socialmente, politicamente ou religiosamente desrespeitosas) que podem ser moralmente questionáveis e não devem circular. (FLORIDI, 2006, p. 24) (tradução minha)

De outro lado, o modelo de análise dos problemas éticos recurso-produto-alvo, não resulta o suficientemente inclusivo. Na medida em que existem diferentes susceptíveis de uma análise ético que não encaixam facilmente em alguma do esquema descrito, posto que, são produto da interação entre as três dimensões da informacionais. Exemplo disso, é segundo Floridi (2006) o problema de monitorização e controle da informação, ou o problema da propriedade da informação, os quais afetam os agentes tanto no consumo, quanto na produção de informações na configuração do entorno informacional.

Portanto, qualquer tentativa da análise dos problemas éticos desde uma perspectiva microética, é dizer, desde só um dos sentidos informacionais, deveria ser abandonada, posto que, isso levaria a um estudo reduutivo dos problemas éticos. Isso é, a análise desse tipo enfrenta o problema da incapacidade de abranger a grande variedade de problemas relevantes à ética que permanecerão ocultas e incompreensíveis. No entanto, mesmo que o

modelo não seja adequado para o aprofundamento dos problemas éticos, oferece certa utilidade na medida em que a partir dele é possível estabelecer uma perspectiva mais ampla, é dizer, uma macroética.

Conforme o destacado por Floridi (2006), na perspectiva de uma macroética da informação que busque atingir uma análise mais global dos problemas éticos, é necessário incorporar as seguintes características. primeiramente, levar a termo uma unificação das três dimensões da informação, em segundo lugar, contemplar o ciclo completo da informação que considera a criação, distribuição, armazenamento, proteção, utilização e destruição da informação. Por fim, é crucial analisar desde o ponto de vista informacional todas as entidades envolvidas, assim como as possíveis interações das mesmas no entorno informacional ou *infosphere* à que pertencem. A execução desse último passo, envolve o abandono do conceito de informação meramente como conteúdo semântico ou verídico para adotar a informação desde um ponto de vista objetal, isso é, como uma entidade.

Desde esse ponto de vista, toda entidade deve ser considerada como uma entidade informacional, a qual está composta de um lado por uma estrutura de dados que constitui a natureza da entidade mesma, isso é, sua identidade e atributos. E por outro lado, pelo conjunto de operações, procedimentos e funções que definem o modo em que a entidade informacional reage aos estímulos ou interações com outros objetos informacionais. Floridi afirma:

Serão os sistemas de informação como tais, mais do que simplesmente os sistemas vivos em geral, que desempenharão o papel de agentes e pacientes em qualquer ação, ao mesmo tempo em que os processos ambientais, mudanças e interações que os envolvem também receberão uma descrição informacional. (FLORIDI, 2006, p. 26) (tradução minha)

Logo dessas esclarecimentos, Floridi (2006, p. 26) oferece uma definição da Ética da informação, entendida como uma macroética ecológica, orientada ao sujeito paciente e ontocêntrica. Para entender melhor essa definição, o autor compara sua posição com outras perspectivas éticas. No caso da bioética por exemplo, o status moral das entidades e ecossistemas está baseado no valor intrínseco da vida e seu contrário o sofrimento. Assim, desde a bioética toda preocupação moral está orientada à conservação e preservação das condições para a vida e supressão do sofrimento o qual é considerado como detrimento da

vida. No entanto, de acordo com Floridi (2006), é possível considerar uma instancia ainda mais fundamental que a vida na que pode ser reconhecido o status moral, isso é, a existência. Dessa forma, se é substituído o conceito de vida pelo de existência se obtém o sujeito da ética da informação, EI. Floridi afirma:

A Ética da Informação é uma ética ecológica que substitui o biocentrismo pelo ontocentrismo. A Ética da Informação sustenta que existe algo mais fundamental do que a vida, que é o ser - isto é, a existência e a prosperidade de qualquer entidade em seu ambiente global - e também que existe algo mais básico do que o sofrimento, que é a entropia. (FLORIDI, 2006, p. 27) (tradução minha)

Nesse sentido, temos que contrário à ética biocêntrica, onde os conceitos de vida e sofrimento estão no centro, a ética da informação localiza no centro das valorações morais, a existência e a entropia. Entendida de um lado a existência como o *ser/informação*, o qual possui um valor intrínseco, isso é, a entidade informacional não é considerada em quanto seu caráter biológico, senão no seu valor informacional. Pelo que toda entidade informacional tem o direito de conservar seu próprio status de informação, é dizer, sua identidade composta pela estrutura de dados que a conforma, assim como o direito ao melhoramento e enriquecimento da sua existência. De outro lado, está a entropia, a qual, de acordo com Floridi (2006) não faz referência ao conceito utilizado pela física, senão a qualquer tipo de corrupção ou destruição da estrutura de dados própria de uma entidade informacional, ou em outras palavras, o empobrecimento do *ser/informação*. Dessa forma, a valorização do dever de todo agente moral deve ser realizada levando em conta sua contribuição ao crescimento do entorno informacional ou *infosphere*, assim como a classificação de todo o que afete o crescimento da *infosphere*, terá que ser avaliada em termos do nível de entropia atingido pela ação ou valoração do agente moral. O autor afirma:

O discurso ético da EI envolve todas as entidades, entendidas do ponto de vista da informação, ou seja, não apenas as pessoas, seu desenvolvimento, seu bem-estar e suas interações sociais, não apenas os animais, plantas e sua vida natural adequada, mas tudo o que existe, desde quadros ou livros, estrelas ou pedras; tudo o que pode existir ou deva existir, como as gerações futuras; e tudo o que já foi e não existe mais, como nossos ancestrais e as antigas civilizações. (FLORIDI, 2006, p. 28) (tradução minha)

A proposta de uma ética da informação, EI, muda do centro a consideração do objeto moral unicamente aos seres vivos para concentrar-se na existência das entidades enquanto *ser/informação*, também, aponta Floridi (2006) deve estar orientada ao sujeito paciente. Tal

como foi descrito, a ética da informação interpreta todo quanto existe em termos informacionais, nesse contexto, caracteriza como paciente um moral todo objeto informacional que consiga reclamar algum grau de respeito, indo além de qualquer caracterização biológica que classifica as entidades como biológicas ou vivas. Assim, é possível afirmar que qualquer entidade entanto que objeto informacional, pode ser paciente de uma ação moral, pelo que, toda ação ou valoração de um agente moral deverá levar em conta o respeito pela conservação da identidade do objeto informacional, procurar seu enriquecimento e evitar a entropia.

Essa distinção, permite observar que na ética da informação proposta o paciente moral ocupa o centro da preocupação moral. É assim que Floridi afirma:

O "receptor" da ação, o paciente, é colocado no centro do discurso ético, como um centro de preocupação moral, enquanto o "remetente" de qualquer ação moral, o agente, é movido para sua periferia. Substitua agora "vida" por "existência" e deve ficar claro o que significa a ética da informação. É uma ética ecológica que ainda é orientada para o paciente, mas substitui o biocentrismo pelo ontocêntrismo. (FLORIDI, 2006, p. 27)

Tal mudança no enfoque do objeto da ética, a qual substitui o biocentrismo pelo ontocêntrismo, concentrando-se no *ser/informação* em vez de apenas nos seres vivos ou humanos, desloca o enfoque antropocêntrico das abordagens éticas clássicas. No entanto, essa mudança na perspectiva ética, traz consigo outras transformações, como por exemplo a compreensão do agente ético. De acordo com Floridi (2006), o agente moral é um sistema em transição, interativo, autônomo e adaptativos que realiza ações susceptíveis de avaliação moral. Está em constante transição na medida que alguma das suas propriedades podem modificar seu valor, isso é, o agente moral pode representar diferentes estados de acordo com a modificação realizada em algum dos seus atributos. Assim, Floridi (2006, p. 32) afirma, que é possível considerar que uma entidade apresenta estados determinados pelo valor que adquirem suas propriedades em um determinado instante da sua evolução. Tais transições no estado do agente moral, não são necessariamente deterministas, já que um agente A pode opinar X em um estado determinado e logo opinar Y em um estado subsequente sem alterar sua identidade como ser informacional. Como exemplo disso, é possível considerar o chat GPT, o qual é um modelo de linguagem desenhado para processar e gerar texto em linguagem natural com o objetivo de responder perguntas, proporcionar

informação e oferecer assistência em uma variedade de tópicos assim como realizar tarefas relacionadas com o processamento de linguagem natural⁵¹.

Conforme com a própria definição do *chatbot* sobre si mesmo, é possível realizar uma associação com a definição de agente moral proposta por Floridi. Posto que, o *chatbot* é uma entidade em *transição* que consegue mudar apresentar diferentes estados de acordo com o valor que adquirem suas propriedades. Assim se o *input* pro chat é a consulta sobre o clima, esse apresentará um output ou estado determinado, mas se o *input* é a pergunta pelo presidente do Brasil, seu output ou estado será completamente diferente. Isso sem alterar a identidade do *ser*/informação, é dizer chat GPT. Da mesma forma, esse é *interativo*, na medida em que o agente e seu entorno agem reciprocamente, atuando o um sobre o outro.

Voltando no exemplo do chat GPT, esse pode interagir com o agente humano e o agente humano pode interagir com ele, em uma troca bilateral de informações através de *inputs* e *outputs* que envolvem as duas partes. Esse, também é um agente *autônomo* na medida em que consegue cambiar de estado na ausência de interação, isso é, pode efetuar transições internas para mudar seu estado. O *chatbot* consegue filtrar suas consultas para identificar se o *input* dado obedece a algum tipo de conteúdo inadequado potencialmente racista ou sexista, ou desinformativo agindo assim independentemente o *input* dado. Finalmente, também é *adaptativo*, na medida em que é uma entidade que apreende seu próprio modo de funcionamento, de uma forma que depende da sua própria experiência. Assim lembrando a definição do GPT, esse obedece a um modelo de aprendizagem profundo que utiliza grandes quantidades de dados para compreender e gerar texto em linguagem natural e em diferentes idiomas.

Por conseguinte, temos que tanto o agente e o paciente moral da ética da informação estão longe de ser categorias meramente biológicas, ou antropocêntricas, já que como Floridi afirma:

Uma vez desenvolvidas todas essas definições, podemos compreender por que, de acordo com a Ética da Informação, os agentes artificiais (e não apenas nos referimos a agentes digitais, mas também a agentes sociais como sociedades, partidos ou sistemas híbridos formados por máquinas e humanos ou seres

⁵¹ Definição consultada em: <https://chat.openai.com/c/a39a8b02-5f06-420d-9723-fad163438ded> em 31-10-2023.

humanos com suas capacidades aprimoradas pela tecnologia) podem ser considerados agentes morais aos quais é moralmente possível imputar (eles são responsáveis por) suas ações. (FLORIDI, 2006, p. 33)

Nesse sentido, Floridi (2006) considera que os agentes artificiais também podem ser considerados agentes morais, que assumem responsabilidade pelas ações que realizam. De acordo com isso, agentes artificiais, digitais, sociais, os híbridos formados por máquina e humano, até os humanos com capacidades incrementadas por meio da tecnologia podem ser agentes que podem assumir responsabilidade. Com a ampliação do escopo da ética da informação são ganhas algumas vantagens em comparação com os modelos tradicionais que só consideram uma entidade moral que cumpre com duas características, quando é um agente individual e quando esse agente individual tem natureza humana.

De acordo com Floridi (2006), a consideração do agente moral como apenas agente individual, impede o estudo da moral distribuída, a qual está relacionada com as ações morais globais e as responsabilidades coletivas. Também, no caso de considerar unicamente agentes com natureza humana, é negada a possibilidade de compreender as transformações no campo da ética, tais como o surgimento de agentes artificiais informados, autônomos e capazes de executar ações morais independente dos seus criadores, tal como foi descrito no caso de chat GPT. No entanto, tal abordagem pode resultar problemático frente ao conceito de responsabilidade, já que, no discurso da ética clássica essa só pode ser atribuível aos agentes humanos, é dizer, os agentes artificiais não podem ser considerados agentes morais na medida em que não são responsáveis pelas suas ações. Isso é, um agente só pode ser considerado responsável se é normativamente avaliável ou em outras palavras, se pode ser julgado.

Porém, Floridi (2006) propõe um argumento oposto a esse, e aponta que de um lado é possível estabelecer uma diferença entre assinalar quem ou que é a fonte da ação moral e como consequência a quem é imputada a ação moral. E de outro lado, ser capaz de avaliar de forma normativa até que ponto a fonte moral identificada é responsável pela ação e por conseguinte, merecedora do prêmio ou castigo. Se é considerado novamente o exemplo do chat GPT, no contexto do apontado por Floridi (2006), em uma possível ação moral do

agente artificial, seria viável identificá-lo como a fonte da ação moral, mas talvez não identificá-lo como moralmente responsável pela ação. Floridi afirma:

No entanto, a avaliação moral é um conceito mais amplo do que o de responsabilidade, porque x é capaz de uma ação moral mesmo quando x não pode ser (ou ainda não é) um agente moralmente responsável. Ao distinguir entre responsabilidade moral, que requer intencionalidade, consciência e outras atitudes mentais, e imputabilidade moral, podemos evitar concepções antropocêntricas e antropomórficas do conceito de agência. Em vez disso, podemos basear nossa perspectiva ética não tanto em punição e recompensa (ética orientada para a responsabilidade), mas na agência moral, na imputabilidade e na censura. (FLORIDI, 2006, p. 35)

Finalmente, na exposição da proposta da ética da informação de Floridi exposta neste capítulo, vale a pena assinalar de acordo com a EI pode ser determinado o que é moralmente bom ou prejudicial, o que é bom fazer e o que não deveria ser feito. Para isso Floridi (2006) propõe quatro leis morais básicas:

0. Não deve causar-se entropia na infosphere;
1. Deve evitar-se a entropia na infosphere;
2. Deve eliminar-se a entropia da infosphere;
3. Deve promover-se a prosperidade das entidades informacionais e de toda a infosphere conservando, cultivando e enriquecendo suas propriedades.

Se é considerado o caso da desinformação levando em conta as quatro leis, é possível perceber que quando um agente moral, humano ou artificial, produz ou reproduz desinformação está manipulando a informação seja qual for o objetivo causando entropia na infosphere, o que logra o empobrecimento do entorno informacional. Assim, com o seguimento dessas quatro leis, é possível contribuir as reivindicações básicas que merece toda entidade informacional, segurando a conservação e enriquecimento das entidades informacionais, assim como evitando o empobrecimento das mesmas. Floridi afirma:

As quatro leis, de maneira geral, esclarecem o que significa viver como um agente responsável e cuidadoso na infosfera. Por um lado, um processo será tanto mais desafortunado e seu agente-fonte será tanto mais reprovável quanto menor for o número da lei que ele especificamente tenha violado. Quando alguém, confrontado com projetos em conflito ou competição, avalia incorretamente o impacto de suas ações, isso resulta em erros morais e em um aumento da entropia, mesmo no caso de cada um desses projetos buscar satisfazer as leis morais da Ética da Informação. (FLORIDI, 2006, p. 40)

Com a análise feita até aqui, da proposta da ética da informação de Floridi, foram atingidas as ferramentas para conseguir levar a termo uma análise do exercício da liberdade expressão no marco da filosofia e a ética da informação. O qual, será o objetivo da última parte do presente capítulo.

3.4 A Liberdade de expressão no marco da Filosofia e a Ética de informação

Voltando no tema principal deste trabalho, a liberdade de expressão, e levando em conta os principais aspectos da proposta de Floridi expostos no presente capítulo, é possível destacar alguns aspectos sobre a livre expressão. Lembrando que a intenção aqui não é oferecer uma definição fixa sobre o que é a liberdade de expressão; pelo contrário, o propósito é apresentar alguns aspectos a serem considerados no exercício da liberdade de expressão no âmbito das TICs. Visto que, a liberdade de expressão é um fenômeno que tem lugar na *infosphere*, e esse assim como ela, está em uma constante evolução e transição sujeita as dinâmicas da existência e a entropia próprias da *infosphere*. Portanto, as conclusões atingidas aqui servem apenas como ponto de partida para futuras análises do fenômeno da livre expressão, de acordo com as mudanças e movimentos da *infosphere*.

Dito isso, o primeiro que é possível ressaltar é o fato de que o exercício da liberdade de expressão, especificamente nas redes sociais, é um fenômeno claramente informacional. Na medida em que esse tem desenvolvimento ao interior das TICs, adquire uma nova dimensão respeito da análise realizada na era da imprensa, pelo que a reflexão sobre a livre expressão nas redes sociais deve seguir o fio condutor de um estudo que contemple as TICs, assim como as transformações adiantas pelas mesmas. Para o caso será contemplada a abordagem do italiano Luciano Floridi e sua análise da denominada quarta revolução. Sendo a liberdade de expressão um fenômeno informacional, é importante esclarecer que é informacional no sentido mencionado anteriormente, ou seja, considerando a informação como dados bem formados que possuem significado. Os quais, envolvem descrições de situações reais ou factuais e, tem também um compromisso com a verdade, ou seja, é passível de verificação.

De outro lado, a liberdade de expressão como fenômeno da *infosphere* também tem a possibilidade de mexer com a prosperidade ou a entropia da mesma, isso, porque a livre expressão envolve a informação nos três sentidos contemplados na proposta ética de Floridi.

É dizer com a informação como recurso-produto-alvo. Com a informação como recurso porque quanto para opinar, como para qualquer outro tipo de expressão, é importante contar com recursos informacionais a disposição os quais servem como fonte, argumento ou evidencia da expressão de um agente particular. É assim que a UNESCO no texto Liberdade de Expressão e Internet afirma:

O direito à liberdade de expressão deve ser pensado como um direito que possui requisitos tanto negativos quanto positivos. As pessoas não apenas têm o direito a receber informações e ideias, mas também o direito a estar em condições de buscá-las e compartilhá-las. Para realizar por inteiro o direito à livre expressão, o intercâmbio de opiniões, ideias e informações deve, portanto, ser um ato público, e não algo confinado às conversas particulares. (UNESCO, 2016, p. 19)

As TICs, não só transformaram a possibilidade de consultar informações na internet, abrindo a oportunidade de os agentes terem acesso a grandes fluxos de informação de diversas fontes. Senão que, também popularizaram a capacidade de criação, colaboração e intercâmbio de conteúdos entre os diferentes agentes, é dizer a produção de informações. Esse aspecto é visível no fenômeno de redes sociais, já que, como foi possível apreciar no segundo capítulo do presente texto, a plataforma X (Twitter) brinda a possibilidade para os usuários, não só de consultar diversas informações, mas também de produzi-las. É assim, que nesse contexto a opinião ou expressão de um agente particular pode constituir o testemunho de outro. Com respeito a esse ponto o informe da UNESCO declara:

É provável que o fator individual mais importante para a compreensão do impacto da internet sobre a liberdade de expressão seja o modo como ela aumenta a nossa capacidade de receber, buscar e compartilhar informações. Ela permite a criação e o compartilhamento colaborativos de conteúdos – é um mundo onde qualquer pessoa pode ser autora e pode publicar. A internet está auxiliando a desenvolver espaços que podem empoderar as pessoas, permitindo que elas se comuniquem, colaborem e intercambiem visões e informações. (UNESCO, 2016, p.20)

No entanto, como foi percebido na análise do caso X (Twitter), o exercício da opinião não contribui só a uma melhor comunicação, colaboração e intercâmbio de informações ente os agentes, é dizer no enriquecimento da *infosphere*. Também faz parte do fenômeno da opinião no âmbito das redes sociais a produção de desinformação, discursos de ódio e câmara de eco, os quais causam entropia na *infosphere*.

Finalmente, a liberdade de expressão também tem a ver com compreensão da informação como alvo, isso porque como resultado da consulta dos recursos informacionais, assim como da produção da opinião, é possível analisar o impacto que tem a opinião no

entorno informacional. Problemas como a censura e a desinformação são exemplos de como a livre expressão pode afetar ou enriquecer o entorno informacional. Como exemplo disso, vale a pena olhar o caso de Telegram, um aplicativo de serviço de troca de mensageria disponível para telefones celulares, o qual sofreu uma suspensão dos serviços no Brasil, logo de que o serviço de mensageria se recusou a fazer entregue dos dados dos administradores e membros de grupos criados no aplicativo com o objetivo de incitar ao ódio contra grupos raciais⁵². Embora que o serviço foi restabelecido dias depois, o caso é interessante em dois aspectos, de um lado tanto os usuários quanto o aplicativo fazem apelo ao direito da livre expressão que tem os usuários do aplicativo, e de outro lado também é importante levar em conta o dano à *infosphere* que realizam esses grupos de difusão de ódio.

Se bem a liberdade de expressão é um direito que todos os agentes devem desfrutar, esse não deveria entrar em conflito com o bem-estar da *infosphere*. Assim e na linha de pensamento de Floridi (2006), o exercício da livre expressão deveria ser louvado e respeitado toda vez que contribua com o florescimento do entorno informacional e todas as entidades informacionais que habitam ele. Mas também deveria ser questionado e punido toda vez que participe do empobrecimento ou a entropia da *infosphere*. Sob essa perspectiva, é possível ressaltar que, no caso da censura, por exemplo, todas elas não constitui uma violação ou uma afronta contra a liberdade de expressão, posto que existem casos em que a censura pode ser uma ferramenta para o bem-estar do entorno informacional.

Mesma situação que acontece com a desinformação, a qual, como foi descrito não constitui um tipo de informação, mas é um conceito relacionado com a informação. A permissão da livre circulação dela, sob defesa de que faz parte da livre expressão, representa um empobrecimento do entorno informacional onde tem lugar, já que, pode afetar negativamente o status de múltiplas entidades informacionais, isso é, causa entropia.

Por outra parte, em uma análise da liberdade de expressão no âmbito das TICs, ou especificamente as redes sociais, é importante considerar que os agentes que participam dela

⁵² Consultado em <https://www.dw.com/es/tribunal-anula-suspensi%C3%B3n-de-telegram-en-brasil/a-65473532> em 04-11-2023

não estão compostos unicamente por agentes humanos. Como foi percebido, na proposta de Floridi (2006), na infosphere também participam agentes artificiais, híbridos, entre outros.

Dessa forma podemos concluir que, no âmbito das TICs e as redes sociais, a liberdade de expressão não pode ser compreendida uma abstração vazia onde tem lugar todo tipo de opiniões e expressões sem importar o conteúdo, como se fosse um espaço livre de qualquer restrição. Lembrando de alguma forma as ideias sobre a livre expressão expostas por Milton e Mill no primeiro capítulo. Pelo contrário, e em concordância com as ideias expostas por Floridi, a interpretação da livre expressão deveria sempre estar determinada pelo entorno informacional ou infosphere, isso é, levando em conta aquilo que contribui ao florescimento das entidades que habitam o entorno informacional, e assinalando, questionando e imputando tudo o que cause ou represente entropia para a *infosphere*.

4. CONCLUSÕES

Esta pesquisa partiu da ideia de identificar como pode ser compreendido o exercício da liberdade de expressão no âmbito das TICs, especificamente nas redes sociais. Com esse objetivo, estudar as características do exercício da livre expressão no entorno digital, assim como o fenômeno derivado do mesmo, a instrumentalização do discurso que tem lugar no meio digital. Isso levando em conta as diferenças do exercício da livre expressão tanto na imprensa, quanto no entorno informacional.

De cara à dificuldade de uma concepção universalmente aceita do conceito de liberdade de expressão, foram analisadas de um lado as abordagens de Milton (2000) e Mill (2011), os quais, apesar de ter vivenciado momentos históricos diferentes convergem no que foi denominado dimensão negativa da liberdade de expressão. Abordagem que consiste na defesa do livre trânsito das ideias e opiniões, na medida em que o livre fluxo das ideias, desempenha um papel importante no caminho à verdade. Isso, porque a liberdade de expressão, de acordo com a dimensão negativa da mesma, tem um caráter epistêmico, é dizer, tem uma ligação direta com o que pode ser estabelecido como verdadeiro, já que, aquilo que pode ser considerado como verdadeiro só pode surgir na contraposição de ideias diferentes entre si.

Essa defesa do livre fluxo de ideias e a contraposição de ideias diversas, desembocou no que foi denominado o mercado das ideias, o qual, defende a concepção de um clima autorregulatório das opiniões, onde acabaria prevalecendo a verdade. Isso é, ante a maior disponibilidade de recursos informacionais, ideias ou opiniões, os indivíduos podem obter um melhor horizonte de compreensão e assim acolher como verdadeira a melhor das ideias ou opiniões. O que quer dizer que, as opiniões atingem o perduram aprovação na medida que competem entre si mesmos e ao final, umas corrigem as outras e é alcançado aquilo que pode ser considerado verdadeiro. Já que, de acordo com essa visão, a censura ou o apagamento de qualquer opinião, mesmo que seja considerada errônea, acabaria por privar os indivíduos da oportunidade de conferir suas certezas, ou de mudar uma opinião errada no caso contrário.

De outro lado, também se analisou o que foi denominado como dimensão positiva da liberdade de expressão, a qual constitui uma resposta ou crítica à abordagem negativa da

livre expressão. Nessa crítica, foi possível evidenciar que a aceitação da livre exposição das ideias e as opiniões pode resultar problemática, já que, pode desembocar na tolerância de opiniões e discursos que resultam nocivos para os indivíduos.

Em seguida, foi o tema das redes sociais, que, desde o surgimento da internet, desempenham um papel significativo na vida cotidiana das pessoas. Elas têm influenciado não apenas as atividades diárias, mas também a forma como as pessoas interagem umas com as outras, com o mundo ao seu redor e consigo mesmas. Nesse contexto, a liberdade de expressão se tornou um fenômeno no ambiente digital e, portanto, das redes sociais. É fundamental compreender como esse conceito é percebido nesse entorno. Assim, foi analisado o caso da rede social Twitter (X), com o objetivo de entender o desenvolvimento da livre expressão nele, e se era possível ajustar o que acontece ali a alguma das duas dimensões do fenômeno que foram exploradas no primeiro capítulo.

Essa análise mostrou que, mesmo que a rede social defenda uma dimensão negativa da liberdade de expressão, é dizer, promova um exercício da expressão livre de censura, o qual permite a expressão de todo tipo de discursos e opiniões independente de seu conteúdo. Na verdade, apresenta uma série restrições e regulamentações que, antes que promover a livre exposição das ideias em prol de ajudar ao estabelecimento de um diálogo global entre os usuários, acaba dando lugar a uma série de fenômenos negativos para os indivíduos. Tais como a homofilia e as câmaras de eco, as quais, desembocam na proliferação de discursos de ódio e atitudes reativas frente às opiniões diversas. Isso porque, na base do funcionamento da plataforma está o favorecimento das dinâmicas do capitalismo de vigilância.

Também, foi levado em conta o fenômeno do *Self quantificado*, o qual revelou que as técnicas do *selftracking*, junto com os dispositivos usados para isso que são usados no acesso às redes sociais, exercem um papel importante na compreensão da liberdade de expressão. Isso, porque o grau de acoplamento ou integração que os indivíduos estabelecem com eles determinam o fato de que as redes sociais virem um fenômeno intrínseco do entorno informacional. De outro lado, também é perceptível o papel que efetua a quantificação nas dinâmicas das redes sociais, uma vez que as plataformas como Twitter (X) armazenam, exploram e expõem todas as ideias e opiniões dos usuários dos indivíduos. O que abre o

espaço para a construção de narrativas sobre os indivíduos se distanciam das descrições de fenômenos reais.

De acordo com isso, evidenciou-se que a dinâmica da livre expressão própria do entorno digital não encaixa por completo em nenhuma das dimensões exploradas no primeiro capítulo, pelo que foi necessário procurar outra via de acesso que ofereça melhores ferramentas conceituais para a análise do fenômeno, razão pela qual foi analisada a proposta de Floridi.

Finalmente, foi examinada a proposta de Floridi, onde a liberdade de expressão é compreendida como um fenômeno informacional, o qual experimenta transformações com o advento da denominada quarta revolução ou revolução da informação. Nessa revolução ocorre o que Floridi denominou uma reontologização do mundo, mudando a compreensão dos indivíduos sobre si mesmos, o entorno e os outros agentes. Produto dessa transformação surge a compreensão da informação semântica como conjuntos de dados bem formados com significado e passíveis de ser verificados. É dizer a informação tem um compromisso com a verdade. Portanto, a desinformação, *misinformation* e *disinformation*, ao se afastar da verdade, ou seja, ao não ser possível sua verificação, não pode ser considerada como um tipo de informação, mas é, de fato, um conceito relacionado à informação.

Da mesma forma, entre as transformações da quarta revolução, encontra-se também o jogo moral, o qual, é fenômeno intenso de informação, o qual sofre grandes implicações na compreensão dos agentes que participam em ele ante qualquer modificação na informação. Assim, na proposta de Floridi, evidenciou-se que para atingir uma melhor compreensão dos fenômenos éticos, é preciso o estabelecimento de uma macroética que leve a termo a unificação dos três sentidos da informação, recurso-produto-alvo, que contemple o ciclo completo da informação e finalmente que analise desde o ponto de vista informacional todas as entidades informacionais, assim como as possíveis interações das mesmas no entorno informacional. Entendendo as entidades informacionais não desde um ponto de vista biocêntrico, senão desde o *Ser/informação*.

Essa ética que abandona o enfoque biocêntrico, deve ter em conta como participantes de jogo moral a totalidade dos agentes informacionais que habitam o entorno informacional e estabelecer o foco sobre o paciente da ação moral. Procurando que toda ação de um agente

particular procure o enriquecimento e florescimento das entidades informacionais às que dirige a ação e evitando a entropia ou empobrecimento das mesmas.

Assim, e de acordo com a proposta de Floridi, foi possível estabelecer as seguintes características da liberdade de expressão no marco da filosofia e a ética da informação:

- a. Dada a natureza dinâmica da *infosfera*, que está em constante evolução, transformação e entropia do ambiente, não seria prudente tentar estabelecer uma definição fixa da liberdade de expressão. Isso se deve ao fato de que, ao se desenvolver no ambiente informacional, a liberdade de expressão está sujeita às mesmas dinâmicas de evolução e entropia;
- b. Qualquer tentativa de análise do fenômeno da liberdade de expressão, deveria assumir como fio condutor as transformações levadas a termo pela revolução da informação e as TICs;
- c. A liberdade de expressão como fenômeno que tem lugar na *infosphere* tem a possibilidade de alterar o entorno informacional causando entropia, assim como de contribuir ao florescimento da *infosphere*;
- d. A livre expressão não é um fenômeno que envolve unicamente agentes humanos, senão que pode também implicar agentes artificiais, híbridos e outros tipos de agentes que habitam no entorno informacional.
- e. Embora a liberdade de expressão constitui um direito que todos os agentes devem desfrutar, é necessária a criação de políticas que permitam delinear o exercício da livre expressão, garantindo o respeito da expressão toda vez que essa contribua ao florescimento da *infosphere*, e questione e assinale a expressão cada vez essa cause entropia ou empobrecimento do entorno informacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. **Entre el pasado y el futuro: Ocho ejercicios sobre la reflexión política**. Ciudad de México, Partido de la revolución democrática. 2018.

ARIAS, Manuel. La digitalización de la conversación pública: redes sociales, afectividad política y democracia. **Revista de Estudios Políticos**, v.173, p.27-54, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.18042/cepc/rep.173.01>.

BOGEN, David S. "The Free Speech Metamorphosis of Mr. Justice Holmes," **Hofstra Law Review**: Vol. 11: Iss. 1, Article 3. 1982. Disponível em: <https://scholarlycommons.law.hofstra.edu/hlr/vol11/iss1/3>

CASTELLS, Manuel. **Galaxia Internet**. Barcelona, Areté, 2001.

CASTILLO de Mesa, Et al. Homofilia, polarización afectiva y desinformación em Twitter. Caso de estudio sobre la crisis migratoria #Openarms. **Revista hispana para el análisis de redes sociales**, Vol.32, #2, 2021, 153-172

CHARNEY, J. El mercado de las ideas: un breve recorrido de su historia conceptual. **Derecho y Crítica Social**, 5(1-2), 122–131. 2019.

Clark, Andy; Chalmers, David. The Extended Mind. **Analysis**, Vol. 58, No. 1, pp. 7-19, 1998. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3328150>

DA SILVA, Peterson R. O conceito de "Liberdade de Expressão". **Em Tese**. V. 15, n. 2 p. 01, julho, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1806-5023.2018v15n2p275>

FISH, Stanley. **There's no such thing as free speech, and it's a good thing, too**. New York, Oxford University Press, 1994.

FLORIDI, Luciano. Ética de la información: su naturaleza y alcance. **Isegoría** N°34 (pp.19-46), 2006.

FLORIDI, Luciano. **Information: A very short Introduction**. New York, Oxford University Press, 2010.

FLORIDI, Luciano. **Hiperhistoria, el surgimiento de los sistemas multiagente (SMA) y el diseño de una infraética**, Em: Infosfera. México, Instituto politécnico Nacional, 2015.

GILLANI, Nabeel, Et al. Me, my echo chamber, and I: Introspection on social media polarization. **International World Wide Web Conferences Steering Committee**, 2018, pp. 823-831. <https://doi.org/10.1145/3178876.3186130>

GONZÁLEZ, José. Mentira. **saga - revista de estudiantes de filosofía**. número 22, pp.103-110 Bogotá, Colombia, 2010.

- HAN, Byung-Chul. **Infocracia: digitalização e a crise da democracia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.
- HARVEY, David. **Breve historia del Neoliberalismo**. Madrid: Akal, 2007.
- LÉVY, Perry. **As Tecnologias da Inteligência**. São Paulo, 2010.
- LUPTON, Deborah. **The Quantified Self: A Sociology of Self-Tracking**. Cambridge, UK, Polity. 2016.
- MARCUSE, Herbert. **La Tolerancia Represiva y otros Ensayos**. Madrid, Catarata, 2010
- MARQUES, Rui P. Sobrecarga informacional e infopoluição: visões individuais e organizacionais. **ESEIG-IPP**, pp.19-28, Chapter: 2, 2016.
- MCLUHAN, Marshall. **A galáxia Gutenberg: A formação do homem tipográfico**. São Paulo, Editora Nacional, Editora da USP, 1972.
- MILTON, John. **Areopagítica**. Mexico. Fondo de Cultura Económica, 2000.
- MILL, John. **Sobre a Liberdade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- MIRO-LLINARES, Fernando; RODRIGUEZ-SALA, Jesús. Cyber hate speech on Twitter: analyzing disruptive events from social media to build a violent communication and hate speech taxonomy, **International Journal of Design & Nature and Ecodynamics** , 406–415, 2016.
- MOCHCOVITCH, Diogo; DIAS, Maria. Menten no bolso: considerações neuroéticas in **ethic@**, Florianópolis, v. 20, n. 1, 35-56. Abr. 2021.
- PAVESI, Patrícia; VALENTIM, Julio. Emoção e Polarização nas e pelas Redes Digitais: a gestão de repertórios afetivos por públicos em rede. **Revista Sinais**, 2(23), 2019. <https://doi.org/10.25067/s.v2i23.24056>.
- POSTMAN, Neil. **Divertirse hasta morir: El discurso público en la era del <<show bussiness>>**. Barcelona: Tempestad, 2001.

RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe; ZAGO, Gabriela. Polarização, hiperpartidarismo e câmaras de eco: como circula a Desinformação sobre COVID-19 no Twitter. **Contracampo**, Niterói, v. 40, n. 1, p. XXX-YYY, jan./abr. 2021.

SANTOS, Breno. Echo Chambers, Ignorance and Domination. **Social Epistemology**, v. 2, p. 1-11, 2020.

SILVA, L, Et al. A gestão do discurso de ódio nas plataformas de redes sociais digitais: um comparativo entre Facebook, Twitter e Youtube. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 470–492, 2019. DOI: 10.26512/rici.v12.n2.2019.22025. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/22025>.

SIMÓN-ASTUDILLO, Iris; MARKS SANTANA CHAVES, Julia. El papel de las emociones en la construcción y difusión de la desinformación en Twitter. Una comparativa entre Brasil y España. **Estudios sobre el Mensaje Periodístico**, v. 28, n. 4, p. 881–894, 21 dic.2022 <https://doi.org/10.5209/esmp.82822>.

SWAN, Melanie. The Quantified Self: Fundamental Disruption in Big Data Science and Biological Discovery. **Big Data**. 85-99, 2013. <http://doi.org/10.1089/big.2012.0002>

TORRES, Marta. EL «MERCADO LIBRE DE LAS IDEAS» DE O. W. HOLMES. **Revista Española de Derecho Constitucional** ISSN: 0211-5743, núm. 81, septiembre-diciembre págs. 183-208. 2007.

TWITTER. **Acuerdo de usuario de Twitter**. Version 17, San Francisco, CA-USA, 2022.

Twitter: la farmacéutica que se derrumbó en bolsa tras ser víctima del caos en la red social. **BBC NEWS MUNDO**, 14 noviembre 2022. Disponível em [Twitter: la farmacéutica que se derrumbó en bolsa tras ser víctima del caos en la red social - BBC News Mundo](#). Acesso em 17, fevereiro de 2022.

UNESCO, **Internet y la libertad de expresión**, Em Cuadernos de Discusión de Comunicación e Información. Montevideo, 2016.

VAN DIJCK, José. **La Cultura de la Conectividad**: Una historia crítica de las redes sociales. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores, 2016.

ZUBOFF, Shoshana. **Capitalismo de Vigilância**: A luta por um futuro humano na nova fronteira de poder. Rio de Janeiro, Editora Intrínseca, 2021.